



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA- UNILAB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

ELISÂNGELA MARIA RICARDO

**Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em
Parnaíba-PI**

REDENÇÃO-CE
2018

ELISÂNGELA MARIA RICARDO

**Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em
Parnaíba-PI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB. como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra.

ORIENTADOR: Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco.

CO-ORIENTADOR: Dr. Sergio Krieger Barreira.

LINHA DE PESQUISA: Trabalho, Desenvolvimento e Migrações.

REDENÇÃO-CE
2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Ricardo, Elisângela M.

R376e

Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI / Elisângela Maria Ricardo. - Redenção, 2018. 171f: il.

Dissertação - Curso de Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Humanidades, Coord. do Curso de Mest. Interdisciplinar em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco.
Coorientador: Prof. Dr. Sergio Krieger Barreira.

1. Ditadura - Brasil - História - Séc. XX. 2. Inquérito. 3. Paradigma Indiciário. 4. Ditadura Civil Militar. 5. Subversivos. I. Título


CE/UF/BSCL

CDD 981.063

ELISÂNGELA MARIA RICARDO

Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como pré-requisito para a obtenção do grau de Mestra Interdisciplinar em Humanidades, pela Comissão Examinadora composta pelos membros:



Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco (orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB



Dr. Sergio Krieger Barreira (co-orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB



Dr. André Aguiar Nogueira (examinador externo)

Instituto Federal do Ceará – IFCE



Dr. Edson Holanda Lima Barboza (examinador interno)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Dedico esta dissertação a todos os que direta ou indiretamente estiveram ao meu lado nesta jornada. E aos que lutaram contra o predomínio da ditadura civil militar no Brasil, em especial o professor Ademir Alves de Melo.

“Cada pessoa que passa em nossa vida, passa sozinha, é porque cada pessoa é única e nenhuma substitui a outra! Cada pessoa que passa em nossa vida passa sozinha e não nos deixa só porque deixa um pouco de si e leva um pouquinho de nós. Essa é a mais bela responsabilidade da vida e a prova de que as pessoas não se encontram por acaso.”

Charles Chaplin

*Quando a opressão aumenta
Muitos se desencorajam
Mas a coragem dele cresce.
Ele organiza a luta
Pelo tostão do salário, pela água do chá
E pelo poder no Estado.
Pergunta à propriedade:
Donde vens tu?
Pergunta às opiniões:
A quem aproveitais?
Onde quer que todos calem
Ali falará ele
E onde reina a opressão e se fala do
Destino
Ele nomeará os nomes.
Onde se senta à mesa
Senta-se a insatisfação à mesa
A comida estraga-se
E reconhece-se que o quarto é
acanhado.
Pra onde quer que o expulsem, para lá
Vai à revolta, e donde é escorraçado
Fica ainda lá o desassossego.*

*Há homens que lutam um dia, e são bons;
Há outros que lutam um ano, e são melhores;
Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito
bons; Porém há os que lutam toda a vida
Estes são os imprescindíveis.*

Bertold Brecht.

Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI

RESUMO

O presente texto trata-se de uma investigação interdisciplinar em humanidades, na qual se utilizou como fio condutor os pressupostos epistemológicos do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1989) para pesquisa e escrita da dissertação do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. Nosso objetivo geral compreendeu a análise do Inquérito Policial Militar em Parnaíba – PI, processo crime contra o Estado e a Ordem Política e Social, instaurado após o Golpe Civil-Militar ocorrido no Brasil em 01 de abril de 1964, mediante as pistas e vestígios deixados à margem da história oficial contada pela classe dominante, para averiguar o que levou estudantes e sindicalistas a serem considerados subversivos. Inspirados em Ginzburg (1989), o qual analisou meticulosamente o processo crime de Menocchio, moleiro friulano queimado por ordem do Santo Ofício durante a Inquisição, analisamos o IPM, seguindo as pistas e vestígios infinitesimais deixados nas minúcias do processo, contrapondo dialeticamente com as narrativas do tempo presente de Ademir Alves de Melo, um dos 34 indiciados do IPM, acusado de subversão à ordem política social. Confirmando a importância do trabalho com a História Oral, uma vez que os sujeitos excluídos pela “História Oficial” dos IPMs têm a possibilidade de narrar suas memórias contra-hegemônicas (GRAMSCI, 1979) e desta forma, “[...] escavando os meandros dos textos, contra as intenções de quem os produziu, podemos fazer emergir vozes incontroladas” (GINZBURG, 2007, p. 11), sobre as possíveis outras histórias da Ditadura Civil-Militar em Parnaíba-PI. E, assim como os processos foram notoriamente esquadrihados pelos militares, reanalisar e aliar os respectivos à história oral daqueles que contribuíram para construção dos fatos naquele período, colaborando com o debate político de disputa da memória dos tempos da Ditadura Civil-Militar em Parnaíba-Piauí, evidenciando que sindicalistas e estudantes foram considerados subversivos, por serem ativos na luta travada entre a classe trabalhadora e o Capital.

Palavras-chave: Ditadura Civil Militar; Inquérito; Paradigma Indiciário; Subversivos.

Entre Indications et Traces des Temps de la Dictature Civile Militaire à Parnaíba-PI

SOMMAIRE

Ce texte est une recherche interdisciplinaire en sciences humaines, où il a été utilisé comme fil les hypothèses épistémologiques paradigmatiques de preuve Carlo Ginzburg (1989) pour la recherche et la rédaction de la thèse de maîtrise interdisciplinaire en sciences humaines à l'Université de Lusophonie Afro-Brésilienne - UNILAB. Notre objectif global comprenait une analyse de l'enquête de la police militaire à Parnaíba - crime de processus IPM, contre l'Etat et l'ordre politique et social, mis en place après le coup d'Etat civil-militaire au Brésil en 1 Avril 1964, à travers les indices et les traces laissées la marge de l'histoire officielle dit par la classe dirigeante, pour savoir ce qui a conduit les étudiants et les syndicalistes étaient considérés comme subversifs. Inspiré par Ginzburg (1989), qui a examiné minutieusement la Menocchio, d'une procédure pénale le frioulan meunier brûlé par l'ordre Saint-Office au cours de l'Inquisition, nous analysons l'IPM, en suivant les indices et traces infinitésimales laissées dans les menus détails du processus, par rapport dialectiquement avec les récits de cette fois Ademir Alves de Melo, l'un des 34 mis en examen IPM, accusé de subversion ordre politique sociale. Confirmant l'importance de travailler avec l'histoire orale, puisque les sujets exclus par "l'histoire officielle" des IPM ont la possibilité de raconter leurs souvenirs contre-hégémoniques (GRAMSCI, 1979) et de cette manière, « [...] creuser les subtilités les textes, contre les intentions de ceux qui les a produites, nous pouvons émerger des voix non contrôlées » (GINZBURG, 2007, p. 11), sur d'éventuelles autres histoires de la dictature civile-militaire à Parnaíba-PI. Et, tout comme les procédures ont été notoirement scrutées par les militaires, ils ont réanalysé et allié leurs respectifs à l'histoire orale de ceux qui ont contribué à la construction des faits durant cette période, collaborant avec le débat politique sur la mémoire de la Dictature civilo-militaire à Parnaíba-Piauí, prouvant que les syndicalistes et les étudiants étaient considérés comme subversifs, parce qu'ils étaient actifs dans la lutte entre la classe ouvrière et la capitale.

Mots-clés: Dictature militaire civile; Enquête; Paradigme Indigène; Subversif

Between Indications and Vestiges of the Times of the Military Civilian Dictatorship in Parnaíba-PI

ABSTRACT

The present text is an interdisciplinary investigation in humanities, in which we utilized the assumption of Carlo Ginzburg's (1989) epistemological paradigm for research and writing of the thesis of the Interdisciplinary Master's in Humanities of the University of Lusofonia Afro-Brazilian - UNILAB. Our general objective included the analysis of the Military Police Inquiry in Parnaíba-PI, a crime against the State and the Political and Social Order, established after the Civil-Military Coup, which took place in Brazil on April 1, 1964, through clues and traces left to the margin of the official story told by the ruling class, to ascertain what prompted students and trade unionists to be considered subversive. Based on Ginzburg (1989), who meticulously analyzed the crime process of Menocchio, a Friulian miller burned by order of the Holy Office during the Inquisition, we analyzed the IPM, following the tracks and infinitesimal traces left in the details of the process, opposing dialectically with the narratives of the present time of Ademir Alves de Melo, one of the 34 indictees of the IPM, accused of subversion to the social political order. Confirming the importance of working with Oral History, since the subjects excluded by the "Official History" of the IPMs have the possibility to narrate their counter-hegemonic memories (GRAMSCI, 1979) and thus, "[...] meanders of the texts, against the intentions of those who produced them, we can emerge uncontrolled voices "(GINZBURG, 2007, p.11), about possible other stories of the Civil-Military Dictatorship in Parnaíba-PI. And just as the processes were notoriously scrutinized by the military, they reanalyzed and ally their respective ones to the oral history of those who contributed to the construction of the facts during that period, collaborating with the political debate about the memory of the times of the Civil-Military Dictatorship in Parnaíba / Piauí, evidencing that syndicalists and students were considered subversive, for being active in the struggle between the working class and the Capital.

Keywords: Civil Military Dictatorship; Inquiry; Indicial Paradigm; Subversive.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

IMAGEM I	I Encontro dos Camponeses Realizado em Teresina-PI.....	47
IMAGEM II	Padre Alípio Cristiano de Freitas.....	78
IMAGEM III	Israel Brodher em seu casamento com Marsina Dias.....	85
IMAGEM IV	José Alexandre Caldas Rodrigues.....	94
IMAGEM V	Sede do Tiro de Guerra 200 em 1964.....	111
IMAGEM VI	Ademir Alves de Melo sendo preso no XXX Congresso da UNE em uma fazenda na cidade de Ibiúna-SP.....	116
IMAGEM VII	Ademir Alves de Melo preso em 12 de outubro de 1968 em Ibiúna-SP.....	117

LISTA DE SIGLAS

AI – Ato Institucional
ANL – Aliança Nacional Libertadora
ATLAT – Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Teresina
BNM – Brasil Nunca Mais
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CEPLAN / SEPLAN – Secretaria de Planejamento da Arquidiocese de Teresina
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CGTP – Comando Geral dos Trabalhadores do Piauí
CIEX – Centro de Informações do Exterior do Itamaraty
CIOSL – Confederação Internacional de Sindicatos Livres
CISA – Centro de Informações da Aeronáutica
CMFA – Confederação dos Marítimos Fluviais e Aéreos
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social
EPL – Exército Popular de Libertação
EUA – Estados Unidos da América
FNTF – Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários
FTTFP – Federação dos Trabalhadores em Transportes Fluviais do Piauí
GEMPI – Grupo de Estudos Marxistas Piauiense
G11 – Grupo dos Onze formado por Leonel Brizola
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPM – Inquérito Policial Militar
JAC – Juventude Agrária Católica
JEC – Juventude Estudantil Católica
JIC – Juventude Independente Católica
JK – Juscelino Kubitschek
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica

LSN – Lei de Segurança Nacional
MEB – Movimento de Educação de Base
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU – Organizações das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PI – Piauí
PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUA – Pacto da Unidade e Ação
REFESA – Rede Ferroviária Federal S/A
SESC – Serviço Social do Comércio
SINTE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do estado do Piauí
SNI – Serviço Nacional de Informações
STICMP – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção e Mobiliário de Parnaíba
SUPRA – Superintendência Regional de Política Agrária
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TPI – Termos de Perguntas aos Indiciados
UCHILE – Universidade do Chile
UDN – União Democrática Nacional
UESP – União dos Estudantes de Parnaíba
UESPI – Universidade Estadual do Piauí
UFP – União dos Ferroviários do Piauí
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNICAMPO – União dos Camponeses do Piauí
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	Paradigma Indiciário: ferramenta interdisciplinar para análise de pesquisa	18
1.2	Encontros Metodológicos da Pesquisa.....	26
2.	DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA: memória e esquecimento...	32
2.1	Ditadura no Brasil: a história e os fatos.....	37
2.2	A Ditadura e Suas Implicações no Estado do Piauí.....	44
2.3	Parnaíba-Piauí e a Instauração do IPM.....	50
2.4	Opressores e Oprimidos e a Disputa de Memórias.....	55
3	INQUÉRITO POLICIAL MILITAR DA SUBVERSÃO EM PARNAÍBA –PI/ IPM Nº 349.....	66
3.1	Em Análise: Termos de Perguntas aos Indiciados-TPIs.....	71
4	ADEMIR ALVES DE MELO: testemunha ocular da história.....	103
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
6	FONTES.....	132
7	FONTES ORAIS.....	133
8	REFERÊNCIAS.....	134
9	APÊNDICES.....	140
10	ANEXOS.....	148

Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão amparou-se na perspectiva analítica da linha de pesquisa: Trabalho, Desenvolvimento e Migrações, e visou contribuir ao processo de organização dos fragmentos da história, vivenciados pelos que lutaram contra o predomínio ditatorial de 1964 na cidade de Parnaíba –PI. Avaliando os conflitos e o jogo de poder que permeou aquele período e acarretou mudanças significativas na história, mediante as categorias: trabalho, consciência, luta de classe, alienação, contradição, memória e as concepções de mundo dos atores sociais inquiridos nos autos do processo crime instituídos pelos poderes opressores ditatoriais.

No cerne desta questão, em maio de 2012 durante a Graduação em Pedagogia, participe de um comitê em favor da Memória, Verdade e Justiça, tendo como coordenador o Professor Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco, que efetuou juntamente com os demais membros do Grupo de Estudos Marxista Piauiense – GEMPI, uma série de três seminários nas dependências da Universidade Estadual do Piauí-UESPI, que reuniu pessoas e entidades em torno deste tema, surgiu o interesse em aprofundar os debates sobre: a ditadura civil militar¹ em Parnaíba-Piauí.

Os dados levantados durante a organização do comitê e dos seminários deram origem a um texto de autoria do professor Roberto Kennedy (2014), intitulado: “Um espectro ronda Parnaíba, “terra livre das atividades subversivas de comunização do Brasil” (1960-1980)”. Os seminários foram valiosos para ampliar o conhecimento sobre a ditadura civil militar em Parnaíba e perceber o quanto ainda há para ser examinado, podendo “através de um esforço minucioso de decodificação e contextualização de documentos [...] chegar a descobrir a dimensão social do

¹. Para Aarão Reis o golpe foi uma articulação entre a sociedade civil e os militares e por isso optou-se por essa nomenclatura: ditadura civil militar. Este autor destaca que “a ampla aliança social entre civis e militares que permitiu a vitória do golpe de Estado em 1964 era heterogênea e contraditória. (AARÃO REIS, 2014, p. 47).

pensamento” (CHALHOUB, 2011, p.16). Foi através destes seminários que se obteve acesso ao Inquérito Policial Militar da subversão em Parnaíba- IPM 349.

Para além dos seminários em favor da Memória, Verdade e Justiça, esse texto é o desdobramento do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia² pela Universidade Estadual do Piauí defendido em 2013, na qual ao pesquisar sobre a formação política dos filiados ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Estado do Piauí- SINTE- Núcleo Regional Parnaíba, rememorou-se parte da história esquecida, mediante entrevista com a professora Maria de Jesus Fontenelle, fundadora do sindicato no município em questão, que sofreu perseguição política durante o regime ditatorial, enquanto lutava para implantar uma sede do sindicato na cidade. Essa entrevista, além de integrar o TCC, foi gravada em vídeo e repassada à sociedade parnaibana em um dos referidos seminários.

Ao perceber a luta dessa trabalhadora e outros que estavam politicamente engajados, não somente contra a ditadura, mas antes mesmo do golpe, já se articulavam em favor dos menos favorecidos, na luta de classes, sentiu-se o ensejo em aprofundar as pesquisas em torno desta temática, na tentativa de averiguar o quanto uma pequena cidade litorânea piauiense, distante dos grandes centros, mantinha uma organização política capaz de fazer os poderes ditatoriais a perceberem, a ponto de instaurar um IPM.

Constituído no mês de abril de 1964, o Inquérito Policial Militar da subversão em Parnaíba - PI, é um processo crime contra o Estado e a Ordem Política e Social, que consta o interrogatório de 34 indiciados, em sua maioria sindicalistas, estudantes, trabalhadores, considerados subversivos e outras 16 testemunhas, pois, “era urgente silenciar os vencidos e enquadrar a sociedade à nova ordem” (STEIN, 1998, p. 102).

Porém, concerne destacar que somente após a iniciativa da Arquidiocese de São Paulo e do Conselho Mundial de Igrejas que desenvolveram um Projeto denominado “Brasil Nunca Mais”³ coordenado pelo Reverendo Jaime Wright e Dom Paulo Evaristo Arns, os processos se tornaram visíveis. São ao todo 707 processos

² Trabalho de Conclusão de Curso. Título: O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Estado do Piauí-SINTE, Núcleo Regional Parnaíba no Contexto Histórico da Luta Sindical Brasileira (1968 – 2013). Disponível em: Biblioteca da Universidade Estadual do Piauí- Campus Alexandre Alves de Oliveira- Parnaíba-PI. Orientador: Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco.

³ BRASIL NUNCA MAIS. Brasil Nunca Mais Digital. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/oque-e-o-bnm>. Acesso em: maio, 2016.

judiciais, entre estes o Inquérito Policial Militar da subversão em Parnaíba – PI, IPM nº 349, com mais de mil páginas. Tal iniciativa também evitou que fossem destruídos, possibilitando obter informações sobre práticas reiteradas e institucionalizadas de torturas e outras violações dos direitos humanos, praticadas pela repressão ditatorial.

De acordo com o referido IPM, em abril de 1964 foram acusados de subversão e interrogados 34 líderes sindicais de diversas categorias. No entanto, somente oito anos depois em 1972, apenas cinco destes indiciados foram a julgamento, são estes: José Caldas de Carvalho, Luiz Alberto da Mota Solheiros, José Reinaldo dos Santos Baldez, José Aranha e João Batista do Nascimento. Os demais conseguiram o trancamento da ação penal mediante *habeas corpus*.

Em seu texto inicial, o IPM ressalta que:

Certos de que o regime democrático-representativo que ainda hoje desfrutamos, graças a admirável demonstração de civismo, de patriotismo e decisão das gloriosas Forças Armadas do Brasil, seria, dentro em breve substituído por uma ditadura síndico-comunista, à maneira de Cuba e de outros países de igual sistema político, os pelegos e arruaceiros do C.G.T. do P.U.A, da U.N.E. e de outras entidades subversivas, sediadas na comunidade, porém, com articulações em todos os Estados da Federação, inclusive nesta cidade, através dos vários sindicatos e estes por intermédio dos seus presidentes, desenvolviam a mais nefasta atividades no sentido de corresponder à expectativa daquele que, contanto com o apoio, prestígio e intimidade do Sr. João Goulart, projetavam a instalação para sempre, como na Rússia, de um governo totalitário e impiedoso (IPM 349, 1964, r.177, vl. 1, f. 817).

É possível perceber que existia em Parnaíba, militares engajados em combater o comunismo, como se fosse um câncer no meio do povo. E ao mesmo tempo havia uma liderança sindical e estudantil, pronta a combater o regime ditatorial que foi imposto após um golpe civil militar.

As dicotomias ante este arcabouço político, histórico, social, nos levou a reflexão sobre as mazelas que trabalhadores e estudantes foram acometidos, tanto que houve a condenação internacional do Estado brasileiro, em consequência da prática de crime de lesa-humanidade durante a ditadura civil militar. Gerando o anseio de analisar profundamente as nuances do período ditatorial no Brasil, especificamente na cidade de Parnaíba-PI, visto que, esta cidade foi escolhida antes mesmo de Teresina, capital do estado do Piauí, pelos órgãos repressivos da

ditadura, que buscavam desarticular um quadro político de luta e resistência que se configurava na cidade em questão.

Seguindo os rastros das fontes em análise, foi possível captar uma realidade mais intensa e problematizadora sobre a memória desta época na cidade de Parnaíba. Aspectos fundamentais para uma pesquisa engajada e comprometida com as necessárias transformações das mazelas sociais em nosso tempo. Indiscutivelmente, a memória da organização consciente de grupos não hegemônicos, como os militantes que lutaram contra a Ditadura em Parnaíba, não é algo que favoreça o grupo hegemonicamente dominante, pelo contrário, quanto mais desarticulada e fragmentada se apresenta a memória-histórica dos grupos subalternos, mais frágil e estranhada se torna diante da implacável desregulamentação que lhe é imposta pela sociabilidade do Capital. No (IPM 349, 1964, r.177, vol1, fl. 133), há a descrição da importância da cidade de Parnaíba para o movimento da esquerda brasileira, apresentando os seguintes fatos:

Na cidade de Parnaíba o movimento sindical tem muito mais importância do que na cidade de Teresina, considerando a existência de porto marítimo e fluvial, indústrias e sede da Estrada de Ferro Central do Piauí.

Apreende-se nessa citação, que na década de 1960, em Parnaíba/PI, a estrada de ferro e a navegação presentes na região, naquele contexto, possibilitavam não apenas a circulação de mercadorias diversas, mas, ainda, ideologias revolucionárias.

Tal evidência demonstra, sobretudo, uma forte articulação política e organizativa dos trabalhadores antes de se configurar a Ditadura, ratificando que em Parnaíba, havia grupos engajados não apenas contra os poderes ditatoriais, mas a outros tipos de opressões oriundas da luta de classes. Dito isso, evidencia-se que em Parnaíba encontrava-se uma classe trabalhadora engajada contra o autoritarismo e opressão impostos pelos ditadores e, por esse motivo, alguns líderes sindicais e estudantis, entre outros cidadãos, foram investigados.

Para (FRANCO, 2014, p. 70),

Estas evidências se materializam contundentemente, quando acompanhamos o andamento da tomada de depoimentos dos indiciados, especificamente nos *“Termos de Perguntas ao Indiciado”* (IPM 349, 1964, TPI, vl.1, Fls.04), onde há a nítida percepção da

ação manipuladora dos interrogadores em tentar relacionar os indiciados em atos de subversão e atribuir-lhes parcelas de contribuição, ocorrendo, em muitos casos, o exercício de pressão para delatar as ações de seus parceiros. Um elemento revelador era a preocupação durante o interrogatório por parte dos militares, em saber sobre a *"organizações subversivas armadas em Parnaíba"*, temendo um possível levante armado por parte da esquerda.

As representações estudantis e os sindicatos parnaibanos de todas as áreas sofreram repressão, por serem estas importantes coligações que uniam e conduziam a luta dos estudantes e trabalhadores, que, quanto mais articulados, mais se tornavam o "calcanhar de Aquiles" para a máquina pública, pois, havia em Parnaíba uma luta de classes aguerrida, na qual, a análise do Inquérito Policial Militar da subversão em Parnaíba - PI, fez aprofundar o debate em torno dos fatos e acontecimentos que marcaram a sociedade brasileira, averiguando o tamanho da articulação política que se configurou, que a tornou alvo dos poderes militares ditatoriais impostos após o golpe de 01 abril de 1964⁴, que deixaram de ser registradas em sua totalidade nas narrativas históricas.

Por isso a análise do Inquérito Policial Militar- IPM 349 da subversão em Parnaíba constituiu-se fonte bibliográfica de grande valia, e um campo fecundo para aqueles que se propõem em apreender os contrassensos sociais, especificamente relevantes na aparelhagem repressiva estatal, jurídica e policial, que visavam conservar a ordem e o progresso através da vigilância e do controle, pois, apesar de ser um material coercitivo construído pelos poderes hegemônicos da época, representa um povo que mesmo diante de todas as dicotomias foi contrário ao sistema imposto.

Para José d' Assunção Barros (2007) uma pesquisa que envolve a análise de inquéritos pode tornar-se uma produção textual muito rica quando este é construído abordando as contradições existentes entre os sujeitos (inquisidor e inquiridos), ressaltando que o pesquisador "ver-se a tentado a espiar por trás dos ombros do delegado, mas munido da consciência de que o próprio delegado é mais uma das vozes contraditórias que se juntam ao processo" (BARROS, 2007, p.181). Para Barros, sua maior tarefa será:

⁴ É importante destacar que iniciaram a tomada do poder na madrugada do dia 31 de março, mas somente em 01 de abril de 1964 se configurou golpe de Estado. Quando Jango, acuado pelo Exército deixa o Rio de Janeiro, rumo a Brasília, depois a sua terra natal o Rio Grande do Sul. Por esse motivo optou-se pelo dia 01 de abril como dia crucial do golpe civil militar que configurou em uma ditadura civil militar que perdurou 21 anos.

Avaliar representações, expectativas, motivações produtoras de versões diferenciadas, condições de produção destas versões, além de captar a partir da documentação detalhes que serão reveladores do cotidiano, do imaginário, das peculiaridades de um grupo social, das suas resistências, das suas práticas e modos de vida (BARROS, 2007, p. 182).

Barros reforça, o quanto a história retratada a partir das impressões das classes dominantes deve ser reanalisada, tendo como princípio ambas as percepções, ou seja, não é possível considerar apenas um lado da história. Para Michael Pollak as lembranças da classe oprimida, proletária além de terem permanecido suprimidas, foram “confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações [...] O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (POLLAK, 1989, p. 05).

Existem inúmeros contrassensos que permeiam as narrativas que podem ser evidenciados, dispondo na prateleira os fragmentos, rastros de uma subalternização classista que enquanto oprime os vulneráveis, toma para si a história como se não fossem importantes as múltiplas versões, deixando a margem social e relegando o direito aos oprimidos de fazer parte da construção das narrativas.

1.1 Paradigma Indiciário: ferramenta interdisciplinar para análise de pesquisa

Para análise do processo crime utilizou-se como ferramenta de tratamento intensivo das fontes: o paradigma indiciário (GINZBURG, 1989). Muito útil na apreciação do Inquérito Policial Militar da subversão em Parnaíba, pois possibilitou a utilização de todos os filtros possíveis para compreender os sujeitos dentro do seu momento histórico. Permitindo reduzir o campo de pesquisa e ampliar a visão, a ponto de elucidar fatos minuciosos que poderiam passar despercebidos.

Através do paradigma indiciário foi possível descrever a complexidade da realidade social vivida pelos sujeitos, diante de todas as contradições normativas existentes.

A descrição densa serve portanto para registrar por escrito uma série de acontecimentos ou fatos significativos que de outra forma seriam

imperceptíveis, mas que podem ser interpretados por sua inserção no contexto, ou seja, no fluxo do discurso social. Essa abordagem é bem-sucedida na utilização da análise microscópica dos acontecimentos mais insignificantes, como um meio de se chegar a conclusões de mais amplo alcance (LEVI, 1969, p. 142. IN: BURKE, 1992).

Verificando com maior cuidado aspectos importantes de um objeto que poderia ser deixado à margem da pesquisa, atentando que mesmo sendo um fragmento, faz parte e constitui o todo, e em nenhum momento pode ser pesquisado de maneira desconexa.

Centralizado na busca de uma descrição mais realista do comportamento humano, empregando um modelo de ação e conflito do comportamento do homem no mundo que reconhece sua – relativa – liberdade além, mas não fora, das limitações dos sistemas normativos prescritivos e opressivos. Assim, toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais (LEVI, 1969, p. 135. IN: BURKE, 1992).

Levi esclarece que o pesquisador deve levar em conta os aspectos sociais e culturais que são projetados a todos os sujeitos que constituem essa sociedade e que formam um traço característico que os distingue de outros, pois, os indivíduos que compõem essa sociedade estão condicionados pelo meio em que vivem, são produtos e produtores do meio social (GINZBURG 2006). Deste modo, Levi (1969) esclarece que ao pesquisador importa concentrar numa descrição mais realista do comportamento humano.

Argumenta-se que o paradigma indiciário tem por fio-condutor interpretativo a perspectiva interdisciplinar. Dito isso, Ginzburg (1989) destaca que o paradigma indiciário é um modelo epistemológico que se articula com diferentes disciplinas, conectadas entre si. Ao referir-se à investigação minuciosa das fontes em que o italiano Giovanni Morelli, por meio das muitas peculiaridades dos traços de pintores do século XIX, conseguiu descobrir quadros falsificados ou reconheceu a autoria de uma obra não identificada. O psicanalista Sigmund Freud desvendou os diagnósticos mais complexos, enquanto Arthur Conan Doyle, criador das aventuras de Sherlock Holmes, faz com que este exponha os criminosos diante de seus

crimes, tudo mediante uma minuciosa investigação das pistas, sintomas e indícios, nos rastros da história.

Nestes três casos estamos diante do chamado “paradigma conjectural”, ou seja, da proposta de criação de um método interpretativo no qual detalhes aparentemente marginais e irrelevantes são formas essenciais de acesso a uma determinada realidade; são tais detalhes que podem dar a chave para redes de significados sociais e psicológicos mais profundos, inacessíveis por outros métodos (CHALHOUB, 2011, p. 17).

Portanto, para que a análise seja relevante a ponto de identificar os “detalhes aparentemente marginais”, é necessário utilizar uma gama de conhecimentos que possibilitem ampliar a visão diante das pistas encontradas, e, notadamente, isso implica nos saberes interdisciplinares. Ou seja, o paradigma indiciário, caracterizou-se como sendo uma ferramenta interdisciplinar que permitiu uma descrição densa, proporcionando um olhar atento aos detalhes, e a percepção do que havia de universal no particular, mediante os filtros postos. Uma maneira de analisar precisamente documentos, uma situação, um fato. Uma ferramenta de pesquisa que se adéqua a qualquer perspectiva teórica.

Lidos como produto de uma inter-relação especial, em que há um desequilíbrio total das partes nelas envolvidas. Para a decifrar, temos de aprender a captar, para lá da superfície aveludada do texto, a interação sutil de ameaças e medos, de ataques e recuos. Temos, por assim dizer, de aprender a desembaraçar o emaranhado de fios que formam a malha textual destes diálogos (GINZBURG, 1989, p.209).

O ato de ler, cruzando o inquérito a outras fontes: história oral, imprensa oficial e alternativa, atas e demais documentos análogos, através de uma meticulosa apreciação das pistas emersas na história, pode-se chegar às contradições que permearam o processo. De acordo com GINZBURG (2006, p. 26) “respeitar o resíduo [...] que reside em qualquer análise não significa ceder ao fascínio idiota do exótico e do incompreensível. Significa apenas levar em consideração uma mutilação histórica da qual, em certo sentido, nós mesmos somos vítimas”.

Logo, esta pesquisa possibilitou uma abertura ao cruzamento das fontes históricas, com o cotidiano dos indivíduos, permitindo verificar de maneira interdisciplinar as contradições existentes entre opressores e oprimidos.

O próprio Ginzburg analisou meticulosamente o processo crime de Menocchio, moleiro friulano, queimado por ordem do Santo Ofício, durante a inquisição. Então, quer dizer que, interdisciplinarmente, mediante o saber/fazer do paradigma indiciário é possível realizar uma problematização dos acontecimentos da ditadura civil-militar em Parnaíba/PI.

Portanto, este texto procurou, sobretudo, reanalisar a história e interpretar os relatos significativos que foram suprimidos nas narrativas oficiais. Unindo as informações, capturadas com o auxílio do paradigma indiciário (GINZBURG,1989), durante a análise do Inquérito Policial Militar da subversão em Parnaíba – PI (IPM 349, 1964), com as narrativas no tempo presente de Ademir Alves de Melo um dos trinta e quatro indiciados no IPM, possibilitando, assim, a emergência de outras histórias sobre a Ditadura no Brasil.

Posto isto, seguindo os sinais interdisciplinares do Paradigma Indiciário de Carlo Ginzburg (1989, pg. 150), iniciou-se um debate mais intenso sobre os “sinais, pistas e indícios infinitesimais, que permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível” acerca do Estado repressor e sua atuação no contexto piauiense da ditadura civil-militar, que, mediante atos de violação dos direitos humanos, aboliu todo um desenvolvimento histórico que se germinava na luta pela melhoria das condições materiais de existência da classe pobre.

Reforçando a necessidade da construção do conhecimento de modo a abarcar as várias disciplinas para se chegar à compreensão mais eficaz de toda complexidade de um dado objeto de pesquisa. Cabe ao pesquisador, fazer uma aliança entre os saberes, incorporando e complementando a análise de seu objeto a partir das nuances da interdisciplinaridade.

Que, de acordo com o professor Thiesen (2008) a interdisciplinaridade enquanto meio de produção e socialização do conhecimento, vem sendo discutida por vários autores, tais como Morin (2000), Gadotti (1983), Fazenda (1979), Pombo (2008) entre outros. Thiesen (2008, p. 546) destaca que a interdisciplinaridade “funda-se no caráter dialético da realidade social, pautada pelo princípio dos conflitos e das contradições, movimentos complexos pelos quais a realidade pode ser percebida como una e diversa”. Portanto se faz necessário, utilizar a perspectiva da interdisciplinaridade, como uma forma ampla de analisar um determinado objeto de pesquisa, e deste modo compreende-lo em sua totalidade.

Thiesen destaca que “a história da interdisciplinaridade confunde-se com a dinâmica viva do conhecimento”, enquanto que numa outra vertente “a história das disciplinas, congelam de forma paradigmática o conhecimento alcançado em determinado momento histórico, defendendo-se de qualquer abordagem alternativa numa guerra de trincheiras” (THIESEN, 2008, p. 547).

Esses pressupostos trazem à tona o quanto se faz necessário, estudos com aprofundamento interdisciplinar, nas pesquisas e no ensino, para romper com essa guerra nas fronteiras entre as disciplinas e demonstrar que todas são de suma importância para o alcance amplo do saber, e por isso devem se unir em prol da construção significativa do conhecimento, de maneira a abranger as necessidades contemporâneas, que suscita cada dia mais sujeitos interdisciplinares. Mesmo porque, a ênfase que muitos estudiosos fazem aos saberes disciplinares, oriundos do positivismo, vem gerando um abismo epistemológico e pedagógico entre as disciplinas (FRIGOTTO, 2011).

Olga Pombo (2008) esclarece que essa guerra de trincheiras surgiu desde o desenvolvimento da ciência, pois, trouxe consigo uma ampliação das disciplinas, uma subdivisão dos saberes, denominada de especialização. Cada nova disciplina formada nasce de uma fragmentação, tornando as distantes, emancipadas das anteriores que lhes deram origem, na busca de maior autonomia, e isso fez com que estivessem cada vez mais isoladas umas das outras.

Por esse motivo a necessidade da união destes saberes que há tempo estão distantes uns dos outros. É muito viável aos pesquisadores unirem os conceitos e as formas diversas de analisar um determinado objeto mediante vários filtros, estes filtros são justamente as disciplinas e a gama de conhecimentos que lhes são propícias, mediante a interdisciplinaridade.

Para Olga Pombo é necessário romper com a fragmentação e rivalidade entre os saberes, pois todos são importantes para efetivamente validar uma pesquisa mediante olhares diversificados, atravessando várias disciplinas e isso implica uma nova prática de investigação, a interdisciplinaridade. Para essa autora, um trabalho com vertente interdisciplinar proporciona uma leitura mais rica da realidade, atingindo camadas mais profundas e fazendo surgir novos objetos de conhecimento, amparados por uma gama de saberes interligados entre si.

Ao pensar em uma pesquisa nessa proporção, é necessário compreender que existem muitas barreiras a serem enfrentadas e superadas, uma delas é

justamente transpor a subalternização dos saberes (MIGNOLO, 2003). Nas quais, aqueles que são construídos por teóricos do centro, das chamadas elites intelectuais europeias são considerados superiores, em detrimento dos teorizados por estudiosos da América Latina, África e Ásia.

Repensar as pesquisas mediadas pelos paradigmas interdisciplinares, é contemplar um número infinitesimal de indivíduos que vivenciam uma contemporaneidade permeada pelas novas tecnologias, que suscita cada dia mais a compreensão de mundo de maneira ampla, complexa, interdisciplinar.

Portanto, é possível elaborar/construir o pensamento sobre um tema específico, partindo de diferentes concepções para ampliar o discurso e não deixar de lado aspectos importantes à reflexão crítica dos saberes. Essa conexão entre as diversas disciplinas faz-se necessária perante a realidade posta, na medida em que:

A necessidade da interdisciplinaridade na produção do conhecimento funda-se no caráter dialético da realidade social que é, ao mesmo tempo, una e diversa e na natureza intersubjetiva de sua apreensão. O caráter uno e diverso da realidade social nos impõe distinguir os limites reais dos sujeitos que investigam dos limites do objeto investigado. Delimitar um objeto para a investigação não é fragmentá-lo, ou limitá-lo arbitrariamente. Ou seja, se o processo de conhecimento nos impõe a delimitação de determinado problema isto não significa que tenhamos que abandonar as múltiplas determinações que o constituem. E, neste sentido, que mesmo delimitado, um fato teima em não perder o tecido da totalidade de que faz parte indissociável (FRIGOTTO, 2011, p. 36,37).

Frigotto esclarece que mediante uma análise interdisciplinar é possível compreender a realidade dos sujeitos pesquisados, ante a realidade social em que estão inseridos, num determinado período histórico, perante suas limitações e das contradições no contexto da luta de classes, para “lutarmos em todos os planos para suplantarmos as relações sociais de alienação e exclusão” (FRIGOTTO, 2011, p. 50). Desta forma, pode-se reanalisar a história incorporando outras perspectivas, tais como, as da classe trabalhadora, relegada a viver na margem social da sua própria história.

De forma complementar, José D’ Assunção Barros (2007) constrói uma inspiradora metáfora que estabelece uma relação entre a gota d’água e o oceano. Essa metáfora é propícia para exemplificar a análise sobre as peculiaridades da

ditadura civil-militar em Parnaíba/PI, cenário de nossa pesquisa interdisciplinar em Humanidades.

Para Barros (2007), é evidente que apenas essa gota d' água (A Ditadura em Parnaíba) não poderá fazer com que o pesquisador compreenda tudo sobre o oceano (A Ditadura na América Latina), mas ao analisar essa particularidade pode encontrar algo específico que o fará entender o oceano como um todo complexo. “A resposta depende obviamente do problema científico que se pretende examinar” (BARROS, 2007, pg.170).

Portanto, para estudar uma determinada sociedade não pode abarcar tudo que nela está intrínseco, pois poderá se perder no decorrer do caminho e não chegar a uma análise efetiva, mas, mediante um pequeno fragmento é possível meticulosamente descobrir aspectos que outrora estavam ocultos à luz do conhecimento e, assim, entender essa sociedade dentro de sua totalidade complexa.

A ideia é que, embora não seja possível enxergar a sociedade inteira a partir de um fragmento social, por mais que ele seja cuidadosamente bem escolhido, será possível – dependendo do problema abordado – examinar *algo* da realidade social que envolve o fragmento humano examinado” (BARROS, 2007, pg.171).

Posto isto, defende-se que o paradigma indiciário é perpassado pela elasticidade postulada pela pesquisa interdisciplinar, sendo, portanto, útil ferramenta que possibilitou investigar os pormenores da temática da Ditadura na cidade de Parnaíba/PI, na qual, no contexto da ditadura no Brasil, se articula com o todo e contraditório leque de possibilidades interpretativas das emergências das ditaduras na América Latina.

Complementarmente (SEVERINO, 2011, p. 138) afirma que “colocar a questão do interdisciplinar é suscitar o problema das relações entre unicidade e multiplicidade”. Assim, o saber/fazer interdisciplinar do paradigma indiciário nas pesquisas se mostra significativo e necessário, na tentativa de que o conhecimento seja ampliado por meio da troca entre os diversos saberes disciplinares para compor um pensamento complexo. Esse movimento epistemológico da interdisciplinaridade se processa na região de fronteiras, entre lugares de conexão, entre as partes e o todo, que no caso seria as “relações de força” (Ginzburg, 2002) estabelecidas entre os saberes disciplinares.

Mesmo que a ciência tenha seguido um modelo de especialização, a escola e a universidade, nomeadamente através dos seus regimes curriculares e metodologias de trabalho, devem defender perspectivas transversais e interdisciplinares. E isto porquê? Porque é da presença na consciência do investigador de várias linguagens e de várias disciplinas que pode resultar o próprio progresso científico. Ou seja, porque há uma heurística que resulta justamente dessa formação interdisciplinar. Heurística essa que comporta três interessantes determinantes. Em primeiro lugar, a questão da fecundação recíproca das disciplinas, da transferência de conceitos, de problemáticas, de em todos com vista a uma leitura mais rica da realidade (POMBO, 2008, p. 22).

As palavras de Olga Pombo, reforçam que mesmo diante de todas as contradições existentes que envolvem a interdisciplinaridade, faz necessário compreender que ela tende a ampliar a visão e não limitá-la. Portanto, basta coerência para distinguir nitidamente o objeto de pesquisa e os saberes a qual se pode aliar a este para conhecê-lo efetivamente, para fazer uma leitura mais rica da realidade. Amparando-se nos propósitos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES que:

Decorre da necessidade de se dar conta de novos problemas, de diferentes naturezas e com níveis de complexidade crescentes, que emergem no mundo contemporâneo, muitas vezes decorrentes do próprio avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos, baseados em uma construção do saber notadamente disciplinar (CAPES, 2009, p.05).

Ou seja, a interdisciplinaridade vem para transformar os cursos de pós-graduação em saberes interdisciplinares, para que desta forma, pesquisadores/acadêmicos obtenham maior respaldo científico sobre determinado objeto de pesquisa, diante de uma gama de conhecimentos que podem contribuir para uma análise mais eficaz, ampliando a visão do pesquisador perante as novas complexidades exigidas. Para a Capes (2009, p. 06) “a interdisciplinaridade pressupõe uma forma de produção de conhecimento, porque ela implica trocas teóricas e metodológicas, geração de novos conceitos e metodologias, e graus crescentes de intersubjetividade”.

Portanto, a pesquisa interdisciplinar contribui na ampliação do discurso dos saberes, na produção de novos conhecimentos, no intercâmbio teórico, no alargamento cultural, social, científico dos pesquisadores e de seu objeto de estudo. Levando à comunidade acadêmica saberes constituídos por uma gama de outros

saberes, que discutidos em vários sentidos, contribuem para amplitude, alcance e visibilidade teórica científica deste saber.

1.2 Encontros Metodológicos da Pesquisa

Para favorecer a análise do Inquérito Policial Militar da subversão em Parnaíba - PI, em todo processo do desenvolvimento a conclusão da pesquisa, pensou-se o objeto interdisciplinarmente, envolto pelo arcabouço teórico das ciências humanas, a saber, da história, da sociologia, ciência política, geografia, antropologia entre outros, para que a análise fosse significativa e respondesse os questionamentos elencados na metodologia, amparando-se na busca dos vestígios deixados nas minúcias do processo, através do paradigma indiciário.

Mediada pelos pressupostos da pesquisa qualitativa, “aquela em que o pesquisador se torna aprendiz de si mesmo na relação de pertença com a totalidade vivente de seu mundo de relações materiais e mentais [...] em que alcança sentido como práxis qualificadora (GALEFFI, 2009, p. 58) ”. Que “objetiva, em geral, provocar o esclarecimento de uma situação para uma tomada de consciência pelos próprios pesquisados dos seus problemas e das condições que os geram, a fim de elaborar os meios e estratégias de resolvê-los” (CHIZZOTTI, 2001, p.104). Através de “uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (KAURK, 2010 p.26). Nas quais o pesquisador é um elemento chave para interpretar os fenômenos apresentados no decorrer de sua análise, de maneira crítica reflexiva para que ao lidar com o desvelamento dos fenômenos abordados, possa discorrer sobre, com a certeza de imparcialidade, pois:

O ser crítico é sempre aquele que aprendeu a duvidar e a suspeitar, a perguntar e a inferir, a conjecturar e a reconhecer, a questionar o que está posto como dado, a buscar soluções e alternativas para problemas efetivos e que aprende a distinguir problemas necessários de falsos problemas. [...] ser crítico também significa ser rigoroso no lidar com a interpretação de fatos e acontecimentos que dizem respeito ao comportamento de indivíduos e sociedades, assim como criterioso com o uso das fontes e dos documentos disponíveis e utilizados em uma pesquisa (GALEFFI, 2009, p. 41-42).

Utilizando para o aprofundamento teórico a pesquisa bibliográfica que “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc.” (LAKATOS, 2006, p.185). E como procedimento metodológico entrevistas semiestruturadas. Nas quais Ludke e André afirmam que a entrevista semiestruturada:

Permite a capacitação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. Uma entrevista bem-feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza complexas e de escolhas nitidamente individuais. Pode permitir o aprofundamento de pontos levantados por outras técnicas de coleta de alcance mais superficial [...] o que a torna particularmente útil, atingir informantes que não poderiam ser atingidos por outros meios de investigação, como é o caso de pessoas com pouca instrução formal, para as quais a aplicação de um questionário escrito seria inviável (LUDKE E ANDRÉ, 1986, p.34).

Vale destacar que, optou-se focar as entrevistas em torno de um único indivíduo: Ademir Alves de Melo⁵. Porém no decorrer do texto será possível observar outras entrevistas secundárias, pois no proceder da investigação na cidade de Parnaíba encontramos outras fontes, com outras histórias conectadas ao IPM, entre estas, uma das 16 testemunhas arroladas no IPM Clea Furtado de Araújo Ferreira Lima, ex-funcionária da Estrada de Ferro Central do Piauí, e Luzenira Monteiro de Miranda, esposa de um ex-ferroviário.

A entrevista foi uma escolha acertada para coleta de dados, pois permitiu um contato direto com Ademir Alves de Melo e facilitou a análise de seu comportamento perante os questionamentos abordados sobre seu depoimento nos autos do processo crime, e as minúcias que permeou aquele período histórico, que modificou sua vida e o tornou quem é. Lembrando sempre que “uma entrevista é uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Uma parte não pode realmente ver a outra a menos que a outra possa vê-lo ou vê-la em troca” (PORTELLI, 1997, p. 09).

⁵ Preso político em 1964, um dos 34 indiciados do IPM 349 de Parnaíba-PI. No momento em que ocorreu o golpe militar Ademir Alves de Melo era estudante secundarista envolvido no movimento estudantil. Participava de reuniões entre estudantes e sindicalistas de diversas categorias.

No tocante ao ato de entrevistar, Thompson (1992, p. 258) ressalta que “ser bem-sucedido ao entrevistar exige habilidade [...] interesse e respeito [...] flexibilidade nas reações [...] capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; [...] disposição para ficar calado e escutar.” Todas essas características fazem com que se possa obter sucesso ao entrevistar um determinado indivíduo, seja este homem ou mulher.

Para Thompson (1992) quando se trabalha apenas com os documentos, a tendência é escrever os fatos neles destacados, sem saber quem são os sujeitos envolvidos e suas percepções do ocorrido. Amparando-se somente na descrição elaborada pelos poderes hegemônicos. Mas, mediante a história oral, observa-se a manifestação de sua subjetividade e o processo de construção dos indivíduos na interação histórica, com sua própria história de vida.

Portelli (1997, p. 31) destaca que:

As fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. Fontes orais podem não adicionar muito ao que sabemos, por exemplo, o custo material de uma greve aos trabalhadores envolvidos; mas contam-nos bastante sobre seus custos psicológicos.

As pessoas constroem as narrativas permeadas por suas próprias vivências, relações econômicas, sociais, religiosas, de acordo com seu lugar na história, no mundo e isso enriquece a pesquisa. Essa subjetividade muitas vezes é também condicionada pela imposição de uma organização econômica mundial que impinge nas pessoas uma vontade que não é a sua. Por isso, os pesquisadores devem compreender de onde estas pessoas estão falando, considerando sua subjetividade e todas as nuances que permeiam suas narrativas.

Através de todo este arcabouço metodológico, do paradigma indiciário enquanto ferramenta interdisciplinar que possibilitou uma descrição densa das fontes. Amparado pela pesquisa qualitativa, as bibliografias e a entrevista semiestruturada. Destaca-se que o objeto da pesquisa em questão foi: a subversão ocorrida na cidade de Parnaíba Piauí no período pelo qual ocorreu a efervescência política do pré-golpe no início da década de 60, a implantação da ditadura em 1964 e os primeiros anos do governo militar.

Atentando sobretudo aos sujeitos da pesquisa, condicionados a um determinado período histórico; situados em um espaço geográfico, ativamente participantes de uma cultura que os caracteriza e distingue de outros tipos de sociedades; partícipes também da vida política, econômica e social do lugar em que vivem, nos quais vivenciam suas experiências de vida, enquanto homem - mulher, estudante - trabalhador, e por isso produto e produtores do meio social. Problematizando o que configurou sindicalistas e estudantes, cidadãos brasileiros serem considerados subversivos perante a imposição de um regime ditatorial após um golpe civil militar?

Os objetivos específicos compreenderam: 1) Realização de entrevista semiestruturada com Ademir Alves de Melo, o mais jovem dentre os trinta e quatro indiciados no processo crime e outras fontes conexas ao IPM; 2) Cruzamento entre a entrevista concedida por Melo e os depoimentos contidos nos Termos de Perguntas aos Indiciados do IPM. 3) Pesquisas nas mais diversas fontes (atas, jornais, entre outros), documentos atrelados ao IPM instaurado em Parnaíba – PI.

Diante do exposto, teve-se como hipótese que sindicalistas e estudantes foram considerados subversivos, porque todos que possuíam pensamentos contrários à ideologia da ditadura e não seguiam as leis impostas coercitivamente, foram considerados ofensivos, perigosos, subversivos, mesmo que estes estivessem apenas defendendo seus direitos, por vezes, negados.

Concerne destacar que após a realização da entrevista e sua devida transcrição. Efetuou-se o cruzamento da entrevista de Ademir Alves de Melo, com os depoimentos dos acusados no IPM, pois, mesmo se tratando de um documento ligado a memória hegemônica dos ditadores, é um subsídio que propiciou averiguar as contradições entre o IPM, a entrevista, e outros documentos da época, numa autêntica disputa de memórias.

Em síntese, aprendeu-se com (GINZBURG, 1987) que a pesquisa sobre um indivíduo comum, ainda que não representativo de sua comunidade, permitiu a descrição da fisionomia de sua cultura e do contexto no qual ele se moldou e, também, uma hipótese geral sobre a cultura.

Isto fica evidente quando entrelaçou-se os depoimentos dos indiciados, especificamente na análise dos TPIs, com os indícios das narrativas rememoradas no tempo presente por Melo. Evidenciando a importância do trabalho com a História Oral, uma vez que, excluídos, têm a possibilidade de narrar suas memórias contra

hegemônicas (GRAMSCI, 1979), e, assim, “escavando os meandros dos textos, contra as intenções de quem os produziu, podemos fazer emergir vozes incontroladas”. (Ginzburg, 2007, p.11), sobre as possíveis outras histórias da ditadura civil-militar em Parnaíba/PI.

Assim como os processos foram notoriamente esquadrihados pelos militares, reanalisar e aliar os mesmos a história oral daqueles que contribuíram para construção dos fatos naquele período, poderá contribuir para o debate político de disputa da memória dos tempos da ditadura civil-militar em Parnaíba/Piauí, que, dialeticamente, “deve ser integrada à história da luta de classes” (BENJAMIN, 1996, p. 1240; apud LOWY, 2005, p. 79), ao tempo em que assume a função social de “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIM, 1985, p. 225).

No mais, ressalta-se que esta dissertação é composta por divisões que compreendem: Introdução; Capítulo I; Capítulo II; Capítulo III; Considerações Finais, Referências, Apêndices e Anexos. A introdução é composta basicamente pelos meandros que permearam a metodologia da pesquisa em prol da análise de um Inquérito policial constituído na cidade de Parnaíba Piauí, dias após o golpe civil militar em 1964, contrapondo com a história oral de um dos indiciados, Ademir Alves de Melo que na época era estudante secundarista. Tendo como ferramenta interdisciplinar os pressupostos do paradigma indiciário (GINZBURG, 1989), que qualitativamente oportunizou uma análise aguçada e a apreensão de novas histórias sobre a ditadura civil militar em Parnaíba-PI.

No primeiro Capítulo intitulado Ditadura Civil Militar Brasileira: memória e esquecimento, inclui-se o resumo sucinto do contexto ditatorial na América Latina, enfatizando o Brasil. Na qual partindo da gota d’água (Parnaíba) conseguiu-se aprofundar a análise para compreender o todo complexo para o entrelaçamento desta conjuntura política no Estado brasileiro.

Reforçando a importância de manter a história viva na memória do povo brasileiro através das narrativas orais que por muito tempo foram deixadas a margem social. Fazendo uma conexão com as impressões corriqueiras sobre o ser comunista durante o período ditatorial.

O segundo Capítulo compreende a Análise do Inquérito Policial Militar da subversão em Parnaíba - PI, IPM 349, com a súmula geral de tudo que foi escrito nos meandros do processo crime, através dos Termos de Perguntas aos Indiciados. Neste capítulo também destacam-se algumas notícias jornalísticas da época,

fotografias de pessoas envolvidas no IPM e relatos orais de fontes conexas ao IPM e conseqüentemente as circunstâncias que levaram trinta e quatro cidadãos parnaibanos serem considerados subversivos.

O terceiro e último capítulo trata da entrevista de Ademir Alves de Melo, permeada pelas suas impressões dos acontecimentos sucedidos pré e pós golpe de 1964 que acarretou mudanças significativas em sua vida e na de sua família, que o fez construir uma nova conjuntura de luta em outro estado brasileiro e em outros países. Melo concedeu duas entrevistas nas quais foi possível consolidar outras abordagens ressignificando os fatos elencados em sua memória, após mais de cinquenta anos da configuração do golpe, contrapostos com seu depoimento no IPM.

Nas considerações finais efetuou-se uma reflexão sobre as implicações da perseguição aos cidadãos parnaibanos fazendo um contraponto com as novas histórias que ainda estão ocultas nas cidades distantes dos grandes centros administrativos nacionais e que merecem ser analisadas e fazerem parte da história do Brasil. As demais partes desta pesquisa compreendem: fontes, referências bibliográficas, contendo todo material impresso e digital utilizado para efetivação da análise documental. Apêndices e anexos.

CAPÍTULO I

DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA: lembrança e esquecimento

[...] desafiada a conviver com uma pluralidade cultural que ruía os tradicionais valores. As inovações tecnológicas que levaram o homem à lua, que inventaram o computador; que aceleraram os avanços das pesquisas científicas, concretizadas com os transplantes de córnea e do coração; o aparecimento de novas formas de comunicação como a experimentada pelos poetas da chamada “poesia marginal”; a experiência tropicalista e o contraponto com os Centros de Cultura Popular da UNE; televisão, suplantando o rádio, foi uma invenção, dentre outras, igualmente importante, somada à rapidez da comunicação e ao fascínio da imagem que foi transformando aos poucos a vida e a percepção das pessoas, que passaram a conviver com um mundo em processo crescente de globalização (CARVALHO, 2006. p. 23-24).

Essa globalização na realidade estava permeada por um processo que Aarão Reis (2000) descreve como sendo uma internacionalização do capital. As grandes potências capitalistas norte americanas e europeias incentivavam os países da América Latina a construir sua própria autonomia econômica mediante a expansão do capitalismo. Porém, esse incentivo vinha atrelado a uma falsa autonomia que ao invés de tornar os países latino americanos independentes economicamente, os aprisionavam tornando-os meras colônias exploratórias.

Toda disputa pelo poder econômico e pelo território para expansão capitalista na América Latina⁶ foi o estopim para vários golpes de Estado, que obtiveram respaldo dos Estados Unidos da América-EUA, potência econômica que logo após a Segunda Guerra Mundial passou a lutar contra a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas- URSS, pela hegemonia econômica, política, social e militar dos demais países.

⁶ Elizabete Scaliante destaca que a América Latina foi palco de disputa dos blocos capitalistas e socialistas pelo poder político e econômico, trazendo mudanças ideológicas significativas e novos caminhos para política externa em fins da década de 50 e início de 60. No mais, os líderes dos países latino americanos que davam certa liberdade as esquerdas, era vistos como simpatizantes do comunismo internacional. (SCALIANTE, Elizabete A. Políticas Coercitivas da Operação Condor. Mestrado em Ciências Sociais. PUC, São Paulo, 2010, P. 43).Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp144645.pdf> . Acesso em 10 de dez. 2017.

Enquanto os Estados Unidos almejavam a expansão do capital, da propriedade privada, baseado na economia de mercado, a União Soviética socialista, desejava implantar um partido único, o comunista e uma economia centralizada que significa o controle do Estado sobre toda produção e distribuição de mercadorias e bens de consumo.

Nesta luta ideológica, ao perceber as possíveis influências da URSS nos países latinos americanos, os EUA começaram a apoiar os golpes de Estado, visando conter o desenvolvimento das esquerdas comunistas, nacionalistas. Transformando o governo de vários países, assim como no Brasil, o Chile, a Argentina, a Bolívia, o Peru, o Uruguai, em palco de ditaduras militares e desta forma conseguiu manter a integração capitalista e a submissão política econômica destes países atrelados aos seus próprios interesses (SCALIANTE, 2010).

Quando cada qual a seu modo, os presidentes destes países, começaram a implantar em seu governo ideais sociais, procurando desenvolver o país de modo igualitário, distribuindo a terra através das reformas agrárias, investindo na transformação, mediante os movimentos sociais entre outras medidas, passaram a ser considerados como inimigos do capital. Fazendo com que a grande potência capitalista interviesse, de modo arbitrário e sorrateiro na política destas nações, utilizando como massa de manobra uma burguesia nacional descontente com as medidas tomadas pelos seus governantes, e assim deflagraram juntamente com o exército, vários golpes de estado, que culminaram em ditaduras.

Gorender parafraseando Marx na introdução de *A Ideologia Alemã* (1998, s.p) destaca que “toda classe que aspira implantar sua dominação deve começar pela conquista do poder do Estado, a fim de apresentar seu interesse particular com aspecto de interesse geral”. E foi exatamente isso que a burguesia fez. Tratou de repassar, a seu modo, as benesses do capitalismo, mesmo que desfavorável à classe operária, valorizando esta forma de governo em oposição evidente ao comunismo. Neste sentido, Marx (1998) esclarece que o poder econômico da burguesia faz com que esta tenha mais acesso ao conhecimento e assim pode influenciar através da retórica a classe operária, tornando-se dominante.

A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual

está submetido também a classe dominante (MARX; ENGELS, 1998, p. 48).

Para Aarão Reis (2000) países como o Brasil e a Argentina, permitiram a entrada do capital internacional, mas não perderam as raízes nacionais estadistas. A aliança de Cuba com a URSS e os acontecimentos que sucederam, culminaram com o rompimento com os Estados Unidos da América e sua intervenção capitalista na economia cubana, fez de Cuba um referencial de luta aos movimentos nacional-estadistas latino-americanos.

No Brasil esses fatos não foram diferentes, permeadas por toda essa transformação, imersos num pluralismo de ideias, de concepções culturais e artísticas, a juventude brasileira tomou rumos distintos aos valores tradicionais impostos pela igreja e a burguesia, repassado pelas famílias e a mídia conservadora. Muitos passaram a fazer parte de organizações políticas, organizativas em prol dos movimentos sociais, e o engajamento político da classe trabalhadora.

A deflagração do golpe civil militar em 01 de abril de 1964, veio para desacelerar este efervescente crescimento dos movimentos culturais e sociais, e extinguir qualquer articulação política contrária ao regime. A notável ascensão dos sindicatos de diversas categorias e sua notória articulação política em prol dos trabalhadores. A criação dos sindicatos rurais, da Liga Camponesa, do Movimento de Educação de Base –MEB. As organizações em prol da juventude, orientadas pela Igreja Católica, tais como: Juventude Estudantil Católica-JEC; Juventude Agrária Católica-JAC; Juventude Independente Católica-JIC; Juventude Operária Católica-JOC e Juventude Universitária Católica-JUC. Todas estas instituições que estavam em pleno desenvolvimento tecnológico, cultural passaram ser consideradas pelo governo militar ultrajantes movimentos de esquerda que a todo custo deveriam ser extintas. Tais organizações, mesmo empenhadas com o compromisso social, foram consideradas organizações comunistas que subvertiam a ordem imposta.

No entanto, essas instituições obtiveram notável desempenho em prol dos oprimidos, o MEB, por exemplo, manteve uma articulação para a alfabetização de jovens e adultos que suscitou para si os olhares dos militares. Mesmo sendo constituída por membros da Igreja Católica, foi considerada uma organização comunista, pois, “naquele momento, os discursos se confundiam e se fundiam, pois

os anseios e as necessidades da população eram comuns a cristãos e comunistas (CARVALHO, 2006, p.85) ”.

Diante de toda controvérsia, enquanto a notícia do golpe de estado deflagrado pelos militares se alastrou pelos quatro cantos do país, as informações não chegaram a toda população da mesma maneira. Devido à precariedade dos meios de comunicação do século XX, pode-se dizer que muitos nem chegaram, a saber, de fato o que estava ocorrendo. Por este motivo, o período foi marcado por dois tipos de concepções. Enquanto uma parte da população estava ciente sobre o caráter excludente e repressivo do regime, outra parte, permanecia inerte em sua própria ignorância dos fatos, ou iludidos pelas muitas máscaras que a ditadura se utilizou para enganar os cidadãos, e assim os fazerem acreditar que na ditadura predominava a democracia, a cidadania, a Constituição. E até os dias atuais, muitos, mesmo diante dos registros de todos que foram arduamente perseguidos, oprimidos, torturados, mortos, preferem se omitir, ignorando o fato que o Exército, juntamente com membros da sociedade civil, infringiu os direitos dos cidadãos, quando tornaram muitos dos nossos, “inimigos do Estado” (AARÃO REIS, 2000).

A memória forjada pelas mídias, pela propagação de um regime excludente, pelos ideais de uma pátria na qual quem ousasse ser contrário a seus ideais tornava-se inimigo e tinha seus direitos sonogados, oprimidos, fez com que a ditadura no Brasil se tornasse um período contraditório, do qual muitos não ousam lembrar, submergem-se num silêncio que ecoa por gerações. Acreditam que mesmo diante de toda mudança social, ainda podem sofrer ao mexer com coisas de um passado que para muitos não passou (AARÃO REIS, 2000).

E assim a memória daqueles anos continua submersa entre indícios e vestígios, enquanto uns preferem guardar aqueles momentos como algo que deva ficar preso apenas em sua memória. Já basta de sofrimento. Outros forjam suas mentes a esquecer, e repetem isso como um mantra para que suas mentes forçadas ao esquecimento tornem aqueles anos, em apenas lembranças de um filme que assistiram nas telonas do cinema e nada mais. Mas a realidade não é esta. A ditadura ocorreu e não pode ser deixada a margem de nossa história. Há uma mancha vermelha de sangue no território nacional, é preciso retornar ao passado para compreender o presente.

Diante desta memória, está o esquecimento, causado por problemas psíquicos ou pelo jogo de poder entre as sociedades. Aqueles que possuem o poder

manipulam a história passada, transformando a memória de um povo a meras recordações de algo que viveram, porém é como se não tivessem vivenciado. Sua memória, não lembra a história como os livros contam, falta os detalhes tão pertinentes que a tornam vivas e significativas. Le Goff (1990) ressalta que:

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p. 426).

Não basta aos poderes hegemônicos manipular o mundo do trabalho, mediante os meios de produção, submetendo os trabalhadores a um sistema desumano que não lhes permite serem indivíduos livres, sua memória também é alvo de disputa. A guerra pelo poder faz com que a classe oprimida seja ainda mais submetida ao esquecimento social, relegada a viver a margem da história oficial, mesmo sendo parte integrante e muitas vezes a própria criadora da história.

As memórias construídas pelos poderes hegemônicos são baseadas em acontecimentos reais, porém ressaltam fatos condizentes aos interesses políticos, econômicos e sociais das elites, para que dessa forma seja repassada a sociedade, gerando assim uma memória coletiva muito difícil de ser rompida. Essa memória coletiva alimentada pelo autopoder de propagação, através de imagens, sentimentos, valores, etc., tende a permear a memória individual dos sujeitos. Dessa forma, ao contar um fato podemos ter nossa memória cooptada por estereótipos que nasceram da memória coletiva, imposta pela mídia, pelas escolas, que repassam os fatos a sociedade, amparados pelos interesses dos poderes hegemônicos.

Como salientou-se, as elites sociais se utilizam dos principais meios de propagação de seus ideais para transmitir ao povo aquilo que lhes convém, para manter seu domínio e poder. Outra autora a reforçar este fato é Ecléa Bosi (2003) quando salienta sobre as escolas como meio de reprodução dos ideais hegemônicos. Para Bosi, as histórias repassadas aos estudantes não abordam o passado recente e deixam de lado aspectos comportamentais importantes do cotidiano das sociedades. Isso acarretou no esquecimento de parte da história. No entanto, Bosi ressalta que nos anos setenta com a crise das grandes teorias da

história, a tradição oral e as crônicas muito utilizadas na Idade Média por autores como Landolfo Senior, para registrar a memória oral de um povo, voltaram a ser valorizadas, justamente por ser um instrumento valioso na construção do cotidiano, deixando com que a população, excluída das antigas narrativas, tomasse a palavra.

Bosi (2003, p. 15) ressalta que “a história que se apoia unicamente em documentos oficiais não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios”. Muitos pesquisadores se acostumaram a utilizar apenas os documentos oficiais como análise de suas pesquisas, mas quando estes documentos envolvem seres humanos é possível fazer um *link* entre as narrativas oficiais com o relato oral daqueles que fizeram parte do ocorrido. Dessa maneira as pesquisas se tornam ricas e muito mais precisas. Muitos documentos oficiais suprimem informações, por isso a necessidade de contrapor as fontes. “Mais que o documento unilinear, a narrativa mostra a complexidade do acontecimento. É a via privilegiada para chegar até o ponto de articulação da História com a vida cotidiana” (BOSI, 2003, p. 19-20). No entanto, é importante que o pesquisador esteja atento aos relatos orais, para que não caia no engodo da memória coletiva.

E foi assim que a história da ditadura no Brasil foi escrita, entre a lembrança e o esquecimento daqueles que vivenciaram o período. Hegemonicamente forjada pela imposição da burguesia, que em vários sentidos tomou para si as narrativas, cooptando, denegrindo e modificando as informações.

2.1 Ditadura no Brasil: a história e os fatos

A ditadura civil militar brasileira, foi permeada por duas concepções: de um lado ditadores que viam seu governo como sendo “democrático- representativo”, mas que em nada era democrático, quanto mais representava todos os cidadãos brasileiros. Ao contrário, era nitidamente conflitante, estávamos diante de uma luta de classes inexorável, em que a força militar se impunha utilizando de todo seu aparato “legal” para defender com unhas e dentes os privilégios que o poder lhe concedia, juntamente com uma hipócrita burguesia. Do outro lado uma classe operária que buscava melhorias nas condições de vida e existência a classe pobre, mediante a resistência a opressão e uma luta contumaz que gradativamente fecundava no meio do povo.

Era nítido que a sociedade estava dividida em classes, entre proletários e burgueses, pobres e ricos, isso implicava uma ideologia totalmente oposta. Enquanto a classe dirigente tendo os militares a seu favor, lutavam para ampliar sua aquisição econômica, e continuar no poder. A classe operária estava amparada apenas em sua resistência subversiva.

Seguindo o raciocínio, entre memória, esquecimento, história oral e os documentos oficiais. Para compreender como foi o desdobramento entre a democracia e a ditadura no Brasil, é preciso averiguar como se originaram as primeiras intervenções do Exército no Poder Executivo modificando a política brasileira, pois:

Quando, em abril de 1964, os militares derrubaram o presidente João Goulart e ocuparam o poder, na verdade estavam dando seqüência a uma longa tradição intervencionista que remonta aos séculos anteriores da nossa história. Ainda antes da Proclamação da República e durante a época escravista registraram-se inúmeros episódios de participação dos militares na repressão contra lutas populares (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, pg. 53).

Há tempos os brasileiros lutam por melhorias na qualidade de vida, através de levantes populares contra a exploração forjada pelas artimanhas capitalistas que assola a sociedade e oprime os trabalhadores. “A imagem do brasileiro conformado, acomodado, submisso, que sempre se procurou vender, não corresponde ao registro da história”. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, pg. 53). Alguns movimentos demonstraram nitidamente esse caráter de luta do povo brasileiro, entre eles: a Cabanagem, a Guerra dos Farrapos, a Balaiada, a Revolução Praieira, entre outros.

Para reprimir estes levantes populares, foi criado em 1831 a Guarda Nacional, que entrou em declínio logo após a Guerra do Paraguai, passando a disputar espaço com o Exército. Neste período o Exército passou a intervir declaradamente na política nacional, tanto que, anos depois foi decisivo na derrocada de Dom Pedro II, na passagem da monarquia para a república. Isso é evidenciado pela presença dos militares: Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, como os primeiros presidentes do país. Demonstrando que muito antes de se configurar o golpe de 1964, os militares já estavam habituados a fazer parte do Poder Executivo brasileiro.

Desde que passou a intervir na política brasileira, o Exército se tornou uma instituição coercitiva que repreende veementemente as camadas mais pobres da população. Contudo, nos anos de 1930 sofreu um racha entre seus segmentos, surgindo assim os Levantes Tenentistas (1922 - 1924) e a Coluna Prestes (1924 - 1927).

Longe de apoiar a classe trabalhadora o Levante Tenentista criou a Aliança Liberal e conseguiu por meio de imposição, forçar a posse de Getúlio Vargas na condição de presidente do Brasil, através de uma aliança entre oligarquias rurais e os setores emergentes industriais. Mesmo diante deste pressuposto, foi no governo de Vargas que nasce a Aliança Nacional Libertadora –ANL 1935, com a junção entre comunistas e políticos nacionalistas que visavam a Reforma Agrária. Entretanto, após constatar o crescimento da ANL, Getúlio Vargas criou medidas para coibir seu desenvolvimento. Nesse embate, o Exército se consolida como uma força de luta contra os comunistas.

A violência da repressão que se seguiu, e sua longa duração, revelam que não se tratava simplesmente de castigar os revoltosos da chamada “Intentona Comunista”. Mais do que isso: as elites representadas no Governo sentiram chegada a hora de, aproveitando o pretexto, golpear as conquistas democráticas preparadas pelas lutas tenentistas e legitimadas pela Revolução de 30 (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 55).

De acordo com a Arquidiocese de São Paulo (1985), apoiado pelos militares, Vargas em 1937 instaurou uma ditadura com o nome de Estado Novo, que apesar dos pesares, obteve algumas conquistas nacionalistas, mas feriu os interesses de países, tais como os Estados Unidos da América, ocasionando um golpe de Estado contra o governo Vargas, em outubro de 1945. Articulado entre alguns setores do Exército e os norte-americanos. Na ocasião, o Marechal Eurico Gaspar Dutra foi eleito o novo presidente do Brasil.

Em 1950 o governo Dutra que procurava favorecer os Estados Unidos, foi derrotado nas urnas pelo próprio Getúlio Vargas a quem outrora havia substituído. Nos anos que se sucederam dois fatos importantes aconteceram, primeiramente: Vargas não foi capaz de barrar as garras americanas enfiadas na economia brasileira, “nem se amoldava aos interesses dos monopólios estrangeiros, que crescentemente avassalavam a economia brasileira, nem ousava estimular abertamente a participação popular para impor medidas nacionalizantes”

(ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 56). Estava às portas um novo golpe de estado, quando Getúlio Vargas, em vinte e quatro de agosto de 1954, comete suicídio. O Exército que já articulava depô-lo foi obrigado a suspender a nova conspiração.

Em 1956 Juscelino Kubitschek sobe ao poder mediante o voto e a direita militar novamente recua, mas passa a fortalecer a Escola Superior de Guerra fundada em 1949 arquitetando toda uma ideologia denominada como: Doutrina de Segurança Nacional, assídua nos relatos sobre a ditadura. De acordo com a Arquidiocese de São Paulo, a:

Doutrina de Segurança Nacional projetou leis e regras sobre todos os setores da vida da Nação e, até mesmo, fora dela. No Conselho de segurança Nacional, entidade máxima do regime, são traçados os “Objetivos Nacionais Permanentes” e as “bases para a política nacional”. De acordo com esses objetivos, são editados decretos e decretos-leis, são apresentados ao parlamentarismo projetos de lei e emendas constitucionais e, quando necessário, são editados até mesmo os “decretos secretos”, como aconteceu a partir do governo Médici (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 74-75).

Confirmando contundentemente o intento do exército, ainda no governo JK de fortalecer as bases que serviriam posteriormente para configurar o golpe e mantê-lo por tantos anos.

Após o governo de Kubitschek, Jânio Quadros é eleito com grande aceitação popular, porém, no dia 25 de agosto de 1961 renuncia ao cargo, deixando grande margem de dúvidas no seu ato. Até nos dias atuais é possível indagar, se sua atitude foi livre ou pressionada pela direita militar. Neste contexto contraditório, o vice-presidente e líder do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB João Goulart vulgo Jango impedido pelos militares de assumir a Presidência da República, recebeu grande apoio popular, contando sobretudo com o suporte do então governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola. Goulart assume, porém o Exército impõe o sistema parlamentarista, retirando o Poder Executivo do presidente. Algum tempo depois Goulart conseguiu, mediante um plebiscito, abolir com maioria absoluta o sistema parlamentarista.

Fazendo um parêntese na cronologia dos fatos, faz-se necessário ressaltar que de 1930 a 1964 ocorreram no país seis golpes de Estado, demonstrando a total instabilidade política republicana:

Dos cinco presidentes eleitos pelo voto direto no período (Júlio Prestes – que nem assumiu -, Dutra, Vargas, Kubitschek e Jânio Quadros), apenas dois terminaram seus mandatos. Os dois vice-presidentes que assumiram (Café Filho, no lugar de Vargas em 1954 e João Goulart, no lugar de Jânio Quadros, em 1961) não conseguiram completar o tempo restante dos seus respectivos mandatos (BARROS, 2007, p. 02).

Para César Mangolin de Barros (2007) uma instabilidade que transformou trabalhadores e estudantes em militantes, na busca por melhores condições de existência. Os anos após a renúncia de Jânio Quadros até a configuração do golpe civil militar em 1964, foram marcados pela mobilização política da sociedade civil, dos trabalhadores que através dos sindicatos lutaram em favor das Reformas de Base, proposta pelo então presidente Jango. Aarão Reis (2005) esclarece que o corpo do programa das Reformas de Base era composto por sete outras reformas, que compreendem: A Reforma Agrária; Reforma Urbana; Reforma Bancária; Reforma Tributária; Reforma Eleitoral; Reforma do Estatuto do Capital Estrangeiro; e a Reforma Universitária. Cada qual com objetivos específicos.

A reforma agrária, para distribuir a terra, com o objetivo de criar uma numerosa classe de pequenos proprietários no campo. A reforma urbana, para planejar e regular o crescimento das cidades. A reforma bancária, com o objetivo de criar um sistema voltado para o financiamento das prioridades nacionais. A reforma tributária, deslocando a ênfase da arrecadação para os impostos diretos, sobretudo o imposto de renda progressivo. A reforma eleitoral, liberando o voto para os analfabetos, que constituíam, então, quase metade da população adulta do país. A reforma do estatuto do capital estrangeiro, para disciplinar e regular os investimentos estrangeiros no país e as remessas de lucros para o exterior. A reforma universitária, para que o ensino e a pesquisa se voltassem para o atendimento das necessidades sociais e nacionais. Instaurou-se um amplo debate na sociedade sobre o assunto. Nas ruas, nas greves e nos campos, agitavam-se os movimentos sociais, reivindicando, radicalizando-se. Entretanto, em sentido contrário, mobilizavam-se resistências expressivas. (AARÃO REIS, 2005, p. 24).

Diante de toda articulação em prol da efetivação das Reformas, os trabalhadores urbanos criaram o Comando Geral dos Trabalhadores- CGT, para unir os sindicatos e assim obterem maior respaldo perante as mazelas sociais trabalhistas que enfrentavam e desta forma conquistarem direitos. Enquanto isso os estudantes fortaleceram a União Nacional dos Estudantes- UNE, e no campo foram criadas as Ligas Camponesas, importantes na luta em favor da Reforma Agrária.

Contudo, o CGT, a UNE e as Ligas Camponesas foram consideradas pela direita reacionária as principais organizações subversivas que visavam transformar o Brasil num país comunista.

De crise em crise, chega-se ao cenário de 13 de março, quando uma concentração de mais de 200 mil pessoas, em frente à estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, no Rio, comandada por Goulart, na presença de todo seu ministério e vários governadores, aclama algumas das Reformas de Base assinaladas ali pelo presidente [...] É um momento muito forte, mas que não deixa saldo organizativo para um enfrentamento concreto. Eleva os generais a marcarem data para a ação [...] Em 1º de abril de 1964, é vitoriosa a ação golpista, praticamente sem resistência. Era evidente que todo aquele movimento nacionalista e popular, estruturado em bases essencialmente legais, não tinha condições de enfrentar a força das armas. A gestação chega ao final e o Brasil entra numa fase de profundas transformações [...] no arquivamento das propostas nacionalistas de desenvolvimento através das Reformas de Base. A partir daí, foi implantado um modelo econômico que, alterando periodicamente em questão de importância secundária, revelou uma essência que pode ser assumida em duas fases: concentração da renda e desnacionalização da economia (ARQUIDIOCESSE DE SÃO PAULO, 1985, págs. 59,60).

O discurso do dia 13 de março de 1964, proferido por João Goulart, teve uma considerável importância, para o engajamento político da classe operária, e para a união das Forças Armadas, que pode constatar as intenções de Jango em suas propostas nacionalistas e sobre as Reformas de Base, ocasionando em seguida o golpe de Estado, na qual, mesmo articulada, a classe trabalhadora não conseguiu se desvencilhar.

É evidente que após o golpe houve resistência da classe trabalhadora, dos estudantes, alguns políticos e até militares, porém, ao serem considerados subversivos, comunistas, grande parte dos que apoiava Jango foram excluídos dos meios sociais e passaram a viver na clandestinidade. Mesmo que procurassem uma revolta armada, não bastaria contra as imposições do Exército, visto que este possuía todo poderio bélico do país.

O Exército brasileiro em comum acordo com alguns cidadãos oriundos da classe economicamente dominante, tais como: os latifundiários, fazendeiros, entre outros, expandiu pelo país o achatamento salarial e muitas outras medidas autoritárias que debilitavam cada vez mais a vida dos trabalhadores e favoreciam a burguesia, trazendo miséria à mesa e na vida de grande parte da população

assalariada. Enquanto isso o mercado estrangeiro ganhava espaço no território, alargando sobremaneira seu capital. Hessmann (2009, p.03) ressalta que:

Diferentemente das demais intervenções das Forças Armadas nas questões políticas brasileiras, o golpe militar de 1964, com a derrubada do governo constitucional de João Goulart, deu início ao ciclo militar que duraria vinte e um anos (1964-1985). Destaque-se ainda, que o golpe desencadeado em 1964 teve como protagonistas principais as Forças Armadas, mas contou com o apoio de empresas nacionais e transnacionais, do governo norte-americano e de segmentos da sociedade civil.

Hessmann confirma a presença de empresas, do governo norte-americano, e da sociedade civil na tomada do poder. Demonstrando, sobretudo a cooperação do novo governo militar ditatorial ao desenvolvimento capitalista, mesmo que isso implicasse a destituição dos direitos da classe operária.

Napolitano (2011) ressalta outro aspecto importante sobre os governos militares: eles não eram homogêneos, “o que unificava os grupos militares eram o anticomunismo e a rejeição à política de massas, ou seja, a incorporação das massas no jogo político e eleitoral” (NAPOLITANO, 2011, p. 210) enquanto que os demais setores foram negligenciados.

Não havia um plano de governo conciso para reger a nação, cada novo presidente seguia uma linha dentro do Exército e agia fundamentado pela ideologia de sua ala, dividida em linha dura ou moderada também conhecida como castelistas ou grupo da Sorbonne. No entanto, Carlos Fico (2004) esclarece que apesar de serem controversos e governarem de maneiras diferentes, havia uma unidade entre os presidentes militares, que permitiu permanecerem por tantos anos no poder. De acordo com este autor, a divisão em linha dura e moderada, simplesmente não era condizente com as atitudes dos governantes.

O primeiro presidente militar a subir ao poder após o golpe, foi o cearense General Humberto Castello Branco que governou o país entre os anos de 1964 a 1967. Denominado moderado, em suas ações ele cerceou o direito dos estudantes de participarem de atos políticos, decretou o AI- 2, instituiu o Serviço Nacional de Informações-SNI, entre outras ações. Segundo Fico (2004), Castello Branco foi benévolo a chamada linha dura.

Em 1967 sobe ao poder o gaúcho Marechal Costa e Silva ficando no cargo até 1969. Na ocasião decretou o AI-5, considerado o pior ato contra os direitos do

povo. O próximo presidente foi o também gaúcho General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) responsável pelo momento de maior repressão e pelo chamado “milagre econômico”, que não passou de uma mera ilusão. Ambos representantes da chamada linha dura.

Os dois últimos presidentes militares no período do golpe foram o General Ernesto Geisel (1974-1979) que iniciou uma abertura do regime em prol de uma democracia relativa. Por fim o General João Baptista Figueiredo (1979-1985) que assinou a lei concedendo aos perseguidos políticos e militares torturadores a anistia, momento de controvérsia, pois, trouxe um pequeno alento as famílias e ao mesmo tempo perpetuou a injustiça.

Os acontecimentos que permearam a política brasileira durante os vinte e um anos que o regime ditatorial reinou soberano pelo país, não ficaram presos apenas aos grandes centros. Há indícios de perseguição aos subversivos, comunistas e todos que eram contrários às ideologias da ditadura em todos os estados brasileiros. Uns com maior intensidade que outros, porém em todos os cantos do país houve um povo que ousou lutar, que não se calou. Foi o caso do Piauí, que, apesar de ser considerado um estado pequeno e pobre, dias após o golpe teve um inquérito militar instaurado, para averiguar os crimes relacionados à adesão de cidadãos piauienses ao Partido Comunista e a subversão da ordem de acordo com a política de segurança nacional.

2.2 A Ditadura e suas implicações no Estado do Piauí

O Piauí, um estado brasileiro que por muito tempo foi considerado um dos mais pobres do país, sofria com a falta de infraestrutura, o descaso governamental e o profundo sentimento de inferioridade com relação aos demais estados da Federação. Grande parte de sua população, na época do golpe, era composta por pessoas simples, oriundas da zona rural, com pouca ou nenhuma alfabetização. Porém, mesmo diante destas dicotomias, que os poderiam afastar da luta, os piauienses estiveram engajados e fizeram parte deste contexto, sendo protagonistas de histórias relevantes para a conjuntura política constituída antes e após o golpe de 1964.

Assim como em outros estados da Federação, no Piauí o poder estabelecido também se utilizou dos meios de comunicação para provocar pavor nos

cidadãos, enfatizando a aversão aos chamados comunistas, subversivos. Em sua pesquisa para dissertação de mestrado, Marylu Alves de Oliveira (2008) destacou que o rádio, os jornais e os livros, foram os principais meios de propagação da política anticomunista no Piauí, ligados a três vertentes de grande importância social: a religião, o conservadorismo e a propriedade privada. Estes meios de comunicação que circulavam pelo estado, antes mesmo do golpe, já disseminavam propagandas contrárias aos ideais comunistas, tentando fazer com que o povo piauiense adquirisse aversão aos comunistas e por isso, foram de grande valia na deflagração do golpe civil militar no Piauí.

Quando ocorreu o golpe em abril de 1964 a população recebeu a notícia através do rádio e tratou de propagar uns aos outros. Como salientou-se anteriormente, o rádio foi um dos meios de comunicação mais presentes nos lares. Na época a capital do Piauí-Teresina possuía apenas uma única banca de revistas, que vinham da região sul do país e por isso chegavam com certo atraso. Os jornais impressos no estado sofriam com a constante falta de energia, ocasionando atrasos na distribuição das informações (OLIVEIRA, 2008).

Oliveira (2008) pondera que horas após o golpe, ao saber do ocorrido, o então governador do Piauí, Petrônio Portella, reuniu alguns líderes e empresários para assinarem uma carta em apoio a João Goulart, porém, quando soube da gravidade dos fatos, interceptou a carta e recuou em seu desígnio. A partir de então, mesmo se considerando esquecidos, muitos piauienses foram perseguidos, cassados, torturados. Nos anos anteriores, a efervescência dos movimentos sociais, sindicais, estudantis e das ligas camponesas, haviam tomado fôlego e força na luta contra as precariedades, com o respaldo do presidente João Goulart e sua proposta de reforma de base, demonstrando sobretudo, que apesar de se considerar imêmore, o povo piauiense mantinha se constante na luta. A ponto de, quando alguns políticos foram cassados, se sentiram valorizados, pois passaram a acreditar que tinham alguma notoriedade nacional, caso contrário, teriam passado despercebidos.

Neste período formaram-se muitos líderes nas comunidades espalhadas em todo território piauiense. Estivadores, ferroviários, camponeses, entre outros. Estas lideranças que a custa de muita luta, conquistaram benefícios para suas categorias, após o golpe estavam sofrendo as duras penas do regime ditatorial que

tentava forçá-los a obedecer a Doutrina de Segurança Nacional e a desistir de suas reivindicações.

Segundo Carvalho (2006) uma parte da Igreja Católica, que comungava dos mesmos ideais que permeava os movimentos sociais, obteve notoriedade na conquista de direitos aos menos favorecidos. Dom Avelar, arcebispo de Teresina desenvolveu um trabalho com a juventude e principalmente com os trabalhadores do campo. Com o propósito de instruí-los para que pudessem melhorar suas condições de vida. Dom Avelar ainda fortaleceu as Ligas Camponesas e os Sindicatos Rurais e no mais levou a estes a alfabetização através do Movimento de Educação de Base. A autora destaca que:

Para o trabalhador não havia possibilidades de melhorar as condições de vida porque qualquer atividade fora da lavoura era proibida, não podia criar animais e nem mesmo melhorar sua habitação. O camponês vivia e trabalhava apenas para a sua subsistência e de sua família, sem maiores perspectivas de vida. Considerando tais condições do camponês piauiense, o sindicato representava um rompimento da cultura de submissão por meio da organização, da educação política e do acesso do trabalhador a condições de vida mais humanas, com maior liberdade e autonomia. A perspectiva dessas novas possibilidades para o trabalhador seria precursora do desmonte de uma cultura camponesa tradicional, onde prevalecia a exploração no campo (CARVALHO, 2006, p.75).

Ao apoiar a classe trabalhadora, Dom Avelar e outros membros da Igreja Católica, tornaram-se inimigos dos proprietários de terra e após o golpe passaram a ser considerados pessoas não gratas, contrários ao governo. Mas a intenção da igreja, para além da filantropia, era aumentar o número de fiéis. Apesar de terem ideais e ações parecidas com as do Partido Comunista eles não eram comunistas, almejavam apenas melhores condições de vida e existência a grande população rural piauiense, que se sujeitava aos desmandos dos grandes latifundiários.

Nota-se que no Piauí a luta trabalhista tanto no campo como no meio urbano foi o que configurou aos ditadores uma acirrada perseguição aos chamados comunistas. Estes fatos tornam-se evidentes no Inquérito Policial Militar da subversão em Parnaíba - PI. Os trinta e quatro indiciados faziam parte de movimentos trabalhistas, lutavam pelo direito da classe operária e lutar pelos direitos trabalhistas já era condição propícia para ser considerado subversivo. O governo militar não estava disposto a ouvir as reivindicações dos trabalhadores. Muito

menos quando estas se tratavam de reivindicar a terra através da Reforma Agrária, pois, recebiam apoio total das elites agrárias.

Carvalho (2006) ressalta que em 1963 houve em Teresina capital do Piauí uma passeata que reuniu mais de sete mil trabalhadores do campo em favor das reformas, enfatizando principalmente a Reforma Agrária através de faixas e cartazes. Isso deixou evidente a transformação social que estava ocorrendo no campo, que mesmo diante de todas as dicotomias e impasses gerados pelos proprietários de terra, não

demoraria para que os direitos trabalhistas fossem conquistados pelos camponeses. Evidente que a passeata gerou desconforto nas elites agrárias ao perceber a notória articulação política e os rumos que a história estava tomando.

De acordo com o Jornal Novos Rumos essa passeata relatada por Carvalho (2006) na realidade foi o 1º Encontro dos Camponeses, que ocorreu entre os dias 11 e 12 de maio de 1963. O encontro foi organizado pela Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas das cidades de Teresina, Campo Maior, Parnaíba e Amarante. As principais pautas do encontro foram: a discussão e aprovação do Estatuto da União dos Camponeses do Piauí – UNICAMPO, elegendo uma diretoria para o mandato de dois anos. Outra pauta importante aprovada por unanimidade foi o envio de uma moção de protesto ao Ministro da Guerra (Amaury Krue) correspondente à prisão do Padre Alípio de Freitas.

Quando ocorreu o golpe, muitos piauienses acreditaram que o governo militar em meio à “revolução” que afirmavam estar realizando, tornariam reais as reformas de base, afastando o mal do comunismo (CARVALHO, 2006). Porém, com o passar dos dias, com as prisões dos líderes sindicais e outras pessoas, a

IMAGEM I: I Encontro dos Camponeses Realizado em Teresina-PI



FONTE: Jornal Novos Rumos, Ano V, Rio de Janeiro, 31/05 a 06/06, p. 06. 1963.

população começou a notar que o intento do novo governo era desarticular a classe trabalhadora e acabar com os direitos dos cidadãos.

Nos primeiros dias de abril de 1964, foi desencadeado o movimento “Operação Limpeza”, que desejava varrer do território nacional qualquer ameaça comunista, eliminar todos os movimentos e respectivas lideranças que tivessem algum vínculo com o movimento comunista. Assim, qualquer discordância em relação às ordens e à inspiração do novo regime era compreendida como subversão. Os sindicatos rurais organizados e assessorados pela Igreja não tinham uma orientação do partido comunista, mas certamente se articulavam com as ligas camponesas por terem objetivos comuns em relação aos projetos sociais que desejavam conquistar para os trabalhadores [...] Para os militares, no entanto, não havia diferença alguma, todos estavam promovendo a subversão dos camponeses. Havia uma idéia disseminada no seio da população de que os comunistas preparavam a revolução e as elites temiam ser enxotadas do poder. Portanto, para essas elites e para as camadas médias da população, a medida mais clara e sensata seria apoiar as forças contrárias aos comunistas. No entanto, o obscuro veio com a “revolução” promovida pelos militares, e não demorou muito para que a população percebesse isso através das medidas repressoras adotadas por eles. (CARVALHO, 2006, p. 78,79).

Neste trecho a autora enfatiza a limpeza que os militares começaram a fazer no Piauí. Se livrando de todos que consideravam contrários aos seus intentos. Foi aí que iniciaram a perseguição, as prisões, torturas e assassinatos de muitos líderes sindicais, políticos, estudantes. Carvalho também reforçou a ligação entre os militares e as elites da época, que optou em se aliar aos militares para não perder seu poder decisório sobre os trabalhadores. Uma marca forte do sistema capitalista.

Lembrando que nem todos aqueles que foram perseguidos durante o regime estavam envolvidos com o Partido Comunista Brasileiro - PCB, ou seguiam os princípios comunistas, mas certamente de uma forma ou outra subverteram a ordem imposta, quando não aceitaram o novo regime. Para os militares no poder, os subversivos não estavam lutando em favor de seus direitos, mas contra o regime.

Sim, aspiravam que as votações nas urnas fossem respeitadas, não queriam ver um presidente eleito pelo povo ser deixado à margem apenas para satisfazer os interesses de uma pequena parcela da sociedade brasileira detentora do capital que juntamente com militares direitistas anticomunistas, arquitetaram um golpe de Estado. Os chamados subversivos deixaram de lutar somente pela sua

categoria e passaram a unir forças para combater um mal maior, a ditadura, que em todos os âmbitos sonegava o direito dos trabalhadores, estudantes, pobres.

Em seu livro sobre a ditadura, a Arquidiocese de São Paulo esclarece que o ser subversivo denotava uma definição arbitrária para o poder constituído, bem diferente ao que podemos compreender como subversão:

As autoridades do Regime Militar utilizaram esse conceito, abusivamente, como se ele tivesse um conteúdo absoluto, invariável, sagrado. Seu raciocínio continha uma lógica primitiva: subverter é tentar transformar o que hoje existe; como o regime atual apresenta a vontade da Nação, tentar muda-lo é, pois, delito. E todo delito merece punição. O conceito genérico de “subversão”, em alguns dos processos aparece referido como “doutrinação comunista”, outras vezes como “incitação à luta de classes” ou “pregação do ódio entre as classes”. Outras vezes, ainda falava-se em “atos de guerra psicológica adversa”. E quase sempre as peças de acusação fazem referência à instigação da animosidade contra as Forças Armadas e autoridades constituídas (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p.159).

Essa nota reforça que o regime foi constituído através de um golpe de estado, as pessoas não tiveram o direito de dizer se aceitavam ou não as novas condições políticas do país. Não foi mediante eleições ou referendos. Simplesmente as Forças Armadas em comum acordo com a burguesia, forjaram a ferros e fogo a retirada de um presidente eleito pelo povo, submetendo-o aos recônditos da nação, que sem força de ação, mesmo com a grande aceitação popular, foi incapaz de lutar contra o poderio bélico dos militares.

Por esse motivo, no Piauí, e em outros estados brasileiros, muitos foram perseguidos. Na cidade de Teresina ainda existe porões⁷ da época das torturas, que até hoje trazem as marcas do sangue dos chamados subversivos. Torturados barbaramente por acreditar numa democracia, que foi derrotada em 1964 seguida por um golpe civil militar que perdurou 21 anos.

Diante de todo este contexto histórico, estava o povo brasileiro imerso em suas angústias, sem saber ao certo o que estava ocorrendo de fato no país, ouviam rumores de guerra, mas continuavam suas vidas corriqueiramente como outrora,

⁷ Um destes porões está localizado no centro da cidade de Teresina, onde na época funcionava o quartel da Polícia Militar, atualmente, abriga a Central de Artesanato. O porão está em baixo do Box 43 no ateliê do artesão Carlos de Oliveira. Disponível em: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2014/03/porao-usado-durante-ditadura-militar-no-pi-ainda-tem-manchas-de-sangue.html> . Acesso em: 10 de dez. 2017.

acreditando que eram apenas rumores, até o momento fatídico que deparavam-se com o choque entre os engodos anunciados e a realidade posta. Viam seus filhos, parentes, amigos serem levados na calada da noite, alguns desapareciam, outros voltavam machucados depois de um longo período sem contato com os seus.

Ao certo, muitos brasileiros passaram pela ditadura sem compreender o que estava ocorrendo, porém, havia os que conheciam e entre estes, duas espécies surgiram naquele período, os que preferiam permanecer na ignorância, mesmo conhecedores, não agiam ou aceitavam as imposições do regime como sendo algo bom e pertinente a todos. Enquanto do outro lado estava os que ao conhecer não conseguiram mais prosseguir com suas vidas sem lutar contra o regime ditatorial que assolava os direitos civis e trabalhistas do povo brasileiro. Essas pessoas, estudantes, trabalhadores, artistas, sindicalistas, etc., contrários às imposições da ditadura, foram denominados de subversivos, comunistas.

2.3 Parnaíba-Piauí e a instauração do IPM

Segunda maior cidade do Estado do Piauí, Parnaíba que em tupi guarani quer dizer rio de águas barrentas, possui atualmente cerca de 150 mil habitantes, Segundo Cavour (2017) em 1960 possuía 62.719 habitantes. É banhada pelo Rio Parnaíba que se divide em três braços, formando o único delta das Américas, imenso potencial turístico devido a suas belezas naturais. Está localizada a 339 km da capital Teresina.

Mas sua importância econômica/social vai muito além das belezas naturais que possui. Antes de se configurar o golpe civil militar no Brasil em 1964, Parnaíba passava por momentos de grande efervescência social e trabalhista. Muitos sindicatos e organizações ganharam corpo e passaram a lutar pelos interesses da classe operária, camponesa e estudantil. Esses líderes se reuniam nas sedes destas instituições, bem como nas praças, e residências.

Essas reuniões ocorriam na cidade, no campo e em outros municípios do Piauí e também em outros estados brasileiros, como na Guanabara. Os líderes ferroviários e marítimos tinham grande notoriedade, pois naquele período além de serem os trabalhadores mais numerosos, laboravam nas empresas que administravam o transporte via Rio Parnaíba e na Estrada de Ferro Central do Piauí

transportando mercadorias, pessoas, animais. Empresas relevantes para o desenvolvimento econômico, social e trabalhista de Parnaíba e toda região.

Cavour (2017, p.08) destaca que:

Inicialmente Parnaíba era assentada com base no gado, e local das indústrias do charque “Charqueadas”. As atividades econômicas “eram fortes” com o ciclo da pecuária e da carne de charque, posteriormente substituído pelo ciclo de produtos vegetais como a cera de carnaúba, óleo e gordura de coco babaçu e do tucum, castanha de caju, algodão couro e da folha de jaborandi (tudo já beneficiado). Estes produtos eram comercializados para outros estados do Brasil e exterior.

Além de todas essas atividades comerciais, Cavour (2017) destaca a influência de algumas empresas norte americanas entre estas a Booth & Co Ltd Moore McCormack que mantinha linhas de carga e passageiros para Europa através do Porto de Parnaíba e Tutóia- MA. Através dos navios Norddeutsche e Lloyd Brasileiro, Parnaíba realizava comércio de importação e exportação com os Estados Unidos e alguns países da Europa: Portugal, França, Espanha e Inglaterra.

Os navios da Booth colocavam o Piauí e sua elite econômica e intelectual diretamente ligada a Europa e aos Estados Unidos. Linhas regulares nos conectavam a Nova York, Londres, Liverpool, Antuérpia, Porto, Lisboa, Ilhas da Madeira entre outras escalas internacionais. Nenhuma companhia de navegação de longo curso, com escritório ou representante em Parnaíba foi tão marcante para a vida da cidade quanto a Booth & Co. Ltd. (CAVOUR, 2017, p. 08-09).

E o mundo capitalista estava entranhado nas terras parnaibanas, favorecendo a entrada do capital estrangeiro e proporcionando um crescimento econômico maior do que em outras cidades do Piauí. Porém, junto com o desenvolvimento chegaram as mazelas sociais. Por um lado uma elite que se beneficiava de tais acordos comerciais e tudo que o Rio Parnaíba podia oferecer enquanto era completamente trafegável e a Estrada de Ferro com sua expansão no território e as possibilidades de locomoção das mercadorias sem tantos ônus às empresas.

Por outro ângulo estavam os trabalhadores, cada vez mais pressionados a desempenharem seus papéis no mercado, porém sem as devidas necessidades básicas trabalhistas respeitadas pelos empregadores. Salários baixos, falta de

infraestrutura, carga horaria exorbitantes. Neste contexto, ganham destaque as associações e sindicatos trabalhistas.

Em seus relatos Ademir Alves de Melo (2017) reforçou a importância destes dois segmentos de trabalhadores: os ferroviários e os marítimos, e os motivos pelos quais receberam os principais focos da repressão quando ocorreu o golpe militar.

Como o movimento fluvial, do Sindicato dos Marítimos e dos Ferroviários estava muito atrelado ao que se convencionava chamar de peleguismo, muito atrelado à Presidência da República, ao sistema institucional, é provável que tenha chamado a atenção pela forte ligação da Presidência da República com esses sindicatos. Pode ser uma das razões da atenção, dessa perseguição. Pois bem, então a história do movimento sindical, ferroviário e marítimo, dos trabalhadores nas barcas, nos barcos, nos meios de transportes fluviais que era expressivo na cidade. Foram muito apoiados pelo governo de Jango. (MELO, ENTREVISTA CONCEDIDA, ago. 2017)

Melo destacou que os sindicatos dos marítimos e dos ferroviários articulavam suas ações tendo como ancora, ou melhor, o apoio da Presidência da República, deposta pelo regime. Portanto foram perseguidos justamente por essa ligação. Em outro trecho de sua entrevista Melo observa outra possível aliança que favoreceu os olhares dos militares aos líderes sindicais parnaibanos.

Acho que a razão principal do interesse por Parnaíba é essa história que teve de luta. Mas uma luta muito restrita às reivindicações próprias dos sindicatos, dos sindicalistas. Certamente, se os militares se voltaram prioritariamente para Parnaíba é porque o Partidão estava ali fazendo um trabalho na surdina. Porque o trabalho do Partido Comunista sempre foi, em toda parte, um trabalho discretíssimo (MELO, ENTREVISTA CONCEDIDA, ago. 2017).

O Partidão como era denominado o Partido Comunista Brasileiro, fundado em março de 1922, na época do golpe civil militar estava impedido de trabalhar, pois teve seu registro cassado em maio de 1947, após denúncias de estar a serviço do comunismo da então União Soviética, ser partícipe de greves influenciando a luta de classes e por irregularidades em seu estatuto⁸.

⁸ Disponível em: https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=156:o-cancelamento-do-pcb-em-1947-na-visao-da-justica-eleitoral&catid=7:e-por-falar-em-pcb. Acesso em: 10 de dez. 2017.

Porém, mesmo diante de todas as dicotomias, sem o registro, não abandonou as trincheiras. Pelo relato de Melo é possível averiguar que o PCB agia na clandestinidade, articulando sua militância em surdina, constituindo-se como uma instituição de suporte a luta trabalhista e principalmente fortalecendo ideologicamente o operariado através dos jornais Novos Rumos que rotineiramente distribuía antes de ocorrer o golpe. Somente em 1985 com o fim do regime militar o Partido Comunista Brasileiro voltou a operar na legalidade.

O Jornal Terra Livre do PCB publicado entre os anos de 1949 a 1964 ressalta em um de seus folhetins a importância do Partido Comunista para com o movimento dos camponeses em luta pela terra. Outra articulação trabalhista na qual o PCB estava inserido, para além da ferrovia e do transporte marítimo. Em Parnaíba os camponeses estavam reunidos através do MST e das Ligas Camponesas. O diretor nacional do MST João Pedro Stédile descreve sobre a luta dos camponeses e o envolvimento do PCB no movimento dos sem terra.

Os camponeses do Brasil, são muito recentes como classe social, tem apenas 150 anos. E desde seu surgimento lutaram pela terra. Mas foi somente a partir da segunda guerra mundial, da década de 50, que essa classe social conseguiu organizar-se, com consciência social e política. E uma das primeiras formas de organização social existentes foram as Uniões dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. Estimulada pelo Partido Comunista Brasileiro, o PCB. As Ultabs eram organizações classistas, de representação classista. O partido estimulou sua organização em todos os municípios brasileiros, aonde podiam ter influência e depois se agrupavam no estado e a nível nacional. (STÉDILE, s.p.)⁹

Isso demonstra, sobretudo, a importância do PCB em vários âmbitos trabalhistas. Eles estavam presentes nos diversos sindicatos em categorias distintas participando da articulação dos trabalhadores em várias cidades brasileiras, inclusive em Parnaíba. A organização camponesa em Parnaíba também ganhou destaque no jornal Terra Livre por alguns episódios, um deles escrito em agosto de 1962 ressalta o crescimento do movimento camponês no Piauí enfatizando a possível adesão de toda categoria a um pacto entre os homens do campo com a organização estudantil. Mas seu principal foco foi evidenciar a ojeriza dos

⁹ Texto Terra Livre, o sonho continua. Abertura do acervo digital Hemeroteca Luta Pela Terra, que conta com vários exemplares do Jornal Terra Livre. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=5257&Pesq=parna%C3%ADba>. Acesso em: 10 de dez. de 2017.

camponeses a organização fundada pelo clero que segundo consta no jornal era reacionário e em nada contribuía para efetivação da Reforma Agrária, denominado de CEPLAN¹⁰ que fundou em Teresina um Sindicato dos Trabalhadores Rurais para dividir a categoria e enfraquecer a luta. “Mas os camponeses já identificaram o referido Sindicato de padres como inimiga do povo simples, contrária a Reforma Agrária e adversária dos trabalhadores rurais”. (JORNAL TERRA LIVRE, Ano XIII, ago. 1962, p. 03)

Em maio de 1963, o referido jornal destaca a seguinte manchete: Lutam organizados os camponeses do Piauí.¹¹ Em seu corpo o texto relata a organização e a unidade como principais meios de combate dos camponeses na cidade de Parnaíba contra a perseguição dos latifundiários Freitas, Silva e Furtado. Ressalta a liderança de Veridiano Mendes da Silva que apesar de todas as mazelas conseguiu algumas conquistas entre estas: uma escola para 50 alunos, ferramentas e sementes de várias qualidades.

Notoriamente, ao retomarmos as lembranças da cidade de Parnaíba naqueles anos que antecederam o golpe militar, pode-se compreender com maior clareza a natureza da perseguição militar as lideranças trabalhistas e estudantis. Parnaíba mesmo sendo considerada uma pacífica cidade litorânea piauiense, mantinha dentro das instituições trabalhistas uma organização engajada que ao se deparar com as mazelas não cruzaram os braços. Se organizaram, se uniram, reunindo forças e empenho para manter viva os ideais que almejavam para suas categorias.

Fizeram reuniões nos trilhos da estrada de ferro, no curso do rio Parnaíba, nas residências, nas praças, no campo e dessa maneira chamaram a atenção e os olhares dos militares muito antes de se configurar o golpe. Por esse motivo, alguns dias após a instalação da ditadura, os militares invadiram as casas, as instituições trabalhistas, arrancando de lá os líderes que partilhavam dos mesmos propósitos de Jango quanto as Reformas de Base e lutavam por mudanças sociais significativas.

¹⁰ Apesar do Jornal Terra Livre denominar de CEPLAN, o nome correto é SEPLAN Secretaria de Planejamento da Arquidiocese de Teresina

¹¹ JORNAL TERRA LIVRE. Lutam organizados os camponeses do Piauí. São Paulo, Ano XIV, nº 122, maio, 1963. Hemeroteca Luta pela Terra. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=13250&Pesq=parna%C3%ADba>. Acesso em: 10 de dez. de 2017.

E Parnaíba a cidade que estava em busca de progresso, mas ao mesmo tempo deixava de lado seus trabalhadores, viu seus filhos serem capturados, terem seus direitos usurpados e por longos anos considerados comunistas subversivos, de mãos atadas nada pode fazer.

2.4 Opressores e oprimidos e a disputa de memórias

No momento em que se iniciou o aprofundamento teórico sobre a ditadura civil militar no país, questionou-se informalmente pessoas que de acordo com a idade cronológica, eram jovens durante os anos do regime (1964-1985). Uma destas pessoas foi a própria progenitora. Em poucas palavras, disse que não poderia responder nada sobre a ditadura, pois na época vivia no interior do estado de São Paulo, era muito jovem e não se atentava para a política.

Porém, mesmo diante da recusa, continuou a investigar o que ela compreendia sobre ditadura e o que ouvia a respeito. Ela ressaltou que a única coisa que se lembra muito bem era o pavor que tinha em encontrar um comunista. A resposta pareceu muito intrigante e por isso resolveu-se aprofundar um pouco mais, para entender o motivo daquele assombro.

Ela continuou dizendo que a notícia que chegava à cidade através dos rádios e rapidamente era propagada, era que os comunistas “comiam criancinhas”, eram pessoas ruins que estavam tentando tomar o país, que todos deveriam denunciá-los, pois eles traziam o mal aonde quer que passassem. Isso causava um pavor tão devastador que a notícia de um comunista na região causava grande alvoroço nas cidades circunvizinhas.

Todos, inclusive ela, sentiam muito medo, e por esse motivo seguiam à risca as normas do poder ditatorial. Sempre atentos, voltavam para casa antes do anoitecer, pois não poderiam correr o risco de se encontrarem com os chamados subversivos. No entanto, esclarecem Marx e Engels:

Na prática, portanto os comunistas constituem a parte mais resoluta dos partidos operários de todos os países, a parte que impulsiona sempre mais avante; quanto à teoria, têm sobre a restante massa do proletariado a vantagem de uma compreensão das condições, do andamento e dos resultados gerais do movimento proletário. O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição do proletariado em classe,

derrubada da dominação burguesa, conquista do poder político pelo proletariado. As proposições teóricas dos comunistas não se baseiam de forma alguma em ideias, em princípios inventados ou descobertos por este ou por aquele reformador do mundo. São apenas a expressão geral das condições efetivas de uma luta de classes já existente, de um movimento histórico que se desenrola sob nossos olhos (MARX, ENGELS, 2011, p. 56-57).

Nas palavras de Marx e Engels é possível identificar que o comunismo construía junto aos trabalhadores uma luta proletária através da tomada de consciência de classe para obtenção do poder político. “O comunismo é a doutrina das condições de libertação do proletariado” (ENGELS, 2011, p. 87). A maneira dicotômica que os ideais comunistas eram repassados a sociedade, apenas reforça o pavor burguês em perder o poder e se tornar submisso à classe operária.

Em prática os comunistas eram completamente diferentes do que a burguesia atrelada ao comando militar da ditadura, tentava passar a população. Porém, a influência política econômica que possuíam os detentores do poder, cooperou para a transmissão de concepções equivocadas sobre os verdadeiros ideais sociais que os comunistas possuíam.

Com o passar do tempo algumas pessoas por serem altamente influenciadas pelas narrativas da burguesia, quando abordadas por um pesquisador, corriam o risco de contar os fatos amparados não pelo que vivenciou, mas pelo que ao longo do tempo foi escutando sobre o ocorrido. Mesmo sendo parte integrante da história, deixa de lado aspectos importantes para análise, e passa a narrar os fatos mediante as bases que lhe foi repassada pela história oficial.

Vale ressaltar, que muitos destes o fazem de forma inconsciente e não por maldade. É como se a mente humana estivesse cauterizada a pensar somente o que convém a memória coletiva forjada pelo poder hegemônico “[...] convém verificar se a perda do dom de narrar é sofrida por todas as classes sociais; mas não foi a classe dominada que fragmentou o mundo e a experiência; foi a outra classe que daí extraiu sua energia, sua força e o conjunto de seus bens (BOSI, 2003, p.25)”.

Acredita-se que esta perda ocorre em ambas classes. Enquanto a classe trabalhadora tem seu direito de fazer parte da história relegado, tendo sua visão oprimida pelos engodos da burguesia, perdendo gradativamente o dom de narrar os fatos, como eles aconteceram, segundo suas próprias impressões. A burguesia,

envolta por um véu de mentiras, ou melhor dizendo, submersa na história construída a partir de diversos interesses, que nem sempre condizem com a verdade dos fatos vivenciados, tende a manter seu pensamento nos mesmos moldes, para não destoar o discurso, e manter-se no poder. Sendo assim também está sujeita aos engodos que sustenta, submersa nestas inverdades, deixando de lado vários pormenores escondidos, mascarados na história oficial.

Além das influências da classe dirigente que imprime na memória coletiva aquilo que lhes convém, quando alguém narra um fato que corriqueiramente vivenciou, a memória tende a escolher no espaço e no tempo as partes que julga mais importante. Portanto os pesquisadores que utilizam a história oral devem estar atentos porque um simples lembrar de um fato histórico pode encontrar muitas variações. Bosi (2003) ratifica que:

A memória é sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, contado pela cultura e pelo indivíduo. O tempo não flui uniformemente, o homem tornou o tempo humano em cada sociedade. Cada classe o vive diferentemente, assim como cada pessoa. Existe a noite serena da criança, a noite profunda e breve do trabalhador, a noite infinita do doente, a noite pontilhada do perseguido. (BOSI, 2003, p.53)

Para esta autora, a memória dos sujeitos está intrinsecamente relacionada com o tempo. Em cada determinado tempo histórico as pessoas narram suas experiências de maneiras distintas, porque estão subordinadas aquele tempo histórico e tudo que ocorre em sua volta. Torna-se significativamente diferente quando anos depois abordamos uma pessoa sobre um fato que ocorreu em sua juventude. Basta compararmos as entrevistas feitas em épocas distintas e veremos o quanto o tempo colabora para a mudança de percepção e narrativa da história. É como se a nossa memória passasse a valorizar ou priorizar determinado aspecto dos acontecimentos em detrimento de outros. Dessa maneira, deixamos alguns detalhes ocultos e ressaltamos outros que provavelmente não tínhamos dado conta anteriormente. Não somente porque nossa memória poderá falhar devido ao tempo que esvaiu-se, não que isso não possa ocorrer, mas bem mais porque nosso “estar no mundo” no tempo presente nos faz reviver os fatos de modo diferente.

Assim como vivencia-se de forma diferente o tempo vivido, a memória também seleciona as partes mais importantes, é como os olhos quando por exemplo

olham uma vitrine de uma loja de roupas. Se for os olhos cuidadosos de uma costureira certamente estarão atentos as costuras, a forma que foi feita alguma peça, o tecido. Enquanto os de um leigo iria dar mais atenção à tonalidade que melhor combinaria com sua pele, e os detalhes que mais chamam atenção. Muitos não saberão se o tecido é nobre ou não, se os botões são fabricados no país em grande escala, ou são obras de uma exímia artesã.

Para alguns as imagens daquela vitrine que ficará em sua memória é justamente a beleza das peças, enquanto para outros, além disso tudo, que é nítido e também não passará despercebido por quem entende do feitio, o tecido, a costura, o molde, estará mais fixo em sua memória. Ou seja, as informações que reterá será muito maior, podendo até mesmo copiar a peça, exatamente como a viu na vitrine. Essa memória será muito mais efetiva, e ao contar sobre o que viu na vitrine essa pessoa poderá relatar com maior ênfase e detalhes.

No entanto, não somente quem sabe antecipadamente de algo poderá reter mais coisas que outros que desconhecem. O foco aqui está justamente no condicionamento da nossa mente, pois tudo que é memorizado e como é lembrado, está subordinado a prévias experiências, pois, a memória está subordinada a tudo aquilo que os indivíduos fazem e as infinitas influências externas a qual são submetidos diariamente. Para BOSI (2003, p. 54) “o conjunto das lembranças é também uma construção social do grupo em que a pessoa vive e onde coexistem elementos da escolha e rejeição em relação ao que será lembrado”.

A política, a economia, a classe e convívio social, o lugar no mundo. É perante estas prerrogativas que se constrói a memória, seletiva ao reter ou esquecer os acontecimentos, condicionada também pela ação do tempo. Quando algo acaba de acontecer pode-se recontar de maneira enfática todos os fatos, pois as imagens passam como um filme na mente. Sente-se o cheiro, lembra-se das risadas, das palavras ditas, dos sentimentos expressos, de tudo. Mas ao passar do tempo tudo vai se apagando, torna-se menos vivo, as histórias se misturam as narrativas que os livros trazem, e incorpora-se inconscientemente o discurso e aos poucos se esquece como de fato foi o ocorrido, de tão subordinados a ação do tempo e todas as circunstâncias que permeiam a vida cotidiana.

Por este motivo, a importância de dar ouvidos a voz daqueles que também fazem parte da história, torna-se cada dia mais notória. Não é possível em pleno século XXI aceitar apenas as imposições históricas que a burguesia nos faz

crer que é verídica e única. Toda história possui infinitas versões. Cabe aos historiadores buscar através das fontes orais, incluir nas histórias oficiais o que foi ocultado. Diante do exemplo acima, pode-se ver nitidamente que esse condicionamento modifica substancialmente as narrativas dos acontecimentos. Enquanto um enfatiza um determinado fato, outros memorizam coisas tão pertinentes quanto ou mais.

Paul Ricoeur (2003) acentua que a memória é a própria reapropriação do passado e não somente a matriz da história. Para este autor a memória é o que assegura que alguma coisa de fato aconteceu, podendo assim recontar as coisas do passado mediante o testemunho, lembrando, sobretudo que há nesse contexto, o esquecimento como uma condição histórica de todos os seres humanos, por isso a necessidade de publicar a memória de um povo mediante a história oral.

Mas para que a história oral seja efetivamente expressiva ao meio científico, as pesquisas devem ser efetuadas por pesquisadores comprometidos, que compreendem a importância da memória na construção da história para além das imposições dos poderes hegemônicos e todas as variações no discurso de suas fontes, lembrando que estão sobrepujadas pelo meio em que vivem, para que seus dados realmente venham colaborar para uma análise profunda e significativa, contrapondo as fontes escritas oficiais com as entrevistas de sujeitos que vivenciaram determinado acontecimento histórico social. Discutindo os conteúdos do passado, nos apropriando das representações que os indivíduos fazem deste passado, mediante suas narrativas. Assim democratizamos a possibilidade de outras pessoas que não são historiadores a narrarem a história, que está intrinsecamente relacionada à memória.

Inaugurada após a Segunda Guerra mundial, com o advento das tecnologias, a história oral serve para validar algumas experiências que não estão registradas em documentos escritos e quando estão, tem outra mensagem, outra dimensão, quase sempre de valor subjetivo. Através da história oral pode-se ter um fundamento de registro em cima de um suporte material que permite uma reflexão variante, as que teríamos apenas com os documentos escritos.

Após a explanação sobre a importância da memória e da história oral como base fundamental para escrita da história como um todo complexo, pode-se retomar ao início, quando ressaltou-se as impressões populares sobre os comunistas para juntos compreender o quanto este singelo relato sobrecarregado de

pré-conceito, traz uma memória estigmatizada, forjada pelos militares e civis que estavam no poder e lutavam para difamar todos os que eram contrários ao seu (des) governo. Vasconcelos (1998, p.57) destaca que:

Uma parcela significativa da sociedade não considerou o Movimento de 1964 como revolução, muito menos como representação dos ideais de toda Nação. A própria memória oficial questiona o conceito de revolução. É nesse sentido que esse tipo de memória pode ser homogeneizadora ao extremo. Porém, pode também caracterizar, já no sentido coletivo, a relação do indivíduo com a sociedade.

Os relatos oficiais sobre o golpe, causaram grande parte dessa anomalia social. E por este motivo há uma distinção significativa no entendimento da população brasileira, sobre o período da ditadura civil militar. Quando deparamos com as memórias dos ex-presos políticos considerados subversivos, pode-se constatar as diversas dicotomias existentes entre o que era repassado à população e o que de fato ocorreu. No mais, indigna-nos saber que: os que foram considerados subversivos eram intelectuais, professores, escritores, estudantes, líderes sindicais, políticos, artistas, jornalistas, etc. Pessoas dotadas de conhecimento.

É nessa indignação que mora o cerne desta questão: o conhecimento. Boa parte da população continuava sua vida corriqueira, ouvindo rumores sobre um povo que queria implantar no país o regime comunista, sem compreender ao certo o que implicaria tal transição, sem questionar o regime ditatorial que foram forçados a aceitar sem precedente de escolha, sem compreender o que era comunismo e até mesmo o regime militar. Viviam a base das poucas informações que recebiam sobre a política no Estado. Trazendo à tona o que dizia Paulo Freire (2005, p. 57-58) “ até o momento em que os oprimidos não tomem consciência das razões de seu estado de opressão “aceitam” fatalistamente a sua exploração.” E assim assumem posições passivas, que necessitam de um despertar para luta em favor da liberdade e garantia de direitos.

A maioria dos proletariados eram enganados, pela falta de conhecimento, que também foi utilizado, e é até o presente momento, pela direita burguesa engajada no golpe e os militares, para enfraquecer as reivindicações e a luta dos trabalhadores, que sem conhecer seus direitos, vivem à margem social. Sentem na carne as implicações de um (des) governo, mas não compreendem que são parte integrante da luta por melhores condições de vida e a qualquer momento podem se

unir e destituir aqueles que querem o poder pelo poder, marginalizando a população pobre.

Enquanto aqueles que com muito ou pouco conhecimento, ousavam lutar. Compreendiam que um regime tão duro, que restringia os direitos da classe pobre, não poderia estar no poder por tanto tempo como ficaram. E por isso, mesmo sem ser de fato membros do Partido Comunista Brasileiro – PCB eram considerados comunistas, subversivos da ordem vigente. Caçados, perseguidos, arrastados de suas camas, na calada da noite, como bichos, retirados de seus lares e levados aos porões da ditadura, aonde sofriam as mais aviltáveis formas de torturas, nas quais alguns não conseguiram sobreviver.

Ignorando completamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos que no artigo 5º versa sobre as práticas de tortura como sendo desumanas, ultrajantes e que por esse motivo ninguém poderia ser submetido a tal, o Exército brasileiro começou a ensinar seus militares as práticas de tortura. De acordo com a Arquidiocese de São Paulo (1985, p. 32):

De abuso cometido pelos interrogadores sobre o preso, a tortura no Brasil, passou, com o Regime Militar, à condição de “método científico”, incluído em currículos de formação de militares. O ensino deste método de arrancar confissões e informações não era meramente teórico. Era prático, com pessoas realmente torturadas, servindo de cobaias nesse macabro aprendizado. Sabe-se que um dos primeiros a introduzir tal pragmatismo no Brasil, foi o policial norte-americano Dan Mitrione [...] Quando instrutor em Belo Horizonte nos primeiros anos do Regime Militar, ele utilizou mendigos recolhidos nas ruas para adestrar a polícia local. Seviciados em salas de aula, aqueles pobres homens permitiam que os alunos aprendessem as várias modalidades de criar, no preso, a suprema contradição entre corpo e o espírito, atingindo-lhe os pontos vulneráveis.

Uma sala de aula dominada pelos horrores contra inocentes, e o descaso de soldados que outrora, parte da sociedade civil, lavavam suas mãos em sangue sem questionar tais atrocidades. Deve ser por este motivo, dentre os vários outros que poderiam repudiar, que alguns militares se colocaram contra os ditames do regime, sendo perseguidos assim como os demais cidadãos considerados subversivos.

Os pobres além de serem usados como massa de manobra política, eram frágeis cobaias para ensinar atos vis, prova de um (des) governo, que certamente

utilizou das técnicas de tortura para se manter no poder através da coerção. “É preferível ser temido a desconsiderado, pois o mal, no terreno político, não é mal, mas – como qualquer outro- é meio de alcançar um fim (MAQUIAVEL, s.a, p. 17)”. O mal sempre será mal, não importa o quanto procurem mascarar-lo para se chegar a um objetivo. Nenhuma espécie de governo pode passar por cima dos direitos de seu povo. Mesmo que não possa agradar a “gregos e troianos” deve primar pelo bem geral, sem subjugar uma classe e favorecer outra.

A Arquidiocese de São Paulo reforça que:

A tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente a idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentam sobre relações efetivas de parentesco. Assim, crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 43).

As mais terríveis atrocidades foram cometidas durante as práticas reiteradas de torturas. Longe de qualquer bom senso, feriam o corpo e marcavam muito além do físico, aqueles que ousaram ser contrários ao predomínio imposto pelo regime civil militar. Não há quem ficasse de fora dos atos vexatórios, mulheres e crianças, não foram poupadas. Não havia ética, não havia pudor. Predominava a ambição desmedida para manter o golpe. Quando aqueles que regem uma nação, deixam o povo a margem das políticas sociais, sem respaldo, sem voz, logo estes, percebem que há algo errado.

Foi exatamente nessas circunstâncias, sem válvula de escape, que alguns grupos de esquerda – desesperados e desesperançados – se lançaram à luta armada. Constituídos fundamentalmente por jovens estudantes, audaciosos mais inexperientes, foram destroçados em uma luta desigual contra os aparelhos da repressão. Bravos jovens! Radicais, equivocados, mas generosos! A rigor, a ditadura [...] fora a grande responsável pela luta armada, redimensionando como uma reação desesperada à falta de alternativas (AARÃO REIS, 2000, p. 08).

A estes restou somente a luta. Ou fugiam, ou resistiam. Mas como lutar contra um regime que tinha em suas mãos todo poder bélico da nação? Alguns diriam: - Pobres jovens! Mas em nada eram pobres. A riqueza que possuíam estava em suas firmes convicções de que ao se unirem poderiam dar fim ao golpe que durou 21 anos. Uma juventude que, mesmo sabendo as disparidades entre suas armas, as que possuíam o Exército, não abandonaram seus companheiros nas trincheiras da ditadura. Eram leais até mesmo após sessões intermináveis de tortura. Poucos foram os que contrariando seus próprios ideais e as dores na carne, causada pelas torturas, denunciaram seus companheiros.

O golpe de 1964 veio para barrar o importante momento do movimento operário brasileiro e banir os principais líderes sindicais, operários, intelectuais, estudantes. Os ideais que o regime militar defendia, foi todo construído baseado na concepção de que havia um inimigo interno, que em nome da Segurança Nacional devia ser combatido. Diante dessa prerrogativa todos os cidadãos contrários ao regime foram considerados subversivos. Fon (1979) esclarece que tudo era permitido para defender a segurança nacional, mesmo que isso implicasse em prender, matar ou torturar. Para tanto, a polícia política utilizava como órgão repressor as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) e o Sistema Nacional de Informação (SNI) que investigavam e puniam aqueles que eram considerados inimigos nacionais.

O processo de desumanização e de extermínio era acionado pela atribuição do rótulo de “subversivo”, aplicado tanto a militantes políticos de esquerda como a qualquer um que pudesse ostentar ideias e atitudes consideradas “esquerdistas”, especialmente as de oposição ao regime. (SILVA FILHO, 2008, p.157)

Diante destas conjunturas, os líderes que se constituíam no meio do povo, foram arduamente perseguidos pelo regime ditatorial, na tentativa de calar a voz destes que lutavam pela emancipação do povo em favor do fenecimento de uma política enraizada na contradição e privação de direitos. “Afim, as ideias orientam ações concretas, que podem levar à revolução ou à manutenção do *status quo*. Entretanto, as ideias revolucionárias ou conservadoras não têm qualquer força sem ações concretas” (BAUER; MATOS, 2010, p.158).

E então, podemos considerar os comunistas inimigos?

Aarão Reis (2000) ressalta que os militantes de esquerda ou eram vistos como escória social ou vítimas, que resistiam às diversas mazelas sociais que o sistema lhes forjava. A sociedade não conhecia ao certo quem eram e quais as suas intenções ou por que, e por quem lutavam. Mas Marx e Engels (2011, p. 82) esclarecem “numa palavra, em todas as partes, os comunistas apoiam todo movimento revolucionário contra as condições sociais e políticas existentes”. Portanto, é passado o tempo de a sociedade reconhecer que tomaram atitudes significativas para o desencadeamento de uma nova conjuntura política que se configurou alguns anos após o fim da ditadura.

E nesse sentido, não cabe a ninguém culpa-los pelos fracassos ocorridos nos demais governos eleitos pelo povo. Que mesmo diante de uma democracia, agem como se o povo não existisse, não necessitando dar explicações ou governar para todos, privilegiando, uma classe em desprestígio de outra.

As ações dos militantes estavam dotadas de intenção. Mantinham-se na luta cada qual por interesses distintos. Os sindicalistas, por melhorias trabalhistas, os estudantes, por escolas e universidades propícias ao desenvolvimento do conhecimento, etc. Cada categoria enquadrada pela ditadura como sendo subversiva, lutava pelos seus próprios interesses, e assim como os militares, apesar de todas as distinções e seguimentos dentro do Exército se unificavam na perseguição dos comunistas, os denominados como tal também se uniam para o fim do regime, mesmo que as lutas que desempenhavam em suas instituições eram diferentes. Diante de todo aparato repressivo, se uniram e se posicionaram contra o poder constituído buscando melhorias, não apenas para sua categoria, mas a todos os âmbitos sociais mediante a peleja para alcançar o fim do regime.

Apesar dos mandos e desmandos governamentais, o regime foi deposto, porém, ainda não conseguimos romper com muitas limitações e falácias que foram impostas naquele momento. Atualmente, vivemos uma aparente democracia, nas quais o povo continua submetido a subempregos e baixos salários, e poucos são os que conseguem ter voz ativa na luta contra estes dados e embora possamos votar livremente e fazer nossas próprias escolhas, todas estas já estão condicionadas em falsas promessas que acabam anulando qualquer tentativa de emancipação social. Quanto mais o povo continuar alienado continuará submetido a estas mazelas e fazendo exatamente o que a classe dominante impõe, e isso se enquadra não

somente aos cidadãos comuns, mas as instituições sociais, tais como os sindicatos e as entidades estudantis.

Nesse sentido, novamente enfatiza-se a necessidade de ampliar o conhecimento da sociedade fazendo uma conexão entre os dois lados que se opuseram durante a ditadura, a visão dominante e a visão dos oprimidos. Pois, sabe-se que muitas histórias retratadas até pouco tempo, privilegiavam somente a versão da burguesia, por isso sente-se a necessidade de cruzar as fontes, para compreender ambas as conjecturas e ampliar a visão social perante aquele período ditatorial a qual o Brasil foi assolado, para uma maior reflexão sobre o momento político que se vivencia no país atualmente, para que não se esqueça e para que nunca mais aconteça.

CAPÍTULO II

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR DA SUBVERSÃO EM PARNAÍBA-PI IPM Nº 349

Os processos revelam de forma notória a preocupação dos agentes policiais e jurídicos em esquadrihar, conhecer e dissecar mesmo, os aspectos mais recônditos da vida cotidiana. Percebe-se, então, a intenção de controlar, de vigiar, de impor padrões e regras preestabelecidos a todas as esferas da vida. Mas a intenção de enquadrar, de silenciar, acaba revelando também a resistência, a não-conformidade, a luta (CHALHOUB 2001, p. 53).

Sidney Chalhoub pesquisou os processos criminais de homicídio do Rio de Janeiro entre os anos de 1888 a 1911. Na busca de compreender as estruturas, o pensamento e intenções da sociedade naquele período. Este pequeno fragmento do seu texto, ainda que tratando-se de situações distintas, ressalta o mesmo padrão de conduta militar que permeia os inquéritos policiais sobre a subversão durante a ditadura.

Instaurados dias após o golpe e nos anos seguintes, os inquéritos militares foram os primeiros atos da polícia política do governo militar. Muitos cidadãos brasileiros antes mesmo de se configurar o golpe já estavam na lista da inteligência militar, pois faziam parte de organizações trabalhistas, estudantis, camponesas. Por serem instituições ligadas aos movimentos sociais, seus líderes e figuras significativas do movimento, foram cerceados. Os militares assumiram o poder em aliança com a burguesia, vislumbrando a manutenção de *status quo*, a defesa das propriedades privadas e ampliação capitalista, provocando uma verdadeira ruptura social, passando por cima dos direitos pré-estabelecidos dos cidadãos brasileiros, instituindo a política anticomunista.

O golpe foi constituído tanto por militares como por civis oriundos das camadas economicamente mais elevadas da população brasileira, justamente para barrar o avanço sindical, a luta de classes e a efetivação dos ideais transformistas que Jango estava tentando implantar no país, entre estes a reforma agrária. Antunes (s/a, p.51) destaca que: “o medo da implantação da “República Sindicalista” durante o governo João Goulart, fez com que uma violenta repressão fosse desencadeada;

além da prisão das lideranças operárias, foram extintas sumariamente as organizações sindicais.” E no mais, “a ruptura de abril de 1964 resultou no arquivamento das propostas nacionalistas de desenvolvimento através das Reformas de Base” (ARQUIDIOCESSE DE SÃO PAULO, 1985, p. 60).

Segundo consta nos autos do IPM, para a elite militar, as chamadas reformas de base de Jango tinham objetivos obscuros, serviam de bandeira para anarquia, visavam à conquista do poder permanente, e tinha ligações com o Kremlin de Moscou, governado pelo Partido Comunista da então União Soviética (IPM 349, 1964). Ao regime civil militar, as reformas de base representavam uma tentativa de acabar com as “instituições liberais e, com elas, o da justiça, das garantias individuais, da paz social, em fim, de todos os mais nobres e elevados padrões da nossa cultura cristã” (IPM 349, 1964, r.177, vl.1, f. 09).

O receio daqueles que governavam a nação naquele período, era o de perder o poder para uma possível revolução comunista, que poderia aflorar no meio operário. Comunismo este, tachado pela ditadura como totalitário e impiedoso. A citação em questão também evidencia o caráter classista impregnado tanto nas muitas páginas do processo, quanto na mente daqueles que governavam, defendendo os interesses da classe dominante. O maior problema não estava apenas em manter o regime, mas sim em manter o *status* que lhes foi conferido após o golpe. Manter as elites sociais/econômicas, manter um sistema de opressão contra a classe trabalhadora e efetivar uma servil obediência aos comandos supremos do regime e ao sistema que impuseram.

No Brasil, o Estado criou, condenou e legitimou o anticomunismo, incitando, ainda que indiretamente, o ódio aos comunistas, tornando-os criminosos, e, portanto, passíveis de repressão. Dessa maneira, a criminalização do comunismo, criada pelo Estado, cooperou decisivamente para que estereótipos se formassem, perseguições e violências ocorressem com o aval de grande parcela da sociedade (HESSMANN, 2009, p. 05-06).

Além de transmitirem em massa que os comunistas eram uma praga que deveria ser dizimada, provocando pavor e medo na população em geral, começaram a caçar os possíveis comunistas que consideravam prejudiciais, subversivos ao regime militar, afirmando que tinham ligações com o ex-presidente Jango. Muitos

destes eram militantes assíduos das entidades estudantis e sindicais, que lutavam por melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

Concerne destacar que, este e outros inquéritos militares sobre a subversão no país e diversos documentos conexos, ficaram sob a guarda da igreja católica, na pessoa de Dom Paulo Evaristo Arns, que anos depois doou este acervo a Universidade Estadual de Campinas que se responsabilizou de conservá-los e torná-los públicos, mas devido ao medo de que a repressão política pudesse destruí-los, foram enviados aos Estados Unidos pelo Conselho Mundial das Igrejas, onde permaneceram até serem trazidos novamente ao Brasil. Em meados de 1980 a 1985 alguns pesquisadores se uniram e realizaram uma análise aguçada nos processos e publicaram um relatório em forma de livro contendo informações importantes sobre o período ditatorial. Com o advento da internet, estes inquéritos foram publicados on-line no acervo digital do Projeto Brasil Nunca Mais.

Desta forma tivemos acesso ao acervo no qual estão inclusos os 707 processos judiciais, entre estes o Inquérito Policial Militar da subversão em Parnaíba – PI IPM nº 349, com mais de mil páginas. Processo crime contra o Estado e a Ordem Política e Social constituído no mês de abril de 1964, após o golpe civil militar.

A montagem e instalação do IPM partia, via de regra, de uma ampliação de processos criminais e civis abertos ou, pelas delegacias de polícia dos municípios e localidades ou, pelo Departamento de Ordem Política e Social - o DEOPS. Muitas vezes, esses "boletins de ocorrência" e "queixas crime" constituíam a peça preliminar de abertura do inquérito. Desse modo, a relação de "acusados" e de seus "crimes" partia do trabalho de investigadores, enquanto que a montagem do processo e seu direcionamento político e estratégico cabia à comunidade de informações. Os IPMs eram de responsabilidade de generais, almirantes e comandantes da Marinha, da Aeronáutica e do Exército, que construíam a "peça jurídica" a ser submetida à justiça militar (STEIN, 1998, p. 103)

Antes mesmo de ocorrer o golpe, a inteligência da polícia política e as delegacias locais já procuravam dentre a população pessoas que pudessem ser consideradas inimigas, comunistas, subversivas. Os mais visados na época foram os líderes sindicais, políticos de esquerda, camponeses e estudantes. Em Parnaíba isso se consolidou, no IPM 349.

A quase totalidade dos réus deste processo é constituída de dirigentes sindicais do Estado do Piauí – estivadores, ferroviários, bancários, servidores públicos, trabalhadores rurais, da construção civil, dos transportes fluviais, etc. Alguns são acusados de promoverem greve, apoiarem a SUPRA¹², fundarem sindicatos e Ligas Camponesas, terem vínculos com as centrais sindicais da Europa, estarem ligados ao CGT, serem brizolistas, etc. Alguns réus são acusados, também, de manterem ligação com o PCB. Fazendo a distribuição do jornal “Novos Rumos”. As investigações se concentram sobre as atividades que se desenvolveram no município de Parnaíba, sendo que a primeira denúncia judicial foi remetida para a Comarca daquela cidade após a auditoria da 10ª Região Militar, em Fortaleza, ter recebido o número 2, o processo voltou a tramitar na auditoria de Fortaleza. Entre as atividades enfocadas incluem-se ainda algumas mobilizações estudantis. Houve um IPM centrado sobre as atividades de Parnaíba e outro, menor, sobre Teresina. O primeiro deles teve início em abril de 1964, na Guarnição Federal de Teresina, do Exército. Quando finalmente se realizou o julgamento, em 19 de junho de 1972 (8 anos depois!), permaneciam no processo apenas 5 dos 34 acusados da primeira denúncia. Isso porque, quando o processo passou à alçada da Justiça Militar, o número de acusados já caiu para 21. Desses, 16 conseguiram ser excluídos do processo, e os cinco finais foram absolvidos (IPM 349, 1964, r.177, vl.1, f.4).

Sindicalistas de diversas áreas: estivadores, ferroviários, bancários, servidores públicos, trabalhadores rurais, da construção civil, dos transportes fluviais, e estudantes foram submetidos a interrogatórios vexatórios e tiveram seus direitos cerceados.

Esse relato demonstra, sobretudo que assim como em outras cidades da Federação, em Parnaíba também havia líderes sindicais e estudantis articulados, que batalhavam para obter qualidade de vida aos trabalhadores. Assim como, estudantes secundaristas e universitários engajados em levar a compreensão política das implicações do regime, a um grande número de pessoas, estudando novas possibilidades para a política nacional.

Para Stein (1998) os inquéritos foram um dos espaços utilizados pelos militares na disputa e manutenção do poder. Através dos inquéritos eles disseminavam a cultura do medo, fazendo a população acreditar que os comunistas poderiam tomar o poder e acabar com a moral e os bons costumes. No entanto, tanto a cultura do medo, quanto a defesa dos padrões sociais impostos pela igreja católica, não passavam de mecanismos de opressão, utilizados para conseguir

¹² SUPRA: Superintendência Regional de Política Agrária (1962)

apoio e calar outras vozes que almejassem entrar na luta em favor da classe trabalhadora e dos direitos constitucionais.

Contudo, as pessoas devem ser livres para fazerem suas escolhas de acordo com suas próprias particularidades, determinadas historicamente pelo lugar em que vivem. Parnaíba era constituída basicamente por pessoas simples, trabalhadores, rurais e da pesca, muitos não tinham instrução, mesmo diante deste arcabouço de singularidades, passavam por um processo de descoberta dos direitos que possuíam.

Os líderes sindicais e estudantis, protagonizaram iniciativas que levaram a população carente de conhecimento a desvelar dos direitos que possuíam, através de reuniões, palestras, passeatas e por esse motivo, já cansados da labuta no campo, no meio urbano, nos mangues, rios e mares, os trabalhadores passaram a desempenhar papel importante na luta pelos direitos trabalhistas, tanto no campo quanto na cidade.

Em agosto de 1962 o Jornal Terra Livre¹³ destaca no título de uma de suas matérias “Cresce no Piauí o Movimento Camponês”, na qual reforçou que: “o movimento camponês no Brasil, notadamente as vitórias conquistadas pelo homem do campo nos Estados do Sul, vem repercutindo no Estado do Piauí, cujos trabalhadores tomam consciência do seu papel na luta pela REFORMA AGRÁRIA RADICAL”. (JORNAL TERRA LIVRE, Ano XIII, ago., 1962, p. 03).

Nesta mesma reportagem o jornal declara a notoriedade do núcleo da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Teresina (ATLAT) na cidade de Parnaíba. Em junho de 1963 lavradores de Parnaíba escreveram ao jornal reportando que um cidadão de nome Francisco Adrião a qual denominaram como carrasco, tomou posse de suas terras na cidade de Luís Correia. Na ocasião Adrião colocou seus capangas no terreno, cercou toda a propriedade, espancou e expulsou vinte e seis pessoas das famílias de lavradores daquele pedaço de chão (JORNAL TERRA LIVRE, Ano XIV, nº 124, julho, 1963, p. 05). Por estas e outras atrocidades ocorridas no campo que os trabalhadores continuaram seu empenho na luta em favor da Reforma Agrária contra os latifundiários.

¹³ JORNAL TERRA LIVRE, “A terra para os que nela trabalham”. Jornal do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1949 como meio de articular os trabalhadores rurais de todo Brasil. (JORNAL TERRA LIVRE, Ano XIV, nº 122, maio, 1963, p. 01). Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=13250>. Acesso em: 01 de nov. 2017.

Não queriam mais ser forçados a trabalhos desumanos e quase escravagistas, estavam cansados de verem a olhos nus o enriquecimento dos patrões, enquanto sofriam na carne com a falta dos meios de subsistência e a precariedade trabalhista.

Com o pouco que ganhavam, mal podiam alimentar suas famílias, ainda mais numa época que não se falava em controle de natalidade. As famílias eram numerosas, muito maiores das que existem nos dias atuais. Tinham muitos filhos, e estes numa mesma seqüência passavam a fazer parte de uma classe oprimida de trabalhadores explorados.

3.1 Em Análise: Termos de Perguntas aos Indiciados – TPIs

São apontados, então, como criminosos, brasileiros que até a semana anterior, até o mês anterior, desempenhavam importantes funções na estrutura de governo que se derrubou em abril. Governadores, prefeitos, chefes de repartições públicas e órgãos governamentais, representantes diplomáticos, assessores especiais dos líderes destituídos, políticos afinados com o pensamento de Goulart e com a campanha pelas Reformas de Base desfilam aqui como réus. Seus crimes? A soma completa de todas as atividades políticas ocorridas numa determinada região, nos últimos tempos, direcionadas num sentido de apoio às reformas, defesa da nacionalização da economia brasileira, fortalecimento de entidades de representação popular, manifestação de ideias socialistas (ARQUIDIOCESSE DE SÃO PAULO, 1985, p.156).

Nas mais diversas esferas sociais, um grande contingente de pessoas, que outrora eram considerados líderes, passaram a ser perseguidos pelo regime, acusados de “servir a interesses alienígenas em detrimento dos da própria pátria”. Arrolados em processos crimes, presos, interrogados, torturados. A seguir podemos conferir na tabela, os nomes de todos os líderes parnaibanos acusados e indiciados no IPM 349 de abril de 1964.

Nº	ACUSADO	Nº	ACUSADO
01	TIAGO JOSÉ DA SILVA	18	JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO
02	TOMAZ DA SILVA LIMA	19	ANTÔNIO JOSÉ DE SOUZA
03	ANTÔNIO FARIAS FERREIRA	20	RAIMUNDO BELÉM
04	MANOEL PEREIRA NETO	21	PEDRO DA SILVA COSTA
05	JOÃO ROBERTO DE ARAÚJO	22	FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS

06	BERNARDO LUIZ CALDAS VERAS	23	MÁRIO DE TAL
07	JOSÉ CALDAS DE CARVALHO	24	JOÃO BATISTA DA SILVA
08	RAIMUNDO NONATO DE BRITO	25	LUIZ PEREIRA DO NASCIMENTO
09	ANTÔNIO BEZERRA DA SILVA	26	ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA
10	ISRAEL BRODHER	27	FRANCISCO ARAÚJO
11	LUIZ ALBERTO DA MOTA SOLHEIROS	28	ACILINO PEREIRA DA SILVA
12	JOSÉ REINALDO DOS SANTOS BALDEZ	29	LUIZ DA SILVA ARAÚJO
13	FRANCISCO DAS CHAGAS FROTA DE MEDEIROS	30	LIDUÍNO DA COSTA LIRA
14	EVILÁSIO DOS SANTOS BARROS	31	EDGAR CATANHEDE DE ALBUQUERQUE
15	CUSTÓDIO AMORIM	32	MARZILES GUIMARÃES
16	JOSÉ ARANHA	33	EDGAR BRAÚNA
17	JOSÉ ALEXANDRE CALDAS RODRIGUES	34	ADEMIR ALVES DE MELO

		ACUSAÇÃO
01	TIAGO JOSÉ DA SILVA Estivador; ex Deputado Estadual; 56 anos.	Acusado de ter ligações com o C.G.T Nacional (Comando Geral dos Trabalhadores) e fundar um sindicato em Parnaíba com a mesma sigla (C.G.T)

O primeiro a responder os questionamentos dos militares através do Termo de Perguntas aos Indiciados- TPI foi: Tiago José da Silva. De acordo com o TPI, Silva “organizou o “Comando Municipal dos Trabalhadores, com o fim de congregar todos os sindicatos que era intimamente ligado ao CGT” (IPM 349, 1964, r.177, vl.1, f.39). A organização deste Comando foi transmitida do Rio de Janeiro a Federação das Indústrias no Estado do Piauí na pessoa de Evilásio dos Santos Barros, que em reunião decidiram delegar Tiago José da Silva como presidente. Silva declarou que a principal determinação do CGT era quanto a ordem de greve geral.

O TPI ressalta que Silva recebeu quantias substanciais oriundas da própria Presidência da República. Ressaltando que todos os recursos recebidos foram para o pagamento de vinte e cinco dias de trabalho dos estivadores e outros recursos para a construção da sede dos estivadores. Destacou também que esteve presente numa reunião entre os presidentes dos sindicatos e outros indivíduos influentes, tais como Israel Brodher (advogado), Bernardo Luiz Caldas Veras (vice-presidente da União dos Ferroviários do Piauí), o Deputado Estadual José Alexandre Caldas Rodrigues e Raimundo Nonato de Brito, nesta reunião foi deflagrada a greve

geral (1964). No depoimento do Deputado Estadual José Alexandre Caldas Rodrigues é possível averiguar que Tiago José da Silva, além de ser estivador, líder sindical, era ex Deputado Estadual, porém na ocasião ocupava o cargo de suplente de deputado.

O interrogatório e as declarações de Tiago José da Silva sugerem que ele utilizou sua influência política e trabalhista numa tentativa de aprimorar a qualidade de vida dos estivadores e demais trabalhadores. Sua ligação com um dos líderes nacionais do Partido Comunista Raphael Martinelli¹⁴ não prova seu vínculo ao comunismo, mas evidencia seu engajamento para trazer a Parnaíba um conhecimento sobre as lutas políticas e trabalhistas que muitas vezes ficava restrito aos grandes centros, chegando aos recônditos do interior do país através de líderes como ele. Além do conhecimento, Silva buscou recursos à Parnaíba, amparando-se no desejo de mudanças significativas para a classe trabalhadora pobre.

Portanto, percebe-se no depoimento de Silva a intenção de trazer o desenvolvimento econômico, social e principalmente trabalhista para a cidade, através da união dos sindicatos, na busca por recursos e na discussão pulsante para efetivar as mudanças necessárias e garantir os direitos trabalhistas. Uma visão que aos olhos dos líderes da ditadura e da Doutrina de Segurança Nacional, deveria ser combatida e o foi mediante a acusação de subversão da ordem. Considerado comunista, Silva foi preso, numa visível tentativa de desqualificar seu engajamento político e torna-lo pessoa não grata no meio do povo.

		ACUSAÇÃO
02	TOMAZ DA SILVA LIMA Presidente da Federação dos Trabalhadores em Transportes Fluviais do Piauí –FTTFP; 57 anos.	Acusado de realizar viagens ao Rio de Janeiro para tratar de assuntos ligados aos trabalhadores da sua categoria; ouvir as palavras do Padre Alípio sobre reforma e do comunista José Ceará; ser filiado ao P.C.B. Partido Comunista Brasileiro e por fim distribuir o jornal Novos Rumos que tinha como redator chefe Orestes Timbaúba, que conheceu durante sua passagem em Parnaíba.

¹⁴ Raphael Martinelli – Líder Ferroviário, nascido em São Paulo no dia 16 de outubro de 1924. Atualmente com 93 anos de idade, se mantém homem de Partido, marxista-leninista, sindicalista combativo. Disponível em: <http://amarighella.org/blog/2017/09/18/raphael-martinelli-homem-de-ferro-da-aln-e-nosso-amigo-camarada/> Acesso em: 01 de nov. 2017.

No TPI Tomaz da Silva Lima afirmou que esteve presente nas palestras proferidas pelo Padre Alípio¹⁵ que reforçou a necessidade das reformas, observando que na Rússia e em Cuba as pessoas não passavam necessidade, todos viviam bem, devido à implantação do socialismo. No decorrer de suas declarações ao IPM Silva Lima declarou que por vezes chamava alguns colegas de pelegos, mas negou chamar as “autoridades nacionais” de reacionários. Por fim alegou inocência perante as acusações, pois a ligação que possuía com a Confederação dos Marítimos Fluviais e Aéreos - CMFA não passava de uma articulação para reivindicar direitos da classe trabalhadora.

Tomas da Silva Lima buscou melhorar a qualidade de vida a ele, sua família e demais trabalhadores, nesse caso, dos transportes fluviais. Pode-se notar que as acusações a qual foi indiciado em nada apontam ilegalidade, apenas evidenciam que estando na condição de presidente de uma federação de trabalhadores, sobremaneira deveria lutar pela categoria, administrando e impulsionando os demais operários.

Silva Lima foi acusado de distribuir os jornais Novos Rumos, considerado subversivo, pois, na época a imprensa “vermelha”, de princípios comunistas, socialistas, foi perseguida e abolida pelo regime, passando a viver na clandestinidade. Suas páginas eram recheadas de artigos escritos por militantes do partido comunista, com linguagem acessível aos trabalhadores sobre todos os acontecimentos políticos que estavam ocorrendo no país. Não havia propaganda, se mantinha da venda dos exemplares que semanalmente era impresso, os demais gastos o próprio partido custeava.

Novos Rumos foi jornal publicado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). O primeiro número é de janeiro de 1959 e o último de março de 1964. O jornal expressava a linha política adotada pelo PCB, inaugurada em 1958 [...] Entre partidos e organizações de esquerda tornou-se tradição publicar jornais que se tornassem porta-voz de suas orientações políticas. Por meio de um veículo de comunicação, o partido expressava a linha política adotada, veiculava mensagens enaltecedoras de si mesmo, desqualificava os inimigos, mobilizava a militância, publicava notícias sobre o movimento revolucionário,

¹⁵ Alípio Cristiano de Freitas, mais conhecido como o “Padre Guerrilheiro”. Nascido em 1929 na cidade de Bragança, Portugal, foi ordenado padre da Igreja Católica em 1952. Muda-se para o Brasil em 1957. Torna-se fundador das Ligas Camponesas, crítico da ditadura. Passa a morar no México, depois em Cuba. Ao retornar ao Brasil é acusado do atentado de Guararapes no Recife em 25 de julho de 1966. É preso político pelo Regime Militar durante 10 anos. Faleceu no dia 13 de junho de 2017 em Portugal aos 88 anos de idade. Mais detalhes em:

<http://www.unicap.br/webjornalismo/estilhosdaverdade/site/?p=24>. Acesso em: 01 de nov. de 2017.

esforçava-se para arregimentar novos filiados e adeptos, entre outras atividades. [...] uma coluna, em especial, chama a atenção. É intitulada “Teoria e Prática”, assinada por Apolônio de Carvalho. Nela, os leitores encontravam reflexões teóricas sobre o marxismo e o leninismo. (FERREIRA, 2013, 205-206,210)

A sede do Jornal Novos Rumos ficava no Rio de Janeiro, mas havia sucursal em Minas Gerais e em São Paulo, contudo eram enviados aos sindicatos em várias partes do país, outros assim como Lima Silva e outros acusados no IPM de Parnaíba tiveram contato com este jornal através das reuniões e congressos que participavam tanto no município em questão quanto em outras cidades e ficavam incumbidos de repassar aos trabalhadores, principalmente aqueles que estavam inseridos em agremiações, sindicatos, federações trabalhistas e estudantis, para que pudessem estar a par da real situação do país.

É importante ressaltar que estamos falando de uma época na qual não havia internet. E que somente a imprensa alternativa lutou contra o regime, as demais, aceitaram as exigências e passaram a fazer os programas e a transmitir as notícias exatamente como era imposto pelo governo ditatorial.

		ACUSAÇÃO
03	ANTÔNIO FARIAS FERREIRA Funcionário público federal, Presidente da União dos Ferroviários do Piauí-UFP; 55 anos.	Acusado de participar do Congresso da União dos Ferroviários do Brasil na cidade de Recife; articular juntamente com seus companheiros sindicalistas, uma passeata em favor de João Goulart. Consta nos autos que Antônio Farias foi preso também em 1935 no Estado do Ceará por ser considerado comunista.

No TPI Ferreira relatou que recebia Boletins Circulares das mãos do líder Raphael Martinelli, que versavam sobre o salário mínimo, tabela única e reivindicações da classe. No mais alegou que o Congresso dos Trabalhadores Ferroviários do Brasil foi realizado mediante a articulação da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários - FNTF e Raphael Martinelli, custeada pela Rede Ferroviária Federal.

Com relação à greve na Estrada de Ferro Central do Piauí, ocorrida no dia dois de abril de 1964, Ferreira ressaltou que não foi uma greve, mas uma ordem

do superintendente Alberto Solheiros¹⁶ devido às circunstâncias que se encontrava o país. A declaração oral da esposa do ex funcionário da Estrada de Ferro Luís Cardoso de Miranda, evidenciou este fato. Ela relatou que no dia seguinte ao golpe seu esposo chegou em casa dizendo que havia recebido ordens superiores para pararem o serviço. Na fala de Luzenira Monteiro de Miranda, notou-se que seu esposo na qualidade de trabalhador, não sabia ao certo o que estava ocorrendo, mesmo assim cumpriu a ordem que lhe foi repassada, retornou para casa e somente dias depois soube do golpe de estado que Goulart sofreu e conseqüentemente a democracia.

Isso demonstra a morosidade com que as notícias importantes chegavam até as pessoas simples, proletárias, de condições financeiras menos favorecidas. Também constata-se que os líderes sindicais, trabalhistas e estudantis, de forma geral eram os únicos que devido a uma articulação pré-golpe tinham noções dos fatos que estavam por se concretizar no país. Tal evidência nos leva a crer que mesmo buscando conhecer o cenário político que estava prestes a se configurar, pouco puderam transmitir aos seus, devido a repressão que sofriam anterior ao golpe.

No mais, segundo Ferreira, o Superintendente Solheiros possuía um vínculo com Raphael Martinelli, sem descrever exatamente qual orientação política partidária do PTB e foi nomeado ao cargo pela indicação e influência do Deputado Dr. Francisco das Chagas Caldas Rodrigues¹⁷.

Ao ser perguntado sobre pessoas “elementos estranhos” numa reunião no Sindicato dos Estivadores, ressaltou a presença do Deputado José Alexandre Caldas Rodrigues e o advogado Israel Brodher também indiciados no IPM. Na ocasião Israel Brodher chegou a apresentar um projeto de manifesto, porém não foi publicado por não haver tempo para sua impressão. Ferreira declarou que Israel Brodher foi nomeado pelo Superintendente Solheiros como Consultor Jurídico da Estrada de Ferro e provavelmente, assim como proferia sobre reformas no meio sindical também o fazia na estrada de ferro.

¹⁶ Engenheiro, Superintendente da Estrada de Ferro, um dos 34 indiciados no IPM

¹⁷ Dr. Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, nasceu em Parnaíba no ano de 1922. Formou-se em advocacia pela universidade de São Paulo. Iniciou sua carreira política em 1951, eleito por quatro mandatos. Foi Deputado Federal, Governador e Senador. Teve seus direitos cerceados em 1969 por força do AI-5, seus direitos políticos foram suspensos por 10 anos. Em 1986 foi eleito senador, após este mandato, afastou-se da vida pública por problemas de saúde. Fonte: Cavour, Raimundo Nonato Caldas. *Mergulho nas lembranças da minha Parnaibinha, anos 40/60*. Fortaleza-CE, 2017.

Por fim ressaltou que possuía em sua residência uma arma calibre 45, mas nunca ouviu falar de um possível levante armado em Parnaíba e nem sobre possíveis propagandas russas, cubanas e chinesas.

É importante ressaltar que em janeiro de 1965, Antônio Farias Ferreira voltou a ser interrogado. Na ocasião foi indagado sobre seu auto desligamento da Polícia Civil do estado do Ceará, na qual respondeu que, por não ter sido promovido a chefia da rádio patrulha a qual foi responsável pela organização, resolveu trabalhar com o pai na estrada de ferro. As demais perguntas versavam sobre a articulação política que promoveu no sindicato dos ferroviários, entre elas sobre um Congresso dos ferroviários ocorrido em Recife. Ferreira admite que na abertura do Congresso, após o Hino Nacional foi cantado a Internacional¹⁸.

Como consta no processo crime Antônio Farias Ferreira foi presidente sindical ferroviário acusado de lutar pela classe trabalhadora. Esse é mais um caso na qual os militares procuravam de alguma forma ligar o cidadão a práticas comunistas. Quem estivesse à margem da linha do pensamento militar que ocupava o poder, era considerado subversivo.

Porém, quem disse que os ideais comunistas eram corrosivos? No decorrer da análise do IPM constata-se que as práticas consideradas comunistas, eram na verdade movimentos sociais e lutas trabalhistas para garantia de direitos. Os comunistas acreditavam na organização social, para que homens e mulheres pudessem ter direitos iguais, salários dignos, condições favoráveis ao exercício de suas funções. Porém em nenhum momento as investigações militares conseguiram provar que os acusados eram de fato comunistas. Nesse sentido, Toledo destacou que:

Mais apropriado seria então afirmar que 1964 significou um golpe *contra* a incipiente democracia política brasileira; um movimento *contra* as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva *contra* a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um estancamento do amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país [...] O golpe estancou um rico e amplo debate político, ideológico e cultural que se processava em órgãos governamentais, partidos políticos, associações de classe, entidades culturais, revistas especializadas (ou não), jornais etc. Assim, nos anos 60, conservadores, liberais, nacionalistas, socialistas e comunistas formulavam publicamente suas propostas e

¹⁸ Hino A Internacional escrito por Eugène Pottier em 1871, muito utilizado por organizações e partidos socialistas, comunistas e anarquistas.

se mobilizavam politicamente em defesa de seus projetos sociais e econômicos. [...] Mas, o golpe também visou estancar a democracia que se expressava pela demanda da ampliação da cidadania dos trabalhadores urbanos e rurais (TOLEDO, 2004, p. 15,18,19).

Toledo afirma o que é visível nos autos do processo: o golpe civil militar veio para acabar com o desenvolvimento e a articulação política dos trabalhadores. Todos os indiciados na cidade de Parnaíba eram proletários engajados que buscavam em outras regiões do país meios para garantir os direitos trabalhistas. Uniram-se, realizaram reuniões e congressos entre sindicalistas de diversas categorias, para que juntos pudessem pressionar o governo a efetivar as reformas estruturais necessárias para diminuir as desigualdades. Após o golpe a luta foi para se livrar de um regime opressor que estancou as reformas propostas por Goulart, que representava para classe operária uma mudança social, econômica, trabalhista, significativa.

		ACUSAÇÃO
04	MANOEL PEREIRA NETO Funcionário Público Autárquico; Presidente do Sindicato dos Marítimos; 40 anos.	Acusado de participar da reunião com o Padre Alípio para tratar da reforma agrária e de uma possível revolução aos moldes cubanos; ser conivente e participe da passeada em favor de Jango.

Outro indiciado que não fugiu a luta de classes foi, Manoel Pereira Neto. Na investigação, Pereira Neto ressaltou que, quando o Padre Alípio esteve em Parnaíba fez uma reunião no Sindicato dos Estivadores com alguns líderes, entre eles: Israel Brodher, Tiago José da Silva e João Roberto de Araújo, na qual falou sobre a necessidade de uma revolução, em suas palavras: “Revolução hoje, amanhã e depois, devido à situação do custo de vida e da irregular distribuição das terras, pois os camponeses não tinham oportunidades”. (IPM 349, 1964, r.177, vl.1, f.43).

IMAGEM II: Padre Alípio Cristiano de Freitas



FONTE:

<http://adalbertofranklin.por.com.br/2013/01/alipio-de-freitas-um-padre-guerrilheiro-no-maranhao/>.

Em entrevista com Ademir Alves de Melo estudante secundarista, arrolado no processo, memória viva que fortaleceu através de seus depoimentos os momentos que permearam os acontecimentos pós-golpe civil militar que influenciaram sua vida e de seus companheiros, descobrimos que a chegada do Padre Alípio à cidade causou um verdadeiro frisson. Melo foi um dos que estiveram presentes na reunião na qual o padre e revolucionário Alípio Cristiano de Freitas discursou sobre a situação do país, encorajando os líderes a se manterem na luta. Melo destacou este acontecimento com as seguintes palavras:

Lembro-me que, uma vez, um pouco antes do golpe, estávamos dentro da sede da União dos Estudantes Secundaristas de Parnaíba, que ficava nas proximidades da Praça das Graças, quando, de repente, passou um cidadão alto, branco, já de cabelos grisalhos, acompanhado de um moreno raquítico e eu sabia que estava em Parnaíba. Era o padre Alípio de Freitas. O padre Alípio se antecipou à Teologia da Libertação. Ele era um defensor da reforma agrária, das reformas de base do governo Jango. Era um socialista cristão. Aí ousamos de imediato interceptá-lo e perguntá-lo se de fato era o padre Alípio. Muito simpático ele disse que sim, entrou na nossa sede, que era uma sede pequena, de frente para a rua. Conversamos, e ele nos convidou para uma palestra dele, à noite, no sindicato, me parece que o Sindicato dos Marítimos, uma coisa assim, não me lembro bem. Com os sindicalistas lá estivemos nós. Ocorre que nessa palestra do padre Alípio, evidentemente a polícia estava presente e no inquérito após a minha prisão em abril de 1964, o capitão, não sei se, da vez anterior eu citei o nome da figura, o capitão Gladstone Wayne Rodrigues. Então ele me perguntou se eu havia participado de tal palestra, eu disse que sim. (MELO, ENTREVISTA CONCEDIDA, ago. 2017)

Mediante o relato de Melo, constata-se a influência que aquele homem possuía no meio trabalhista. Um padre português, ligado aos movimentos sociais, que veio viver no Brasil e logo tomou partido nas diversas lutas que os trabalhadores enfrentavam. Foi um dos fundadores das Ligas Camponesas, líder do Partido Revolucionário dos Trabalhadores- PRT e um dos mentores e integrantes da Ação Popular. Devido a seu engajamento, foi preso, torturado, passou anos fora do Brasil e retornou como apátrida.

Voltando ao depoimento de Manoel Pereira Neto, o IPM ressalta que na sede do Sindicato dos Marítimos, no qual era presidente, foi encontrado “material de cunho comunista”, logo após reiteraram, dizendo que era “material de propaganda

comunista”. Isso demonstra o quanto o regime militar tentava ligar os indiciados com as práticas ideológicas do Partido Comunista e desta forma, enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional ou nos atos institucionais que criaram para coibir todos os cidadãos que pensavam de maneira antagônica aos ideais do regime.

A ditadura procurou restringir por meio da força as ações e os pensamentos dos brasileiros, numa tentativa de adestramento, de tornar sujeitos plurais em singulares. Podando um potencial intelectual que poderia sem sombra de dúvida ajudar na construção de um ambiente digno e para todos. Porém, após se configurar o golpe de Estado, toda fermentação intelectual que estava em pleno vapor e engajamento, em prol da classe trabalhadora torna-se uma pedra no sapato das lideranças do novo regime.

		ACUSAÇÃO
05	<p>JOÃO ROBERTO DE ARAÚJO</p> <p>Pedreiro; Vereador municipal pelo P.T.B. Partido Trabalhista Brasileiro e secretário do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção e Mobiliário de Parnaíba-STICMP; 39 anos de idade.</p>	<p>Acusado de fazer várias viagens ao estado da Guanabara, onde havia uma forte articulação de esquerda. Referência sobre participar de reuniões da Liga Camponesa nas comunidades do Labino e Ilha Grande de Santa Isabel, vizinhas de Parnaíba; e reuniões com o Padre Alípio; proferir discurso durante a Assembleia Geral dos Sindicatos locais, denominado pelo IPM como sendo “muito veemente”.</p>

Natural de Parnaíba, filho de Bernardo Tomaz de Araújo e Isabel Maria da Conceição, antes de assumir o cargo de vereador, trabalhava como pedreiro, tornando-se secretário do sindicato da categoria. As principais perguntas do seu interrogatório no dia 18 de abril de 1964, foram sobre livros e revistas encontrados na sede do sindicato, que versavam sobre a legislação do trabalho na Rússia Soviética e os movimentos sindicais mundiais. Evidente que mesmo sendo secretário e ex presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção e Mobiliário de Parnaíba, em nenhum momento Araújo relatou ter ciência de tais revistas e livros. Outro questionamento dos militares foi sobre a presença de pessoas estranhas no sindicato. Ao receber tal indagação Araújo citou

o nome do então Deputado Estadual José Alexandre Caldas Rodrigues e o de Israel Brodher.

João Roberto de Araújo assim como seus companheiros, também possuía uma articulação política que incomodou aos governantes pós 1964. Acredita-se que Araújo se reuniu com o Padre Alípio, viajou para outras cidades da federação em busca de conhecimento e recursos para os operários da construção civil. Além de unir a categoria à luta nacional que se configurava em favor de Goulart, em favor das reformas contra a ditadura.

		ACUSAÇÃO
06	<p>BERNARDO LUIZ CALDAS VERAS</p> <p>Funcionário Público Federal; Vice-Presidente da União dos Ferroviários do Piauí; 33 anos.</p>	<p>Sua articulação política se deu juntamente com o auxílio do Superintendente da Estada de Ferro Central do Piauí Alberto Solheiros, a qual segundo o IPM era intimamente ligado. Bernardo também foi acusado de compor a Assembleia Geral dos Sindicatos, participar de congressos em Recife; protestar contra a deposição de Goulart e contra a prisão do líder Raphael Martinelli.</p>

Em janeiro de 1965 o funcionário público e vice presidente da União dos Ferroviários do Piauí Bernardo Luís Caldas Veras foi novamente interrogado, na ocasião indagaram sobre seu comparecimento ao congresso dos ferroviários, realizado em janeiro de 1964 em Recife. O mesmo relatou que seu intuito era solicitar máquinas para a estrada de ferro do Piauí, porém após a primeira reunião Solheiros lhe advertiu que não era o momento específico para tal reivindicação, visto que o congresso versava sobre reformas e reivindicações da classe, como por exemplo, a solicitação das terras a margem da estrada de ferro.

Naquele momento, além de reivindicarem as terras a margem da estrada de ferro, suas principais pautas estavam embasadas, sobretudo na luta contra a possível tomada de poder. A efervescência dos acontecimentos que estavam se concretizando na nação precisava com urgência de um debate entre os líderes, para que pudessem se posicionar e compartilhar as melhores estratégias para evitar ou resistir e combater as possíveis imposições das forças armadas.

07	JOSÉ CALDAS DE CARVALHO Fiscal da União Ferroviária do Piauí – UFP; 49 ANOS;	ACUSAÇÃO
		Acusado principalmente de fazer parte do Partido Comunista Brasileiro e distribuir na estrada de ferro os jornais Novos Rumos e Brasil Urgente

José Caldas de Carvalho declarou no TPI ter entrado para União Ferroviária do Piauí - UFP para fortalecer as reivindicações trabalhistas e o comando de greve lideradas por Antônio Farias e depois por Bernardo Luís Caldas Veras. Reforçou que Israel Brodher era figura assídua nas estradas de ferro dizendo ser assistente dos sindicatos e associações. Essa afirmativa comprova que Israel Brodher não estava na Estrada de Ferro apenas como mais um trabalhador. Ele mantinha uma articulação política entre os sindicatos e os trabalhadores, provavelmente para melhorar as condições na labuta diária dos sindicalistas. No entanto, não há como negar que assim como Ademir Alves de Melo o considerava um mentor intelectual, provavelmente esse era seu papel perante a classe operária, instruir, levar a conhecimento de todos os percalços dos ditames ditatoriais e as maneiras de combatê-los.

No decorrer dos autos do processo crime, percebe-se que a maioria dos indiciados foram acusados de repassar os jornais Novos Rumos e Brasil Urgente, denominados na época, como sendo de cunho comunista subversivo. Nota-se a importância que a ditadura conferia a imprensa alternativa, que se posicionava contra o regime, antes mesmo de ocorrer o golpe e o quanto esses jornais além de levar informações diversas sobre a luta de classes, as cidades distantes dos grandes centros, também partilhavam as diretrizes tomadas nas centrais sindicais. Percebe-se, que os jornais ligavam os trabalhadores e os faziam acreditar que era possível reverter o quadro político vigente. E por isso eram temidos, vigiados e reprimidos pela ditadura.

Os jornais Novos Rumos eram produzidos pelo Partido Comunista Brasileiro-PCB, já os jornais Brasil, Urgente era a expressão da articulação política de esquerda da Igreja Católica.

O Jornal Brasil Urgente foi lançado em São Paulo, no dia 17 de março de 1963, e durou até abril de 1964, quando foi fechado pelo golpe militar. Ao todo foram 55 números, e manteve, ao longo de

toda a sua duração, o formato tabloide e uma média de 20 páginas. Contou com diversos colunistas nas áreas de política brasileira, cultura, economia, política exterior e humor. Havia uma equipe fixa e outros que escreviam eventualmente (SILVA, 2008, p.98).

Segundo consta, a ideologia católica da Ordem Dominicana na figura do Frei Carlos Josaphat, que fundou o Jornal Brasil, Urgente para além de evangelizar levar a libertação ao povo oprimido. Numa tentativa de constatar e negar as estruturas sociais, econômicas e políticas que se configuravam no Brasil na época e dessa maneira superá-las. Alcançando seu objetivo de no mesmo tempo informar, formar a opinião de seus leitores (SILVA, 2008).

Os dois jornais da imprensa subversiva: Novos Rumos e Brasil, Urgente, não estavam ligados a grande mídia corporativa que disseminava os ideais do regime, principalmente sua concepção do que era o comunismo ou o que era ser subversivo. A imprensa subversiva constituiu-se em um aparato legal de luta contra as ordens dos ditadores, levando conhecimento aos recônditos do Brasil.

		ACUSAÇÃO
08	<p>RAIMUNDO NONATO DE BRITO</p> <p>Bancário, Presidente do Sindicato dos Bancários, 33 anos.</p>	<p>Acusado de imprimir e distribuir boletins de cunho subversivo. Foi encontrado em seu poder panfletos esquerdistas, um deles convidava para uma reunião da SUPRA na Guanabara no dia 13 de março de 1964.</p>

Raimundo Nonato de Brito foi um dos responsáveis em conseguir alto falantes para que a população pudesse ser convidada a participar da passeata em favor de João Goulart. Vale ressaltar que no seu TPI Brito declarou que começou a frequentar as reuniões com os demais sindicatos de Parnaíba, para amenizar a fama de “burguês” que o Sindicato dos Bancários possuía.

		ACUSAÇÃO
09	<p>ANTÔNIO BEZERRA DA SILVA</p> <p>Pintor, 51 anos de idade.</p>	<p>Acusado de distribuir os jornais Novos Rumos de cunho comunista de acordo com o IPM. E suspeito de abrigar comunistas tais como: José Ceará e Orestes Timbaúba (redator chefe do Jornal Novos Rumos) membros do Partido Comunista Brasileiro.</p>

O que chama atenção nesse caso é que o IPM resalta que Antônio Bezerra era muito aproximado do sócio Tomaz da Silva Lima outro indiciado no IPM.

Percebemos que ambos foram indiciados pelas mesmas acusações e a palavra sósia, que ao pé da letra significa uma pessoa parecida com a outra, nos faz refletir que possivelmente ou eram irmãos, parecidos fisicamente ou demonstravam igualdade em seus atos em prol de uma sociedade livre da ditadura que estava configurando-se no cenário político do país.

Nos autos do TPI Antônio Bezerra da Silva relatou que conhecia José Pereira, vulgo José Ceará, membro influente do Partido Comunista que frequentemente estava em Parnaíba para divulgar os “pensamentos subversivos” mediante reuniões que ocorriam em sua residência ou na de Tomaz da Silva Lima. No mais, declarou que, numa palestra, o Sr. Orestes disse que “Cuba estava progredindo após a revolução e, que o Brasil também necessitava de uma Revolução¹⁹ dessa natureza”. (IPM 349, 1964, r.177, vl.1, f.76).

O Sr. Orestes, redator chefe do jornal Novos Rumos, desejava que as mesmas medidas que foram tomadas em Cuba, fossem realizadas no Brasil. Mas para isso era necessários guerrilheiros que instruídos pelos ideais sociais pudessem tomar atitudes radicais e tomar o poder, como foram realizadas em Cuba.

Antônio Bezerra da Silva declarou ser inocente. Ressaltou como recurso de defesa que foi ludibriado por José Ceará e Orestes Timbaúba, e acabou lhe oferecendo estadia apenas por solidariedade humana. Evidente que na posição de réu, sendo indagado sobre sua ligação com comunistas influentes, para se livrar das acusações preferiu negar todas as que lhes foram atribuídas. Mas ao abrigar em sua residência figuras importantes no cenário político, contribuiu para que os ideais comunistas chegassem a outras lideranças sindicais, estudantis.

		ACUSAÇÃO
10	ISRAEL BRODHER Advogado, Formado na capital do Pernambuco, natural de Teresina-PI, 24 anos de idade.	Considerado subversivo por ter ligações estreitas com funcionários da estrada de ferro, incitar greves, participar da Assembleia Geral dos Sindicatos e de ser um dos líderes que instruía os trabalhadores e estudantes.

¹⁹ A Revolução Cubana liderada pelo guerrilheiro Fidel Castro foi responsável pela queda do governo ditatorial de Fulgêncio Batista e o rompimento com o sistema capitalista dos Estados Unidos. Quando Castro tomou o poder, com ideais comunistas, promoveu a reforma agrária, estatizou multinacionais norte americanas e se alinhou ao comunismo soviético, entre outras medidas, que fez de Cuba um país comunista. Disponível em: <http://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/revolucao-cubana.htm>. Acesso em: 10 de dez. 2017.

Outro indiciado de notável importância para conjuntura de luta contra a ditadura foi Israel Brodher. Nos autos do TPI Brodher relatou que suas palestras no SESC e na UESP “abordavam aspectos da vida social do país, mostrando as dificuldades que tinha os estudantes para educarem e para conseguirem vagas [...] necessidade de uma melhor distribuição de escolas e de riquezas para o país” (IPM 349,1964, r.177, vl.1, f.92).

Quando foi indagado sobre sua relação com os sindicatos e sindicalistas ressaltou que há um mês havia sido convidado a se tornar advogado da União dos Ferroviários, período que passou a se empenhar a organizar legalmente a entidade. É

importante ressaltar que Brodher foi interrogado no dia oito de maio de 1964. Brodher alegou que foi solicitado sua opinião sobre uma greve em solidariedade aos ferroviários presos em todo país principalmente na Guanabara. Afirmou que a referida greve ocorreria ordeiramente e não pararia toda malha ferroviária, visto que os trens diários iriam circular normalmente.

Israel Brodher fez parte de uma reunião entre os presidentes dos sindicatos e alguns líderes importantes para a realização de uma passeata em favor do presidente João Goulart. Brodher ressaltou que foi convidado por Tiago José da Silva, do Comando Municipal dos Trabalhadores. No depoimento de da Silva é possível constatar que ele relatou sobre a presença de Brodher como sendo uma pessoa influente.

No final dessa reunião lhe foi atribuído tarefas, levar um convite na Rádio Educadora para que toda população comparecesse a passeata e depois deveria imprimir um boleto informativo que segundo o (IPM 349, 1964 r.177, vl.1, f.94) ressaltava: “que o Presidente da República se encontrava ameaçado de deposição pelos governadores da Guanabara, Minas Gerais e São Paulo e que todos deveriam dar apoio para que tal não sucedesse”. Porém ao perceber que o exército não estava mais apoiando o então presidente, alertou o Deputado José Alexandre para

IMAGEM III: Israel Brodher em seu casamento com Marsina Dias.



FONTE: (CAVOUR, 2017, p. 143).

que não houvesse mais a passeata, logo após se dirigiu a Rádio Educadora retirou o convite e rasgou. E apesar de ter sido aprovada, a passeata nunca chegou a ser realizada, devido aos acontecimentos políticos que ocorreram no país logo após a reunião.

No mais Israel Brodher declarou no TPI que provavelmente chamou Ademir Alves de Melo, também indiciado no IPM por subversão, de “meu líder” por brincadeira. No entanto, este foi o responsável em lhe entregar os jornais Brasil Urgente, paulista, de posição esquerdista, dirigido pelo Frei Carlos Josaphat e números do jornal Novos Rumos, encontrados em sua biblioteca. Brodher também realizou palestras com Melo no SESC e na UESP.

Em recente entrevista com Ademir Alves de Melo que na época era estudante secundarista, o mesmo declarou que Israel Brodher foi seu mentor intelectual, um líder que instruía os estudantes e fazia destes reprodutores de seus ideais. Quando esteve preso, ao ser interrogado numa madrugada, sozinho, apenas na companhia de seus carrascos, os militares, sentando-o em uma pedra a beira mar, com a arma em sua cabeça, incitando-lhe o medo, foi lhe perguntado várias vezes sobre sua ligação com Israel Brodher. Eles queriam saber se havia em Parnaíba articulação do Partido Comunista. Melo relata que enquanto dividia a cela com mais dois amigos, Israel foi mantido preso sozinho, separado dos demais.

Esse relato, denota que Israel Brodher foi perseguido por sua influência com a juventude secundarista, os sindicalistas e sobretudo por desempenhar a função de advogado na Estrada de Ferro, palco de lutas econômicas e políticas pelo poder. Homem de influência, que circulava em todos os meios, trazendo informações de outras cidades, inclusive do estado da Guanabara, conseguia por meio da retórica propícia aos advogados, articular e instruir trabalhadores e estudantes em favor de João Goulart contra o regime civil militar.

Portanto, destaca-se a possibilidade de Israel Brodher ter se tornado naquele período o que Gramsci (1982) nomeou como “intelectual orgânico”, ou seja, um jovem educador das massas, que foi em busca de conhecimento para dessa forma retornar a suas origens e fortalecer a classe operária, para formação do indivíduo como um todo complexo, mediante a elevação da cultura dos trabalhadores. E nesse sentido o intelectual orgânico além de instruir, também se instrui, construindo juntamente com o operariado uma consciência de classe rumo à emancipação humana. Aliando toda sua articulação política a outras formas de

conhecimento, muito utilizadas para que os trabalhadores recebessem instruções, como por exemplo os jornais.

		ACUSAÇÃO
11	<p>LUIZ ALBERTO DA MOTA SOLHEIROS</p> <p>Engenheiro Civil, Funcionário Público Federal comissionado ao cargo de Superintendente da Estrada de Ferro Central do Piauí, 40 anos, natural de Belém do Pará.</p>	<p>Acusado de ser instruído por Raphael Martinelli, e repassar as informações aos demais membros da União dos Ferroviários. E de permitir a deflagração da greve na Estrada de Ferro de Parnaíba em favor a Goulart.</p>

Luís Alberto da Mota Solheiros, em muitos momentos apareceu nas respostas dos TPIs dos demais indiciados, inclusive quando eram indagados sobre o Congresso dos Ferroviários que ocorreu em janeiro de 1964 na cidade de Recife, articulado pela União dos Ferroviários e Raphael Martinelli.

Quase um ano após seu primeiro interrogatório, Solheiros foi novamente interrogado. Na ocasião teve seu envolvimento com um dos líderes dos ferroviários Raphael Martinelli Presidente da Federação dos Ferroviários do Brasil questionado. Solheiros respondeu que o conheceu quando estava na sala dos dirigentes da estrada de ferro no Rio de Janeiro, na sede da REFESA. Martinelli estava constantemente perguntando sobre o estado da malha ferroviária do Piauí e a articulação política que suscitava. Em certo momento perguntou a Solheiros o que necessitavam, este por sua vez foi contundente em afirmar: “a Estrada de Ferro Central do Piauí, não é enteada, eles querem o que os outros ferroviários estão conseguindo” (IPM 349, 1964, r.177, vl.1, f. 187).

Ao ser interrogado sobre o Congresso dos Ferroviários Solheiros relatou que quando chegou ao local, se encontrou com o presidente Martinelli e este o chamou, apresentou as autoridades e pediu para que Solheiros não mais comparecesse ao congresso, mas que retornasse ao Piauí com toda sua delegação. Solheiros disse que foi frustrante, pois, acreditava que o evento seria para reivindicar melhorias trabalhistas a categoria, no entanto se deparou com um conclave que deveria se ater ao nível técnico, mas passou a fazer propaganda dos ideais comunistas.

Não obstante a tudo que Alberto Solheiros declarou, encontra-se na cidade de Parnaíba uma senhora hoje com 93 anos de idade, de nome Clea Furtado de Araújo Ferreira Lima, ex- secretária do superintendente Alberto Solheiros na Estrada de Ferro Central do Piauí, arrolada no IPM como testemunha ocular dos fatos vivenciados na década de 1960. Dona Clea concedeu uma entrevista na qual enfatizou suas vivências trabalhistas na ferrovia.

Ela esclareceu que se lembra da visita de Getúlio Vargas (1953) à estrada de ferro, pois era um meio de transporte muito significativo para época. Podia transportar grandes quantidades de produtos e os transportava. Lembra-se dos muitos vagões que compunham o maquinário e saiam lotados de mercadorias diversas. Em conformidade com as palavras de Clea Furtado, em entrevista com Ademir Alves de Melo (2017), este destacou que:

A Estrada de ferro transportava, gado bovino, sobretudo que vinha do interior, de Campo Maior, por exemplo, para abastecer outros centros, no sul do país. Pedras britadas vinham naqueles vagões. Brita. Passageiros também. O Piauí foi um bom produtor de algodão, algodão mocó e fardos de algodão vinham e eram exportados. Vinham nas barcaças e nos vagões ferroviários.

Demonstrando sobremaneira a influência e notoriedade que a Estrada de Ferro conferia a cidade de Parnaíba, tornando-a um grande potencial mercantil e por isso de grande visibilidade nacional.

Dona Clea acentuou que, quando Alberto Solheiros foi preso ela passou a ser vigiada. A Capitania dos Portos enviou um sargento de nome Rondon para acompanhar toda sua rotina de trabalho. Depois passou a ser investigada como coautora de uma carta que Solheiros enviou a João Goulart.

Durante a investigação, os militares entraram em contato com José Viveiros de Neiva Chefe da Agência dos Correios em Parnaíba em 1964 e conseguiram cópias dos telegramas enviados por Solheiros ao então Presidente da República João Goulart e o líder comunista Raphael Martinelli. A Goulart, Solheiros escreveu:

OFICIAL URGENTE PRESIDENTE JOÃO GOULART PLANALTO
BRASÍLIA (DF) N. 63 DE PRIMEIRO 4.64 – ADMINISTRAÇÃO ET²⁰

²⁰ ET- termo utilizado para designar a vogal “e” no texto dos telegramas.

FERROVIÁRIOS CENTRAL PIAUÍ VG²¹ FACE SITUAÇÃO AFLITIVA
 NOSSO PAÍS VG MEU INTERMÉDIO ENVIAM MOÇÃO
 SOLIDARIEDADE ILUSTRE CHEFE NAÇÃO PELA CAUSA JUSTA
 PROL LEGALIDADE ASSEGURANDO DIREITOS BRASILEIROS
 PT²² SAUDAÇÕES LUIZ ALBERTO MOTA SOLHEIROS (IPM 349,
 1964, r.177, vl.01, fl. 185).

Assim como foi solidário a Goulart, Solheiros também enviou um telegrama ao líder comunista e também ferroviário Raphael Martinelli, no dia 01 de abril de 1964, ou seja, na manhã do golpe, prestando solidariedade a situação do país, a qual denominou como periclitante. Solheiros foi um dos cinco indiciados que permaneceram no processo até o fim das investigações (1972), os demais, foram sendo absolvidos através de *habeas corpus*. A descoberta do envio destes telegramas pesara sobre suas acusações.

Dona Clea ressalta enfaticamente que na condição de secretária da Estrada de Ferro, era seu trabalho escrever as cartas e telegramas que o superintendente enviava, mas foi enfática ao dizer que, mesmo debaixo de tortura jamais dirá se redigiu ou não, tais telegramas, enfatizando:

O Solheiros não é político, ele era ferroviário, engenheiro ferroviário, muito educado, muito fino, a mulher dele muito fina. Mas mesmo que eu soubesse eu não iria dizer, foi eu que redigi, secretária é secretária. Ele foi preso porque disseram que ele passou um telegrama em solidariedade a João Goulart. Queriam que eu mostrasse a cópia desse telegrama. Perguntaram: A senhora redigiu? Eu não redigi. Eu tenho muita personalidade, eu não redigi. Eu não sou obrigada, sabe lá se não foi ele. Não, porque ele nega afirmativamente que não passou o telegrama. Eu não vi. Aí mostrei as pastas todas. Todas as pastas eu mostrei. O Dr. Solheiros foi preso. Não foi preso em capitania, não foi preso aonde faz inquérito. Ele foi preso, dentro da penitenciária. Mas foi pouco tempo. Não foi muito não. Mas também tudo foi apaziguando e tudo voltou ao normal. Do telegrama ele disse dona Clea, eu não quero meter à senhora nisso. Deixa, eu redijo. Ele mesmo redigiu. O Israel Brodher também estava junto nessa. Mas naquela época todo mundo era incriminado. O próprio meu marido recebeu a comissão de inquérito, porque gente aqui, político que também já morreu, que eu não quero dizer o nome. Que ainda tem parentes vivos e um dia podem saber. Vieram aqui em casa ameaçar, inclusive padres, que eu sou muito católica, que estavam fazendo um abaixo assinado. Políticos que também já morreu, que eu tenho até um sobrinho que é casado com parente e queriam que eu fizesse coisa que eu não podia fazer Eu ia incriminar quem? (FURTADO, ENTREVISTA CONCEDIDA, ago. 2017).

²¹ VG-Termo utilizado para designar vírgula no texto dos telegramas.

²² VT- Termo utilizado para designar ponto final no texto dos telegramas.

Nota-se que a disputa pelo poder pode ter sido um dos agravantes que levavam o Dr. Solheiros a ser considerado subversivo. A política da época não está distante do que vivenciamos nos dias atuais. Assim como outrora, ainda hoje existem famílias que controlam algumas cidades e estados brasileiros. Todos que são contrários a seus pensamentos tornam-se perseguidos. Dona Clea evidencia que foi coagida a denunciar Solheiros, mas sua amizade com ele e sua família, a fizeram recuar. Não podia dizer/ fazer “coisas” que o prejudicasse.

Naquele período ditatorial isso apenas era fortalecido pela perseguição aos comunistas, mas podemos apreender que nem sempre estes eram de verdade comunistas, muitos eram perseguidos por não corroborarem com os ditames das famílias poderosas que administravam cidades como Parnaíba e que a todo custo queriam se infiltrar nos diversos âmbitos sociais.

Parnaíba não era apenas uma pacata cidade litorânea, possuía uma malha ferroviária, campo de disputa política e econômica pelo poder, muito antes de se configurar o golpe. Tanto que todos os depoimentos colhidos no IPM, traz à tona a importância da Estrada de Ferro, ela servia como pano de fundo para articulação política militante de esquerda que se configurou em Parnaíba em favor da classe trabalhadora, contra o cartel político piauiense e, por conseguinte a ditadura.

		ACUSAÇÃO
12	<p>JOSÉ REINALDO DOS SANTOS BALDEZ</p> <p>Comerciário; Presidente da União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil seção Piauí; 32 anos, natural de São Luiz do Maranhão.</p>	<p>Acusado de fazer parte das Ligas Camponesas lideradas por Veridiano Mendes da Silva, intitulado de comunista pela ditadura; e de romper com o PTB e trabalhar para Organização Regional Interamericana de Trabajadores (De La CIOSL).</p>

José Reinaldo dos Santos Baldez relatou que iniciou sua vida política em Parnaíba quando começou a trabalhar em firmas comerciais, logo após foi convidado pelo então Prefeito José Alexandre Caldas Rodrigues a trabalhar nos sindicatos para fazer propaganda política, remunerado pela Prefeitura. Porém como não houve cumprimento das promessas, rompeu com o acordado.

Similarmente foi responsável pela fundação da Central Sindical, que segundo relatou, servia como meio de livrar os Sindicatos de ações subversivas. Distribuía os Boletins Sindicalistas do Brasil; Revista da Comissão Consultiva

Especial de Segurança. Recebeu da La CIOSL²³ um cheque no valor de cinquenta dólares, na qual declarou ser para as vítimas da enchente que ocorreu na cidade de Parnaíba.

Nos Termos de Perguntas ao Indiciado- TPIs, Baldez enfatizou que desconhecia elementos comunistas em Parnaíba, porém declarou que havia inocentes úteis, ou seja, pessoas que serviam à causa comunista, sem se dar conta do que estavam fazendo. Para Baldez, pessoas como o Dr. Lauro de Andrade Correia, prefeito da cidade na época (1963-1966) e outros como José de Moraes Correia e Benedito Jonas de Moraes Correia, forneciam ajuda a líderes sindicais, através de suas repartições, para participarem de congressos no Rio e em Recife.

Importa destacar que durante o interrogatório de João Roberto de Araújo, os militares o indagaram sobre José Baldez e este foi contundente em afirmar que Baldez era um agitador expurgado do meio sindical, que afirmava ter “setecentos e cinquenta homens em “condições” de cumprir qualquer missão” (IPM 349, 1964, r.177, vl.1, fl.34). Porém, Araújo não deu crédito a Baldez e afirmou que quase todos os dirigentes sindicais também não lhe conferiam confiança, pois o julgavam sem idoneidade e desprovido de capacidade mental.

Através destes depoimentos é possível averiguar os vários níveis de consciência política entre eles e os conflitos de interesses. Enquanto Baldez afirma haver “inocentes úteis”, talvez enfatizando aqueles que com pouco conhecimento ou por necessidade de algum benefício, serviam como “laranjas” massa de manobra política no jogo do poder. João Roberto de Araújo julgava Baldez como um agitador, desconsiderando sua opinião. Lembrando que Araújo foi vereador pelo PTB, partido pelo qual Baldez rompeu, talvez essa informação já denote as rivalidades ideológicas entre eles.

		ACUSAÇÃO
13	FRANCISCO DAS CHAGAS FROTA DE MEDEIROS Funcionário Público Federal, na época com 23 anos de idade.	Acusado de pregar reformas e discutir nos Correios e Telégrafos sobre a lei de remessas de lucros (4.131/62) e reformas universitárias.

²³ Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres, maior federação sindical até 31 de outubro de 2006, quando foi dissolvida e passou formar a Confederação Sindical Internacional – CSI. SANTOS, Ariovaldo. A Confederação Sindical Internacional: Resposta à Crise Sindical ? UEL, Londrina. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt4/sessao4/Ariovaldo_Santos.pdf Acesso em: 01 de nov. de 2017.

Francisco das Chagas Frota de Medeiros, mesmo sendo tão jovem, foi efetivado no serviço público federal, possuía um aguçado senso de justiça e foi um dos únicos trabalhadores a questionar a lei 4.131/62 de remessa de lucros. Sancionada pelo Presidente da República João Goulart e promulgada e assinada pelo Presidente do Senado Federal Auro Moura Andrade em 3 de setembro de 1962, a referida lei: “Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências”(BRASIL, LEI 4.131, 1962).

14	EVILÁSIO DOS SANTOS BARROS Industriário, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Piauí, 41 anos, natural de Coroa de São Remijo município de Buriti dos Lopes.	ACUSAÇÃO
		Acusado de fazer viagens de cunho subversivo, a Guanabara convocadas pela Confederação Geral dos Trabalhadores, e nestas era instruído a fazer greves.

Acusado de participar da Assembleia Geral local em prol da passeata solidária a Goulart. Diante do exposto, Evilásio Barros negou todas as acusações, enfatizando que o fato de ser presidente da Federação lhe conferia o dever de estar a par de tudo que ocorria no meio sindical e as maneiras de angariar melhorias trabalhistas para a categoria. Mesmo assim, pode-se dizer que em suas viagens a Guanabara centro da articulação antiditatorial, Evilásio teve contato com líderes que possivelmente fortaleceram suas convicções fazendo-o repassar aos trabalhadores industriais as informações pertinentes à luta operária, bem como as ressalvas sobre a possibilidade de haver um golpe na democracia, como realmente veio a ocorrer.

15	CUSTÓDIO AMORIM Marceneiro; Vereador pelo PTB; 56 anos.	ACUSAÇÃO
		Pleiteou junto a Câmara o título de cidadão parnaibano a Leonel Brizola por considerar este um amigo dos trabalhadores.

Custódio Amorim declarou que pleiteou junto a Câmara dos Vereadores o título de cidadão parnaibano a Brizola por desconhecer que este possuía ideologia Marxista, mas que iria retirar o projeto de lei. Através do interrogatório de Custódio Amorim nota-se que nem sempre os acusados eram apenas trabalhadores

sindicalizados. Alguns políticos também foram perseguidos e arrolados no processo, pois apoiavam Jango e as Reformas. Evidente que muitos destes faziam parte de partidos como o PTB e o PCB. Nem todos eram coniventes com a intervenção militar na política, no Estado brasileiro e mesmo de maneira sucinta, se posicionavam contrários ao golpe que estava se articulando, colocando-se a disposição das lideranças favoráveis às reformas, como é o caso de Leonel Brizola, deputado federal pelo estado da Guanabara e cunhado de João Goulart.

		ACUSAÇÃO
16	JOSÉ ARANHA Comerciário, 45 anos de idade.	Acusado de vender os Jornais Novos Rumos no centro da cidade de Parnaíba, alegando ser meramente por questões econômicas, pois, os jornais lhe rendiam um bom lucro.

Em sequência foi indiciado José Aranha que animava os presos políticos cantando músicas de cunho comunista, incentivando a todos e os fazendo acreditar numa outra realidade política social para o país, mesmo enfrentando as duras provas que o regime impôs aqueles que eram contrários aos ideais que seguiam. (MELO, 2016)

A muitos dos indiciados foi indagado sobre José Aranha, figura carimbada no meio sindical de várias categorias, um homem de influência pelo seu envolvimento político e luta contra o predomínio civil burguês militar que muito antes de 1964 dava sinais de seus intentos.

Em entrevista concedida, Melo ressaltou que Aranha possuía dificuldades para caminhar. No IPM é possível constatar que em 06 de outubro de 1965 José Aranha foi internado no Hospital Colônia Estadual de Curupaiti no Rio de Janeiro, Serviço de Lepra do Estado, para se tratar de doença de Hansen (IPM 349, 1964, r. 177, vl.1, fl. 490). Desde este dia, não compareceu as audiências referentes ao IPM, obtendo total respaldo dos médicos responsáveis por sua internação.

É provável que José Aranha tenha falecido neste hospital, leprosário. Naquela época não havia tratamento para a lepra/hanseníase, doença altamente contagiosa, e os enfermos eram forçados a viver separados da sociedade a fim de conter a contaminação. Atualmente a hanseníase pode ser tratada com antibióticos.

		ACUSAÇÃO
17	<p>JOSÉ ALEXANDRE CALDAS RODRIGUES</p> <p>Comerciante, 40 anos, dono de jornal e a única rádio de Parnaíba na época. Deputado Estadual pelo PTB, cassado pela Assembleia Legislativa.</p>	<p>Acusado de manter ligações estreitas com os sindicatos e presidir uma mesa redonda que discutiu sobre os rumos nacionais após Goulart deixar o poder.</p>

O próximo indiciado a ser arrolado no IPM, foi José Alexandre Caldas Rodrigues. Nos autos do TPI Caldas Rodrigues alegou que há vinte anos mantinha ligações políticas com os sindicatos de Parnaíba sob a recomendação do seu partido, que julgava importante seus filiados manter boa relação com os sindicatos.

Caldas Rodrigues possuía um jornal e a única rádio da cidade na época (Educadora). Porém, ressaltou que nunca utilizou tais meios de comunicação para fazer apologia aos ideais comunistas contrários a Ordem Política Social instaurada no país.

Fez questão de declarar que além de Deputado Estadual, outrora foi vereador e prefeito de Parnaíba, membro do Rotary Clube e Presidente do Aeroclube, da Liga Parnaibana de Futebol e do Sindicato de Representantes Comerciais do Estado do Piauí, na tentativa de fazer entender que era um membro ativo e responsável da sociedade e nada tinha a ver com os ideais comunistas ou seja, se enquadrava nos moldes da Doutrina de Segurança Nacional a qual o poder ditatorial tanto enfatizava.

IMAGEM IV: José Alexandre Caldas Rodrigues.



FONTE: (CAVOUR, 2017, p. 105)

No livro “Mergulho nas lembranças da minha Parnaibinha – anos 40/60” Nonato Cavour destaca que José Alexandre Caldas Rodrigues iniciou sua carreira política no ano de 1947 como vereador pela legenda da União Democrática Nacional-UDN, eleito prefeito de Parnaíba em 1958 já pelo PTB. No último ano de mandato (1962) se desligou do cargo para concorrer ao governo do estado. Já eleito, em 1964 foi cassado, impedido de voltar à vida política, faleceu em 1999 aos 75 anos de idade.

Nota-se que mesmo procurando enquadrar-se como um homem conservador que priorizava o bem-estar da família e os deveres cristãos, não conseguiu se desvencilhar da perseguição do regime militar. Paralelamente a família Caldas Rodrigues influenciou sobremaneira não apenas o cenário político de Parnaíba, mas também o econômico, mediante as empresas que possuíam na cidade: Poncion Rodrigues & Cia; Poncion Industrial Ltda; Poncion Veículos Ltda; Transportadora Vanguarda Ltda.

18	JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO Sem profissão definida, 30 anos de idade, natural de Araioses – MA.	ACUSAÇÃO
		Acusado de redigir um manifesto a Rádio Mairink Veiga da Guanabara enaltecendo o comício da SUPRA ocorrido em 13 de março de 1964 e trocar correspondência com Leonel Brizola e Miguel Arraes.

João Batista do Nascimento, preso em trânsito, fugindo de Teresina a Recife, em seu depoimento Nascimento alegou que fez a carta manifesto a Rádio Mairink para enaltecer o comício de João Goulart ocorrido em 13 de março de 1964. Além dele outros assinaram a carta, entre estes Ademir Alves de Melo, Pedro Batista Costa, João Batista da Silva, Francisca das Chagas Santos, entre outros. Vale ressaltar que a maioria dos que assinaram a carta eram funcionários da alfandega.

Nascimento ressaltou que além desta, também escreveu cartas de carácter particular a Leonel Brizola e Miguel Arraes, ex Governador do Pernambuco. Diferente de outros acusados, João Batista Nascimento não negou a escrita do manifesto e as cartas. Nota-se que mesmo em sua simplicidade, procurou alianças com as lideranças nacionais pré-golpe, demonstrando um apoio necessário para fortalecer aqueles a quem eram destinadas tais correspondências.

19	ANTONIO JOSÉ DE SOUZA Industrial, salineiro e lavrador-criador, 66 anos de idade.	ACUSAÇÃO
		Acusado de solicitar instruções de Leonel Brizola e ser solidário a este e a João Goulart após o início do movimento revolucionário.

Antônio José de Souza, além de demonstrar apoio, pediu instruções de Brizola, através de cartas. No IPM não fica claro se Brizola chegou a responder as cartas, porém, é inegável o ato corajoso que este trabalhador teve ao solicitar instrução, demonstrando que em Parnaíba havia pessoas que não estavam inertes aos atos que estavam se configurando. Eles buscavam entre os seus e até através dos líderes nacionais contrários ao regime uma base de luta que os pudesse instruir para fortalecer as trincheiras sociais para derrocada do regime militar que estava prestes a ser instaurado.

Os outros acusados, estão descritos sucintamente nos autos do processo, apenas indicando suas ocupações. Observe a tabela abaixo. Com a ressalva de que, dentre eles está Ademir Alves de Melo no qual deixamos sua história para o próximo capítulo, por ser este o mais jovem dentre os indiciados, uma testemunha que permanece viva, residente da capital da Paraíba e tornou-se referência dos atos de perseguição política em Parnaíba em 1964 e conseqüentemente um elo entre presente e o passado.

Nº	INDICIADOS	ACUSAÇÃO
20	RAIMUNDO BELÉM Funcionário da Alfandega.	Acusado de assinar a carta-manifesto em favor do comício da SUPRA.
21	PEDRO DA SILVA COSTA Comerciário.	Acusado de assinar a carta-manifesto em favor do comício da SUPRA.
22	FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS Industriário.	Acusado de assinar a carta-manifesto em favor do comício da SUPRA.
23	MÁRIO DE TAL Alfandegário.	Acusado de assinar a carta-manifesto em favor do comício da SUPRA.
24	JOÃO BATISTA DA SILVA Funcionário do I.A.P.M.	Acusado de assinar a carta-manifesto em favor do comício da SUPRA.
25	LUIZ PEREIRA DO NASCIMENTO Estivador.	Acusado de assinar a carta-manifesto em favor do comício da SUPRA.
26	ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA Estivador.	Acusado de assinar a carta-manifesto em favor do comício da SUPRA.
27	FRANCISCO ARAÚJO Presidente do Sindicato dos Padeiros.	Acusado de assinar a carta-manifesto em favor do comício da SUPRA.
28	ACILINO PEREIRA DA SILVA Sem registro de atividade trabalhista	Acusado de acompanhar Evilásio dos Santos Barros (Presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria no Piauí) em suas viagens a Guanabara.

29	LUIZ DA SILVA ARAÚJO Sem registro de atividade trabalhista	Acusado de acompanhar Evilásio dos Santos Barros (Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria no Piauí) em suas viagens a Guanabara.
30	LIDUÍNO DA COSTA LIRA Sem registro de atividade trabalhista	Acusado de fazer parte de uma delegação de ferroviários que participaram de um Congresso em Recife-PE.
31	EDGAR CATANHEDE DE ALBUQUERQUE Sem registro de atividade trabalhista	Acusado de Partidário de Reformas.
32	MARZILES GUIMARÃES Sem registro de atividade trabalhista	Acusada de Partidário de Reformas.
33	EDGAR BRAÚNA Sem registro de atividade trabalhista	Acusado de Partidário de Reformas.
34	ADEMIR ALVES DE MELO Estudante, 19 anos de idade. Presidente da União dos Estudantes Secundários de Parnaíba.	Acusado de facilitar a realização de uma conferência que versava sobre a Realidade Brasileira. Distribuir o jornal Brasil Urgente e ser intimamente ligado ao Dr. Israel Brodher.

Diante de tudo que foi colhido nos depoimentos, os militares elaboraram um relatório na qual ressaltaram que:

Examinando-se atentamente o presente inquérito policial-militar, verifica-se que na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí, durante os últimos acontecimentos em que intervieram as Forças Armadas, elementos ligados a ideologia comunista e adeptos da extrema esquerda vinham praticando atos que atentavam contra a segurança nacional. As manifestações comunistas e de subversão da ordem pública, eram promovidas por antigos aliados do Partido Comunista do Brasil e militantes do esquerdismo, na apregoação da propaganda reformista (IPM 349, 1964, r.177, vl.1, f.105).

O referido relatório também destacou as propagandas comunistas nas pichações de paredes e muros realizadas por José Pereira de Sousa, vulgo José Ceará, bem como a distribuição dos jornais Novos Rumos e Brasil Urgente. Versou sobre a fundação do Comando Geral dos Trabalhadores do Piauí – CGTP, por Tiago José da Silva, ligado ao CGT Nacional, pois recebia instruções de Raphael Martinelli. A greve dos Ferroviários, orientada pelo engenheiro Alberto Solheiros, que teve início em 31 de março de 1964, mas não prosseguiu devido aos acontecimentos políticos deflagrados. Em sequência salientou sobre a Assembleia Geral dos Sindicatos de Parnaíba, sob a orientação de José Alexandre Caldas Rodrigues e a participação direta de Tiago José da Silva para deflagrarem uma

passseata em favor do presidente João Goulart, passseata esta que nunca chegou a ocorrer.

Em todos os interrogatórios é possível constatar que os militares imprimiam em seus TPIs os mesmos questionamentos para todos os acusados. Buscavam saber sobre o envolvimento dos indiciados com o Partido Comunista Brasileiro; suas possíveis ligações com órgãos comunistas de outras nacionalidades, tais como a Rússia a China ou Cuba; a articulação política que suscitavam nos sindicatos e organizações estudantis. Buscando sobretudo alguns elementos chave, pessoas influentes que com toda sua retórica e persuasão podiam colaborar para o desenvolvimento de uma possível revolução comunista na cidade de Parnaíba, tais como: Leonel Brizola, Miguel Arraes, Raphael Martinelli, e o próprio João Goulart.

Os questionamentos sobre um indivíduo em particular, Israel Brodher, nos leva a reflexão de que os militares provavelmente o consideravam mais subversivo que os demais, se é que é possível. Um líder que retornou de Recife a Parnaíba, formado em direito, para instruir os trabalhadores e estudantes, utilizando como orientação as leis e os ideais que recebera enquanto estudava na capital do Pernambuco. Não se pode afirmar que Israel Brodher voltou para o Piauí instruído pelo Partido Comunista Brasileiro, com ideais comunistas, mas notoriamente retornou e começou a frequentar assiduamente os organismos políticos sociais, que necessitavam melhorias na administração e desenvolvimento da luta contra os ditames da ditadura.

E por isso passou a instruir os trabalhadores e estudantes. Formou novos líderes e os deixou agir, tomar atitudes orientadas pela base do pensamento comunista, mesmo que estes não reconhecessem que estavam sendo guiados por uma “mão invisível”.

Não há outro indiciado no IPM tão citado em todos os depoimentos como Israel Brodher. Em praticamente todos os TPIs, foi questionado o envolvimento de Brodher com a classe trabalhadora, nas assembleias, reuniões sindicais, palestras, viagens a Guanabara e outros locais de articulação política. Em depoimento Ademir Alves de Melo declarou que, quando estiveram presos, o único que ficou em cela separada foi Brodher. Ninguém podia conversar com ele. Melo esclareceu que ao comparecer na Capitania dos Portos com os outros presos políticos, para assinar o ponto, ouviu o Capitão Gladstone Weyne Rodrigues dizer que queria capturar um judeu. Israel era judeu.

Gladstone Weyne me falou, ele me disse: Eu quero um judeu. Eu quero um judeu. Então, eu admito que havia entre eles um espírito antissionista contra os judeus, entendeu? Por outro lado, é o fato de Israel ser um grande dirigente, um líder. Em Pernambuco, ele era do dirigente estudantil da Faculdade de Direito. Ao lado do presidente do diretório acadêmico, era um dos mais importantes dirigentes estudantis. Bom orador, corajoso. Aí ele se formou e, imediatamente, após se formar em Direito, foi para Parnaíba e logo se articulou com as pessoas de esquerda. (MELO, ENTREVISTA CONCEDIDA, ago. 2017)

Apesar de ser o mais lembrado em todos os depoimentos, outros nomes permearam todos os TPIs, tais como, o do Deputado Estadual José Alexandre Caldas Rodrigues, o de Luís Alberto da Mota Solheiros Superintendente da Estada de Ferro Central do Piauí, e o líder dos ferroviários, membro do Partido Comunista Raphael Martinelli surgiram em vários momentos na fala dos acusados. Acredita-se que tanto Israel quanto José Alexandre foram instruídos por Martinelli a transmitirem os ensinamentos revolucionários aos trabalhadores organizados nos sindicatos e associações do Piauí.

Em alguns dos TPIs verifica-se o direcionamento das perguntas, a suspeita dos militares sobre a ligação entre estes homens, porém, não conseguiram obter provas contundentes da ligação entre eles, pois os acusados em nenhum momento constituíram provas contra eles próprios. No entanto, eram comumente encontrados nas reuniões sindicais e em congressos e outras atividades dos trabalhadores fora do estado do Piauí. Acredita-se que essa ligação entre eles começou a ser articulada, anos antes de ocorrer o golpe civil militar, pois estavam engajados na luta de classes em prol das reformas de base.

No que concerne às acusações, todos os indiciados foram enquadrados nos artigos 10 e 11, letra A da Lei nº 1.802 de 5 de janeiro de 1953. Que versam sobre:

Art. 10. Filiar-se ou ajudar com serviços ou donativos, ostensiva ou clandestinamente, mas sempre de maneira inequívoca, a qualquer das entidades reconstituídas ou em funcionamento na forma do artigo anterior. Pena: - reclusão de 1 a 4 anos. Art. 11. Fazer publicamente propaganda: a) de processos violentos para a subversão da ordem política ou social; [...] Pena: reclusão de 1 a 3 anos. § 1º A pena será agravada de um terço quando a propaganda fôr feita em quartel, repartição, fábrica ou oficina (BRASIL, LEI Nº 1.802,1953, s/p).

A Lei de Segurança Nacional de 1953 foi modificada ao longo dos anos. Atualmente está em vigor a Lei nº 7.170, sancionada em 14 de dezembro de 1983 no governo do Presidente João Figueiredo, que define os atos criminosos contra a segurança nacional, a subversão da ordem e das leis. Além dela, existem outras leis que corroboram para punição de atos contra a segurança nacional. A Lei das Organizações Criminosas 12.850/2013 “define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal”. Alterada pela Lei Antiterrorismo ou Lei 13.260 sancionada em 16 de março de 2016, considerada por muitos um retrocesso, pois, promove restrição à liberdade de expressão e a livre manifestação dos movimentos sociais.

No início do ano de 1965 o Coronel Comandante do Ministério de Guerra, IV Exército, 10 Região Militar, Guarnição Federal de Teresina escreveu ao Capitão de Infantaria Clidenor de Moura Lima uma portaria determinando prosseguimento do IPM na qual foi delegado a intimar os “elementos ligados a ideologia extremistas [...] atos de subversão e agitação contra a ordem social e política” (IPM 349, 1964, r.177, vl.1, s/p).

A saber, em 18 de junho de 1965, pouco mais de um ano da instauração do inquérito, o 1º Promotor Público de Teresina Bel. Antônio José da Cruz Filho sanciona como pena a limitação da circulação de quatro acusados de irregularidades administrativas na aplicação do dinheiro público, entre estes estavam: Antônio José de Sousa; Antônio de Sousa Filho; Osvaldo Sales Santos ex prefeito de Luís Correia e Raimundo Nonato de Andrade Sousa ex vereador da mesma cidade.

No tocante, no dia 23 do mês de junho de 1965, o mesmo 1º Promotor Público de Teresina Bel. Antônio José da Cruz Filho sanciona como pena a limitação da circulação de outros 17 acusados de subversão dentre os 34 indiciados. Cabia a estes se fazerem presente todos os dias na guarnição do exército, ou seja, na Capitania dos Portos da cidade de Parnaíba. Uma medida imposta para assegurar que comparecessem perante as autoridades investigativas e judiciais quando fossem convocados. Devido essa medida muitos deles passaram a ser vistos negativamente pela população e foram destituídos dos cargos que possuíam, como é o caso de Ademir Alves de Melo, que não pôde assumir o concurso público no Banco do Brasil.

Além de Melo, foram proibidos de circulação: João Roberto de Araújo; José Caldas de Carvalho; José Reinaldo dos Santos Baldez; Tiago José da Silva; Manoel Pereira Neto; Francisco das Chagas Frota de Medeiros; Evilásio dos Santos Barros; Barbardo Luiz Caldas Vêras; Raimundo Nonato de Brito; Custódio Amorim; José Aranha; Antônio Bezerra da Silva; Tomaz da Silva Lima; Israel Brodher; Luiz Alberto da Mota Solheiro e José Alexandre Caldas Rodrigues.

Porém, “a pobreza da denuncia refletiu-se na exclusão de dezessete acusados pela via sumaríssima de Habeas-Corpus, tendo os cinco restantes permanecido por não terem se socorrido a tempo do remédio heroico”. (IPM 349, 1964, r. 177, vl. 1, fl. 860).

Em junho de 1972, dos 34 acusados de subversão, restavam apenas 05 no processo: José Caldas de Carvalho, Luiz Alberto da Mota Solheiros, José Reinaldo dos Santos Baldez, José Aranha e João Batista do Nascimento. Absolvidos por falta de provas. De acordo com o IPM, as testemunhas de acusação ressaltaram não ter conhecimento sobre práticas reiteradas de subversão por parte destes acusados, algumas testemunhas chegaram a tecer elogios aos acusados. Tendo em vista a falta de provas, após oito anos, todos foram absolvidos.

Uma absolvição que veio após um longo período de perseguições. Após sofrerem o preconceito, perderem seus direitos como cidadão, perderem empregos. Serem impedidos de ir e vir. Perseguidos, humilhados por civis e militares, tiveram parte de suas vidas usurpadas. O golpe não calou apenas um presidente, calou famílias e roubou delas o maior de todos os direitos, o direito a vida. Em Parnaíba, não há notícias nem indícios de que militantes foram perseguidos/torturados até a morte. Mas se refletirmos por apenas alguns segundos em tudo que estes homens passaram durante os anos de regime militar, teremos uma nova percepção de morte e vida. Pois, podemos concluir que eles morriam pouco a pouco, enquanto suas vidas se desmoronavam diante de seus olhos. Tudo que almejavam, conquistas pessoais e coletivas que estavam conquistando mediante a luta trabalhista, lhes foram surrupiadas. Vilmente calados, feneciam.

No próximo capítulo é possível constatar as rupturas e violações de direitos que a perseguição política ocasionou na vida de um destes indiciados, Ademir Alves de Melo, e perceber as mudanças significativas que foi obrigado a aceitar em sua existência após o golpe civil militar. Sua história de vida é notória

para desvelar o que vai muito além das páginas de um Inquérito Policial Militar constituído pelos poderes hegemônicos, pois torna-o, humano.

CAPÍTULO III

ADEMIR ALVES DE MELO: testemunha ocular da história

Como salientou-se inicialmente, esta pesquisa tem como base o paradigma indiciário descrito por Carlo Ginzburg, que prioriza a investigação minuciosa de fontes. Nesse sentido após análise do IPM, procuramos entre os trinta e quatro indiciados, um que estivesse vivo e pudesse ser o interlocutor de todas as outras vozes no processo mediante os indícios e vestígios. O único que encontramos foi Ademir Alves de Melo em João Pessoa – PB. Mediante sua narrativa aprofundou-se o debate em torno do cerne desta pesquisa: o que configurou, sindicalistas e estudantes, cidadãos brasileiros serem considerados subversivos perante a imposição de um regime ditatorial após um golpe civil militar?

Exatamente no dia vinte e sete de abril de 1964, Ademir Alves de Melo acusado de possuir ideologias comunistas e pelo crime de subversão da ordem política e social. Na presença do então capitão Gladstone Weyne Rodrigues, responsável pelo inquérito, prestou seu depoimento ao 3º Sargento Raimundo Nonato dos Santos, que na ocasião serviu como escrivão.

Melo mantinha um envolvimento político com o estudante de direito Israel Brodher, também arrolado no IPM, que o chamava de “meu líder”, tanto que os principais questionamentos dos militares era quanto esses laços de amizade entre ambos. Melo conseguiu os meios para que Israel Brodher realizasse uma conferência em Parnaíba, versando sobre aspectos da realidade brasileira, na qual abordava os problemas econômicos e sociais do país, depois passou a explicar sobre as reformas que estavam sendo articuladas por Goulart que deveriam prosseguir independentemente de ter sido deposto do cargo de presidente do Brasil, com a ajuda dos líderes sindicais e estudantis e outros aliados.

Nos autos do processo é possível averiguar que Melo em nenhum momento constituiu provas contra si. Pelo contrário, foi coerente ao responder o que lhe era indagado, deixando claro não pertencer a nenhuma instituição regida pela ideologia comunista. Mas evidencia que auxiliou Israel Brodher na organização e realização da conferência sobre a realidade brasileira e isso já implica que estando

este presente, foi instruído por pensamentos contrários aos ideais da ditadura civil militar.

Ademir Alves de Melo, estudante secundarista, na ocasião com apenas dezenove anos de idade, o mais jovem entre os indiciados. Anos depois (1969) e por causa da perseguição sofrida, deixou o país, com a ajuda de Dom Helder Câmara. Se formou em economia pela Universidade de Chile, UCHILE (1973), iniciou Mestrado em Economia na Escuela Latino-americana de Pós Graduação em Economia, mas interrompeu em 1973. No entanto, obteve o título de doutor em Ciências Econômicas e Políticas pela Universität Bremen (Alemanha) em 1979 e dois pós-doutorados, um na Ecole Supérieure des Affaires de Grenoble (1987) e o outro no Instituto de Economia da Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (1991). Atualmente com 71 (setenta e um) anos de idade, professor doutor, aposentado da Universidade Federal da Paraíba, Melo relatou que seu engajamento político iniciou dois anos antes de se configurar o Golpe.

No início de 1964, o jovem estudante secundarista que se reunia com líderes sindicais ferroviários para tratar sobre as dicotomias existentes na luta de classe. Viajou pelas estradas de ferro na companhia destes líderes, entrando em contato com diversos outros líderes sindicais da categoria ao longo da malha ferroviária, um dos meios de escoamento de mercadorias mais significativos da época, e, talvez por isso, Paraíba teve tão significativa representação política sindical.

Realmente nós fizemos uma viagem. Nesse tempo, não sei hoje, era muito importante a ferrovia, a Estrada de Ferro de Paraíba, do Piauí. Ela ia em direção ao litoral até Amarração, em Luís Correia. E avançava interior a dentro, em direção a, como é que se chamam as cidades? Acho que Cocal, Piracuruca, Piripiri, Campo Maior. Fomos, me parece que até Campo Maior. Era uma composição, a locomotiva e um vagão, onde iam alguns sindicalistas da estrada de ferro. O objetivo era manter contatos políticos, em cada cidade, defendendo a Reforma Agrária, defendendo as Reformas de Base, defendendo a democracia. Não posso lhe dizer, não sei mesmo se por trás disso havia uma articulação partidária, não sei se o partidão estava nisso. (MELO, ENTREVISTA CONCEDIDA, ago. 2017)

Para Melo, essas viagens com a liderança de Paraíba, demonstravam sobretudo a importância da militância paraibana. Segundo Melo (2017) “era o centro mais dinâmico, com os trabalhadores mais organizados, mais expressivos

dentro da pequenez do estado; mais politizados, mais envolvidos com a luta pelas transformações”. A proposta destes líderes era levar conhecimento e fomentar a organização dos trabalhadores.

Melo relatou que naquele período já havia despertado politicamente para engajar na luta contra os ditames que estavam por vir. Seu despertar se deu mediante a leitura dos Cadernos do Povo Brasileiro, uma coleção de livretos publicados entre 1962 e 1964, que versavam sobre temas relevantes aos movimentos sociais. E outros livros tais como: “O Petróleo é nosso” de Manoel José Gondim da Fonseca; “Como Seria o Brasil Socialista? ”; e “O Puxa-saquismo ao Alcance de Todos: cartilha da puxação sem mestre”, ambos de Nestor de Holanda.

Consternado com a inoperância da União dos Estudantes de Parnaíba, entidade que deveria lutar pelos direitos dos estudantes secundaristas do município, mas que estava visivelmente abandonada, Melo, junto com outros estudantes, formou uma chapa, na qual se candidatou à vice-presidência. Porém, como o jovem Zaidan, indicado ao cargo de presidente era paraplégico, Melo acabou assumindo a diretoria e passou a compartilhar com todos os ideais progressistas e socialistas que possuía.

Posteriormente teve auxílio do Padre Vicente, que convidou todos os jovens envolvidos na UESP a fazer parte da Juventude Católica – JEC. O Padre Vicente era ligado aos Freis Tito e Betto e pertencia ao que mais tarde veio se chamar de Teologia da Libertação. Segundo Melo, mesmo sendo o bispo de Parnaíba, Dom Felipe Candurú Pacheco²⁴, um reacionário, o Padre Vicente conseguiu fundar a JEC. Eles se reuniam uma vez por semana para discutir as questões nacionais sutilmente politizadas. Melo ressalta que foi através do Padre Vicente que conheceu o jornal Brasil Urgente de São Paulo e passou a receber cinquenta exemplares para distribuir. Ocasão que descreve que se enfrontou dentro da UESP, tanto para adquirir mais conhecimento, como para não ser descoberto. Também relatou que participou de um evento na JEC em Teresina, organizado pelo padre Vicente.

Um evento da juventude. Isso aí foi organizado pela Igreja Católica, em Teresina. Nós trabalhávamos com a igreja. Tinha um padre em Parnaíba, como se chama o nome dele? Padre Vicente. Um padre

²⁴ Dom Felipe Candurú Pacheco foi o primeiro Bispo Diocesano de Parnaíba. Chegou à cidade em 1946. (CAVOUR, 2017, p. 110)

muito simpático, progressista que passou a organizar um grupo de estudantes, que eu fazia parte desse grupo, uns seis ou sete estudantes que seria um núcleo da JEC-Juventude Estudantil Católica. Eu não era católico militante, como nunca fui militante de nenhuma seita religiosa, mas encontrava ali na igreja o apoio daquele padre muito querido, aliás a população e eu gostávamos muito dele, sei que já faleceu esse padre. Ele era lá da matriz Nossa Senhora das Graças. Então nós passamos a fazer o movimento, liderados por esse padre. (MELO, ENTREVISTA CONCEDIDA, ago. 2017).

De acordo com Melo, sua base de luta se concentrava na defesa do governo progressista de João Goulart; na luta pela reforma agrária; em defesa da Petrobras e pela soberania nacional. Porém, nunca fora contatado pelo Partido Comunista. Com base no TPI, acredita-se que não havia uma sede do Partido Comunista em Parnaíba, mas os indícios evidenciam a existência de células revolucionárias na cidade que recebiam a presença de líderes do partido, de influência no cenário nacional, como por exemplo, Raphael Martinelli, na qual, o próprio Melo, chegou a conhecer. Ratificando que o partido se fazia presente em Parnaíba nas suas bases de apoio.

Em entrevista, Melo destacou que a importância do PCB estava no espectro do comunismo que rondava as nações desde a guerra fria e na hegemonia do socialismo na União Soviética, ganhando maior destaque na América Latina, devido à ascensão de Fidel Castro em Cuba. Em Parnaíba “parece-me que os comunistas estavam, sobretudo, no Sindicato dos Marítimos e no Sindicato dos Bancários. No Banco do Brasil, por exemplo, sei sim que havia naquela época simpatizantes, não sei se militantes. São muito cuidadosos os comunistas” (MELO, ENTREVISTA CONCEDIDA, ago. 2017).

Continuando sua narrativa dos fatos, Melo lembrou que trabalhou no Banco da Parnaíba, porém foi demitido após causar tumulto ao reivindicar melhorias trabalhistas. “Éramos poucos, o banco era pequeno. E com esses poucos eu me articulei para fazermos exigências de melhorias de condições salariais e um dos companheiros era parente do proprietário do banco e imediatamente depois de nossa conversa ele foi denunciar-me”. (MELO, ENTREVISTA CONCEDIDA, ago. 2017) Melo destacou que esse fato ocorreu numa sexta feira, na segunda veio a seu encontro o gerente da fábrica, filho do proprietário, um jovem que se dizia progressista, nacionalista, identificado com o governo João Goulart, porém quando

tratava-se da empresa deixava de lado tudo isso, os interesses capitalistas sobressaíam aos ideais políticos.

Dois dias antes de se configurar o golpe, Melo enviou uma carta a Leonel Brizola. Ele mesmo organizou e formou em Parnaíba um grupo com onze homens, escreveu a carta e enviou para Brizola. O denominado grupo dos onze companheiros foi uma maneira que Leonel Brizola encontrou para articular a população e criar um Exército Popular de Libertação- EPL, com o intuito de desenvolver as reformas necessárias ao país, romper com o imperialismo norte americano e conter influências nefastas do capital estrangeiro (TAVARES, 2015).²⁵

Leonel Brizola na época era deputado federal pelo estado da Guanabara, da linha mais radical do PTB. Ele utilizou as ondas da Rádio Mayrink Veiga evocando o povo a formar grupos de onze indivíduos, companheiros, acreditando na pressão popular para o desenvolvimento da Reforma de Base. O G11 fazia referência ao número de jogadores de uma partida de futebol, isso facilitou a aderência dos trabalhadores, enquanto a burguesia conservadora taxava essa iniciativa como ato comunista (TAVARES, 2015).

Melo descreveu a formação do G11 em Parnaíba da seguinte maneira:

Pertinho do golpe nós organizamos o grupo dos onze. Nós organizamos o grupo dos onze, mas é como eu te falei, era muito porra-louquice aquilo, não era orgânico. Era o entusiasmo com o brilho de Leonel Brizola. Então pegamos um companheiro aqui, outro ali, formamos o grupo dos onze e mandamos a carta para Leonel Brizola, dizendo que estava constituído o grupo dos onze em Parnaíba. Dois dias depois veio o golpe. Eu corri para ver se pegava essa carta, mas a carta já havia saído. [...] Eu mesmo tomei a iniciativa, formei o grupo, escrevi a carta. [...] Comunicando a Leonel Brizola que estava constituído, na cidade de Parnaíba, o grupo dos onze. Constituído pelos onze companheiros que seguem abaixo [...]Esse grupo dos onze era para, naquele visão de Brizola, preparar a resistência de luta e de construção do movimento social. Eu diria que é algo muito próximo à concepção que tem hoje o MTST, movimento liderado por Guilherme Boulos²⁶. Ao lado do MST é o movimento atual mais forte que se tem no Brasil, muito respeitado, sobretudo em São Paulo, que criou a Frente Povo sem Medo. Mas aquela concepção nuclear que tinha Brizola, era inspirada na luta, na formação de grupos, que seriam células, células que se articulavam

²⁵ TAVARES, Tânia dos Santos. O grupo dos onze: a esquerda brizolista: (1963-1964). XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis-SC, 27 a 31 de julho de 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439829367_ARQUIVO_ArtigoANPUH.pdf . Acesso em: 01 de nov. de 2017.

²⁶ Guilherme Boulos - Líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST

em rede para impulsionar a luta em defesa da democracia e das transformações. (MELO, ENTREVISTA CONCEDIDA, ago. 2017).

Na percepção de Tânia dos Santos Tavares (2015) muitos destes trabalhadores que assinaram a adesão ao G11 estavam confiantes na liderança de Leonel Brizola e acreditavam que através destes grupos poderiam contribuir para que as reformas tomassem corpo, não fossem deixadas a margem das políticas do Estado.

Brizola representou para os indivíduos que ingressaram nos Grupos dos Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas a possibilidade de apontar a solução para a crise política e econômica em que o Brasil estava mergulhado, e, ao mesmo tempo, esses integrantes do movimento assumiam o trabalhismo que Brizola carregou como estandarte durante sua trajetória política (TAVARES, 2015, p. 14).

A carta escrita por Melo, pode realmente ter chegado às mãos de Leonel Brizola. Não foi encontrado pelos militares nenhum vestígio desse documento. Também não questionaram Melo, nos Termos de Perguntas ao Indiciado, sobre a constituição do Grupo dos Onze em Parnaíba. Sequer o questionaram sobre a existência desta correspondência.

Dois dias depois após o envio da carta, ocorre o golpe civil militar. Numa tentativa de barrar seu engajamento político, na madrugada do dia vinte e três de abril de 1964, dias após o golpe, Melo foi levado preso considerado subversivo. Ele descreve aqueles instantes da seguinte forma:

Eu sabia por que eles tinham ido me procurar. Eu morava com a minha avó, e eles foram à minha casa (dos pais) me procurar pela manhã. Disseram-me que o Exército havia me procurado, o capitão Gladstone Wayne Rodrigues (consta no IPM). Eu disse, bom, sei que eles vão me procurar de madrugada, então me preparei e fui pra casa dos meus pais. Ficava pouco distante da casa da minha avó, para não ter o constrangimento de perguntarem onde eu me encontrava e irem à casa da minha avó. Fui dormir, esperando a hora de me apanharem. Mais ou menos às cinco horas da manhã eles chegaram. Chegaram, parece-me que em dois jipes. Aparatados, adentraram em casa com metralhadora. O tal fulano de tal Gladstone Wayne Rodrigues, Tenente (Eurico Pessoa Aragão) que está o nome dele aí (IPM), e o cabo (Valdimar Feitosa da Silva/ 3º sargento) entraram todos armados e eu já estava arrumado. Tinha dormido preparado, vestidinho (gesto de cobertor representando como se estivesse coberto e por baixo estava vestido preparado para sair) preparado para ir com eles. Meu quarto ficava mais atrás, a casa era grande, e ao passar eu vi que minha mãe estava olhando

pela frecha da porta. Assustada! Levaram-me para a Cadeia Pública de Parnaíba, lá já estava meu companheiro Israel Brodher, que era na verdade meu mentor intelectual, e não deixava de ser. Era quem me orientava. (MELO, ENTREVISTA CONCEDIDA, dez. 2016)

Foi nestas circunstâncias que Melo foi levado a Cadeia Pública de Parnaíba, como um bandido perigoso. Os militares invadiam as casas dos cidadãos parnaibanos, brasileiros considerados subversivos, com seus aparatos bélicos, causando grande constrangimento às famílias. Todo medo acarretado pode ser percebido em sua fala, quando evidencia a postura de sua mãe que ficou escondida atrás da porta do quarto, vendo seu filho, um jovem de apenas dezenove anos de idade, ser levado preso simplesmente por pensar diferente do que era propício aos poderes ditatoriais.

No final de sua fala, Melo destaca a influência de Israel Brodher em sua trajetória militante, chegando a destaca-lo como um mentor intelectual. O que evidencia novamente a possível articulação e presença do Partido Comunista em Parnaíba, que através de lideranças como Israel Brodher, coligava os jovens na luta contra o predomínio ditatorial.

Mas foi na Cadeia Pública de Parnaíba que Melo teve a oportunidade de conhecer, segundo ele, um dos homens mais extraordinários que já passou pela sua história de vida, José Aranha, mais conhecido como Tineza. Preso político em 1935, ocasião que foi torturado, deixado dias em uma cela com água até os joelhos, o que fez com que este se tornasse deficiente físico, atrapalhando sua mobilidade. Agora estava novamente atrás das grades pelo mesmo motivo, subversão da ordem política social vigente.

Melo destaca que Tineza inspirava e aumentava a esperança em dias melhores, com mudanças significativas na política brasileira da época. “Esse era o meu guru, homem corajoso, audacioso, atrevido, desafiava os militares, gozava na cara deles” (MELO, ENTREVISTA CONCEDIDA, ago. 2017). Ele cantava várias canções e ensinava os demais presos políticos as entoarem, de modo a vencer a angústia daqueles dias. Melo fez questão de cantar, um pequeno trecho de uma destas canções que recordava. Esta dizia assim:

[...]. Do norte das Florestas Amazônicas
No Sul onde as coxias riem e cantam
A terra Brasileira luz dos trópicos

É como um coração que bate e canta
Despertai trabalhadores
Que essa terra tão bondosa, tão clemente
Foi tomada por feitores
Que roubaram e expulsaram nossa gente
Punhos cerrados levantados protestamos [...]

A música ressalta que os percalços da ditadura esteve presente em todo país, de norte a sul. Impulsionou o engajamento dos trabalhadores, que mesmo diante de todas as dicotomias deveriam levantar seus punhos cerrados, símbolo de resistência, unidade e força, contra o predomínio da ditadura. Porém, não encontramos evidências desta música, nenhuma fonte que possa assegurar sua data de publicação. Mas com certeza, suas palavras inspiraram aqueles que almejavam e lutavam por melhores condições de vida e existência da classe trabalhadora.

Melo ressaltou que passou entre quatro a cinco dias preso, dormindo no chão. Na madrugada do segundo dia, foi acordado pelo então capitão Gladstone Weyne Rodrigues, o Tenente Eurico Pessoa Aragão e o 3º sargento Valdimar Feitosa da Silva, colocado em um jipe e levado para o alto de um morro de frente para o mar, numa praia na cidade de Luís Correia, vizinha a Parnaíba, conhecida como Amarração e novamente foi interrogado pelo Capitão Rodrigues. Melo Conta que:

Ele puxou um revólver calibre 38 e disse: olha tem aqui na sua orelha um mosquito. Tudo aquilo para me intimidar, fazer medo. Eles estavam muito interessados em Israel Brodher. Queriam saber se havia alguma organização política do Partido Comunista. Não havia. Não havia; Porque eu estava envolvido. Falou sobre o padre Vicente. E, de vez em quando, dava um tiro, aqui perto do meu ouvido. Mas em direção ao mar, para bala cair no mar. Mas eu estava assim como anestesiado. Aquilo não me causava medo. Talvez pelo fato de não haver a violência física. Não houve a tortura física. Isso não houve. Só essa tortura psicológica, que não funcionou, né. A minha preocupação naquele momento era saber pra onde iriam me levar. (MELO, ENTREVISTA CONCEDIDA, dez. 2016).

Apesar de negar o medo, em suas palavras podemos perceber que Melo teve medo de ser lançado às águas do mar, mas muito mais, é possível contatar algo que outrora indagou-se, o verdadeiro objetivo das prisões daqueles cidadãos. Eles queriam saber sobre Israel Brodher, mentor intelectual de Melo e também sobre o Padre Vicente, o qual fundou em Parnaíba a Juventude Estudantil Católica – JEC.

Sabe-se que Israel Brodher era estudante de Direito em Recife, e foi considerado subversivo por ter ligações estreitas com funcionários da estrada de ferro, incitar greves, participar da Assembleia Geral dos Sindicatos. Por fim, foi considerado um dos líderes que instruía os trabalhadores e foi o único a ficar isolado numa cela.

Alguns dias depois, Melo foi levado novamente de madrugada ao Tiro de Guerra 200 para ser interrogado, na ocasião já estava abalado e chegou a chorar. Dias depois quando foi liberado pelos militares, Melo ficou confinado na residência de sua avó, local que presenciou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, relata que nunca viu um aglomerado tão grande de pessoas rezando pelo bem do Brasil, como observou na marcha.

IMAGEM V: Sede do Tiro de Guerra 200 em 1964.



FONTE: (CAVOUR, 2017, p. 100).

Na ocasião o governo militar conseguiu reunir milhares de apoiadores de seus ideais, enfatizando as benesses da preservação dos valores da família, da religião. Que para os conservadores era primordial para manter a ordem e o progresso do país. No entanto, com a perseguição acirrada aos subversivos, muitos começaram a perceber que a intenção do governo militar era acabar com seus opositores, mesmo que estes não estivessem ligados ao Partido Comunista. Apenas pela articulação política que suscitavam, ou por seu envolvimento com os movimentos sociais e culturais que crescia consideravelmente no Brasil. Apesar deste desvelar, ainda hoje existem escolas e ruas com nomes de ditadores em Parnaíba. Algo que precisa ser modificado com urgência.

Melo também viu muitas pessoas doando suas joias e até dentes de ouro para chamada Campanha do Ouro pelo Bem do Brasil. Melo teve que comparecer todos os dias a Capitania dos Portos, não podia sair da cidade sem a devida autorização dos militares. Foi impossibilitado de assumir o cargo efetivo no Banco do Brasil a qual passou em terceiro lugar no concurso público, devido às suspeitas de ser um agente subversivo.

Contudo ressalta que o pior dos constrangimentos sofridos foi pela população da cidade que fazia destas prisões um espetáculo. Era grande o número de pessoas que se reuniam para ver os chamados subversivos sendo transportados a seus interrogatórios. Isso causava constrangimento a todos envolvidos, inclusive as famílias dos acusados. Após ser solto, caminhava nas ruas e sempre ouvia piadas de todas as partes. Esse foi um dos motivos que o fez partir de Parnaíba. Com a devida autorização dos militares, foi morar na cidade de Recife, local na qual passou a ser membro ativo do Partido Comunista até ser exilado no Chile. Melo destaca que:

Interessante que muitas pessoas, muitos amigos, quando me viam, mudavam de calçada para não me cumprimentar, evitar o contato comigo. Lembro-me que, uma vez, ia passando em frente ao colégio União Caixeiral, que ficava na Avenida Presidente Getúlio Vargas, e alguém lá de cima gritou: Ademir, comunista, subversivo. Eu passei na minha. Criara-se um clima de terror. Eu disse pra mim: olha o que tenho mais a fazer aqui. [...] Muitos relacionamentos. Muita gente se afastou de mim, inclusive esse pessoal do Banco do Brasil. Um belo dia, quer saber de uma coisa: eu vou embora. Fui à Capitania dos Portos e disse ao capitão que gostaria de ir para o Rio de Janeiro, que tinha familiares no Rio, tia uma tia no Rio. Mentira! E que gostaria de trabalhar, ele me disse: dê-me o endereço. Eu aprontei uma com ele que ele nunca descobriu. Eu dei o endereço do jornal Correio da Manhã, aquele jornal de oposição à ditadura. É o endereço da minha tia. (risos) Nunca descobriu! (risos) Aquele bandido não lia o Correio da Manhã a Última Hora. Esse é o endereço, capitão. Pois bem, o senhor vai pra lá. Você será monitorado. Nenhum problema de o senhor ir. E peguei o navio. Meu tio era comandante de um navio petroleiro chamado “Josias Moraes”. Peguei uma carona com meu tio e fui. E ao chegar ao Recife, onde morava um irmão, ele me chamou e disse: o que é que você vai fazer no Rio? Fica aqui, vem morar comigo, eu estou trabalhando. Você vai conseguir um emprego. O Rio é uma loucura, uma cidade grande. Aqui é melhor mais tranquilo. Terminei ficando na casa do meu tio. Esse que era comandante, já morreu. Do Josias Moraes. Nada comuniquei, evidentemente, à Capitania dos Portos que tinha ficado pelo Recife (MELO, ENTREVISTA CONCEDIDA, dez. 2016).

A perseguição aos comunistas perpassava os âmbitos políticos e militares, as pessoas, muitas vezes induzidas pela mídia e as falsas promessas do governo ditatorial, olhavam para os chamados subversivos como pessoas ruins que precisavam ser corrigidas e não podiam fazer parte do convívio social. Por esse motivo a perseguição que estes militantes sofreram era muito mais intensa do que pode-se imaginar. Não tinham mais o direito de andar livremente sem ouvir piadas ou serem hostilizados. E estamos falando de uma época em que a sociedade mantinha uma espécie de conservadorismo ferrenho, completamente submisso a igreja, na qual muitos com suas máscaras tentavam de todas as maneiras manterem uma pose que não era condizente com seus atos e por isso apontavam os dedos aqueles que o governo indiciava como comunistas.

Mesmo diante de todas essas dicotomias, Melo persuadiu os militares, entregando o endereço do jornal Correio da Manhã (1901-1974), de oposição à ditadura. É notória a satisfação de Melo ao enganar os militares. Com este engodo conseguiu sair de Parnaíba, rumo à casa de uma tia no Rio de Janeiro, porém parou em Recife e lá fortaleceu as trincheiras da resistência.

Melo relatou posteriormente que sua intenção era fugir de todos que o acusavam, pois, estava inconcebível viver em uma cidade em que seus “amigos” tornaram-se estranhos e acusadores ilegítimos. Pensou que chegaria ao Rio de Janeiro, assim como relatou ao comandante, apesar de lhe enganar quanto ao endereço de sua suposta tia. Mas ao passar por Recife acabou se estabelecendo naquela cidade, onde já estava um de seus irmãos.

Em Recife, Melo conseguiu uma vaga no almoxarifado da Companhia Atlantic de Petróleo. Morava com o irmão numa pensão e voltou a estudar. Iniciou seus estudos em um cursinho e lá foi contatado por um militante do Partido Comunista “quem entra nessa luta e tem um ideal, nunca deixa de fazer agitação. Como estudante do cursinho, já comecei a me articular” (MELO, 2016). Uma verdadeira tomada de consciência como estratégia de resistência e ruptura com o sistema, pois “não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 1998, p.20) Sobre seu primeiro contato com o Partido Comunista, Melo revelou que:

Quando fui contatado no Recife, quando já era dirigente estudantil, presidente do diretório, recebi um encosto, permanentemente estava

ao meu lado, um professor do cursinho que era do Partido Comunista, e durante toda vida foi do Partido Comunista. E sem eu saber que ele era do Partido Comunista, ele me dava as diretrizes de como proceder dentro do diretório acadêmico, Professor Waldomiro Cavalcanti da Silva. Durante todo tempo (no Recife) eu fazia o trabalho seguindo a orientação do Partido Comunista sem saber, porque eles não diziam.

Essa declaração destaca como era realizado o trabalho do Partido Comunista: na surdina. O professor Waldomiro Cavalcanti da Silva comunista assíduo, tornou-se um grande amigo de Melo. Fundou em João Pessoa- PB o Centro Luís Carlos Prestes de Estudos, na qual Melo foi convidado a ser diretor. Em 17 de abril de 2017, faleceu de mal de Parkinson.

Ainda nos primeiros anos pós golpe (1965), foi por essa nova articulação política que Melo passou novamente a ser perseguido. Trabalhava no cursinho outro professor que também era da aeronáutica. Este percebeu o envolvimento de Melo com os ideais comunistas, e evidentemente o denunciou às forças armadas que passou a considera-lo subversivo.

Como estudante do cursinho, já comecei a me articular. Meu professor de História era da Aeronáutica e percebeu isso, as minhas ideias, minhas posições, minhas críticas à ditadura. Um belo dia, quando eu ia descendo a escada do edifício, na Conde da Boa Vista com Sete de Setembro, vinha subindo um cidadão de chapéu, com uma peninha ao lado. Todo mundo já sabia quem era. Parou-me e perguntou: você conhece Ademir? Respondi: Ademir de que? Ele disse: não sei, o Ademir, estuda aqui. Acrescentei, ah sim, sei quem é. É no terceiro andar, pode ir! (risos) E desapareci, desapareci. Nunca me acharam. Fui aprovado no vestibular (MELO, ENTREVISTA CONCEDIDA, dez. 2016).

Quando não foi encontrado pelo homem que o procurava, Melo continuou sua vida e acabou passando no curso de Economia. Lá conheceu Valdomiro Cavalcante da Silva, um homem muito ligado a Luís Carlos Prestes e a Gregório Bezerra, um companheiro que passou a ser seu mentor político, sempre com acompanhamento do Partido Comunista. Dois anos depois concorreram ao diretório acadêmico e foram eleitos. Mas seus adversários o acusavam de ser “inocentes úteis”.

Neste período, o governo militar começou a atrair estudantes para alguns de seus projetos que vislumbravam demonstrar o outro lado na ditadura, suas obras arquitetônicas e administrativas, mas na realidade queriam cooptar os militantes,

tornando-os possíveis delatores. Tanto que Melo enfatizou que apenas os estudantes que não tinham ligação com a luta armada eram chamados a conhecer esses projetos. Entre estes, a Operação Rondon e a Operação Mauá. Através destas operações Melo foi levado a conhecer o açude de Oroci, numa cidade chamada Cedro no Ceará, e a barragem de Boa Esperança, obras do governo militar. “Mas evidentemente que isso aí não abalou a nossa consciência” (MELO, 2016).

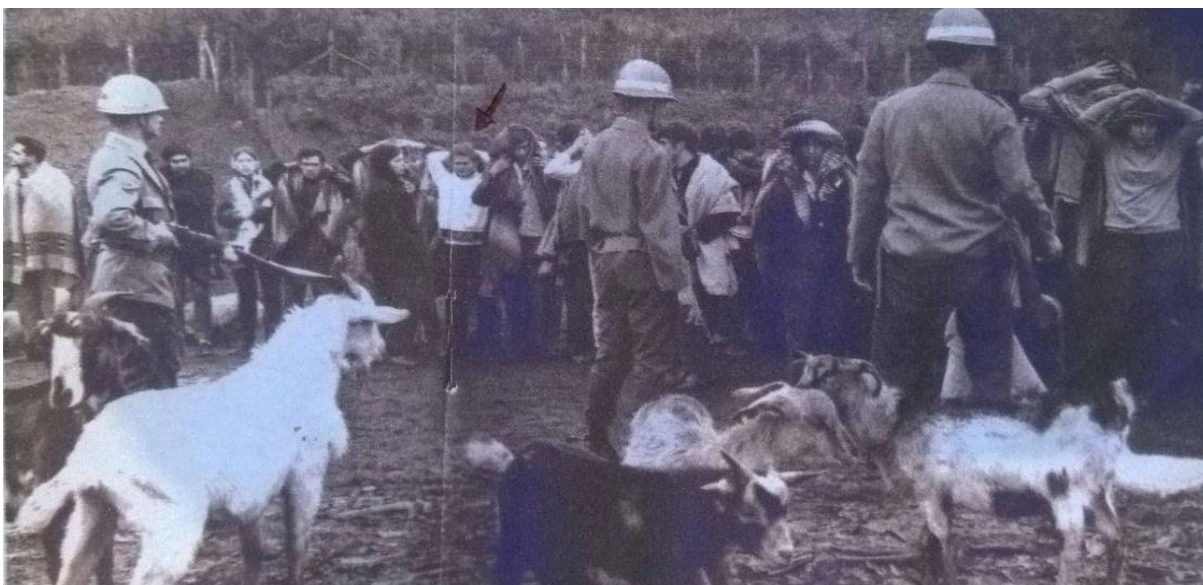
Melo relatou que naquele mesmo período participou do 30º Congresso da União dos Estudantes²⁷, mas que na ocasião não sabia, mas foram usados para atrair a mídia internacional e desvelar ao mundo o que estava ocorrendo no Brasil.

Porque, realmente, esse congresso, na minha versão, esse congresso foi uma provocação do pessoal da esquerda. Aquele tempo se chamava outra esquerda. Da esquerda mais ativa. Revoltada. Eu acho que foi uma provocação, porque o 30º Congresso da UNE foi feito numa cidadezinha do interior a cinquenta quilômetros de São Paulo Capital, onde só tinha sítio de japonês. De repente, aparece um fluxo de veículos, por estradas carroçáveis. Naquele tempo era, em geral, jipe Willys. Chegam, de São Paulo, um atrás do outro, com jovens. Lembro-me que, em dado momento, já perto do local, tinha sobre uma elevação uma vendinha, e lá estavam as pessoas jogando. Seguramente, a polícia já estava por lá. Claro que nos monitoraram. Aquilo foi uma provocação, mesmo. Pra chamar a atenção internacional. Nós fomos boi de piranhas. Logo, no segundo dia do congresso, após a inauguração, (no raiar do dia) fomos cercados pela polícia militar. Não houve violência. Muitos correram, inclusive eu. Adentramo-nos na floresta e vimos que não havia sentido avançar pelos pinheirais. Tinha que voltar mesmo. E voltamos, fomos conduzidos, não sei até hoje quantos. Fala-se em 1200 estudantes de todo Brasil. Fomos conduzidos para o Presídio Tiradentes, no Centro de São Paulo. Entre seis horas da manhã até, mais ou menos, quatro horas da tarde nós estávamos em cima do caminhão, debaixo do sol. Certamente, estavam decidindo pra onde nos levar, e o que fazer com os dirigentes maiores, Zé Dirceu, Travassos, Vladimir Palmeira e outros mais. Eu era peixe pequeno. Quando entramos no Presídio, no cair da tarde, edifício velho de três ou quatro andares, aquilo me deu medo, porque num corredor largo como esse aqui (média de três metros de largura) íamos passando, todos jovens e os presidiários gritando: esse é meu, esse é meu, eu quero esse! Estendendo os braços pelas grades, pra nos pegar, homens e mulheres. Fiquei no segundo andar; as mulheres, no terceiro andar. Fizemos uma greve de fome, todos. Alguns claudicaram. Lembro que tinha um que chorava, com fome. (MELO, ENTREVISTA CONCEDIDA, dez. 2016).

²⁷ Congresso realizado na Fazenda Mururu em Ibiúna-SP pela União dos Estudantes – UNE em 1968. Disponível em: <https://www.une.org.br/2015/03/ibiuna-guarda-marcas-do-30%C2%BA-congresso-clandestino-da-une-contra-a-ditadura/>. Acesso em: 01 de nov. 2017.

Muito além do que lhe foi indagado no IPM, através da entrevista pode-se ter noção da articulação política que Melo obteve após ser considerado subversivo em Parnaíba. Ele não se ateve a cidade litorânea do Piauí, partiu e se engajou em outros âmbitos sociais estudantis e notoriamente participou ativamente de acontecimentos nacionais de grande repercussão, como o XXX Congresso da UNE em Ibiúna-SP.

IMAGEM VI: Ademir Alves de Melo sendo preso no XXX Congresso da UNE em uma fazenda na cidade de Ibiúna-SP.



FONTE: Arquivo pessoal de Ademir Alves de Melo.

No acervo digital do Jornal Folha de São Paulo é possível ver a notícia deste acontecimento:

Cerca de mil estudantes que participavam do XXX Congresso da UNE, iniciado clandestinamente num sítio, em Ibiúna, no Sul do Estado, foram presos ontem de manhã por soldados da Força Pública e policiais do DOPS. Estes chegaram sem serem pressentidos e não encontraram resistência. Toda a liderança do movimento universitário foi presa: José Dirceu, presidente da UEE, Luís Travassos, presidente da UNE, Vladimir Palmeira, presidente da União Metropolitana de Estudantes, e Antônio Guilherme Ribeiro Ribas, presidente da União Paulista de Estudantes Secundários, entre outros. Eles foram levados diretamente ao DOPS. Os demais estão recolhidos ao presídio Tiradentes. Desde segunda-feira os habitantes de Ibiúna notaram a presença de jovens desconhecidos, que iam à cidade comprar pão, carne, escovas e pasta de dentes, despertando suspeitas ao adquirir mais de Cr\$ 200 de pão de uma só vez. Essas informações foram transmitidas ao DOPS e à Força Pública, que desde quinta-feira já conheciam segundo afirmaram —o local exato do Congresso. A denúncia de um caboclo, que fora barrado ao tentar chegar até o sítio Muduru, onde estavam os

estudantes, fortaleceu a convicção da Polícia de que o congresso seria realizado ali. Depois de avançar alguns quilômetros de carro e outro trecho a pé, por causa da lama da estrada, 215 policiais chegaram ao local às 7h15 de ontem, organizaram o cerco aos estudantes e dispararam algumas rajadas de metralhadora para o ar, para intimidá-los. Sem resistir, os congressistas foram colocados em fila e levados aos ônibus requisitados para transportá-los para a capital. O governador Abreu Sodré, ao ser homenageado por trabalhadores do DAE, no Horto Florestal, referiu-se ao episódio e reafirmou sua disposição de "manter a paz e a tranquilidade para a população que deseja trabalhar". E acrescentou, referindo-se à prisão dos participantes do congresso da UNE: "Agi com energia para reprimir a agitação e a subversão quando determinei, após horas de angústia e apreensão, a prisão de estudantes subversivos que participavam do congresso da UNE (FOLHA ON LINE, 1968)²⁸.

Segundo a notícia os estudantes foram descobertos pela maciça presença de jovens desconhecidos e pela grande quantidade de alimentos que adquiriam no comércio local. Eles não estavam tumultuando a cidade, escolheram um sítio a mais de oito quilômetros de distância, mesmo assim foram denunciados. Isso é o que o texto declara, porém acredita-se que já estavam sendo vigiados e os militares apenas esperaram que a liderança do movimento estivesse toda reunida para efetuar as prisões, num cerco intimidador.

Para Melo, o medo, que lhe causou a prisão, foi fortalecido ao ver a seu redor inúmeros jovens com os mesmos ideais de luta, que persistiam em contrariar o regime, mesmo diante das arbitrariedades a que eram submetidos. Com atitudes bem articuladas e através de um engajamento político, estes jovens trouxeram ao cerne mundial as implicações do regime civil militar que estava dissipando todos que os contrariavam.

Melo relatou que na prisão lhes era servido sopa em latas de óleo, mas no dia que iam receber visita de parlamentares, os militares serviram uma apetitosa refeição em recipientes adequados, mas ninguém comia, pois, fizeram um pacto, uma greve de fome que durou quatro a cinco dias que ficaram presos.

IMAGEM VII: Ademir Alves de Melo preso em 12 de outubro de 1968 em Ibiúna-SP



FONTE: Arquivo pessoal de Ademir Alves de Melo

²⁸ Folha on Line. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_13out1968.htm. Acesso em: 01 de nov. de 2017.

Após ser preso no Congresso da Une, foi cassado e impedido de fazer parte do diretório acadêmico e de circular próximo da Faculdade de Economia. Com tal impedimento, Melo procurou o arcebispo Dom Helder Câmara que havia conhecido recentemente, e lhe pediu apoio para concluir o curso de economia fora do país. Prontamente Dom Helder lhe pediu para convocar todos os que desejavam terminar o curso em outro país.

Fomos, então, à reunião com Dom Hélder Câmara. Ele convocara os cônsules da Iugoslávia, Tchecoslováquia, França, Estados Unidos, Japão, Argentina, Canadá, Alemanha e outros países. E lá contou a história que estava acontecendo, e disse que esperava que os países recebessem esses estudantes, que estavam impedidos de estudar no Brasil. Claro que eles não podiam se pronunciar, tinham que consultar a embaixada, a embaixada tinha que consultar os seus países. O tempo passou, um mês mais ou menos depois, fui lá falar com Dom Helder. Fui sozinho. Dom Helder, claro que como todo culto, todo homem sábio, com simplicidade. Baixinho, mais baixinho que eu, magrinho, cabeça bem grande, garras de águia (gesto de garra nos braços). Cheguei lá e disse que queria falar com ele. Eu disse: Dom Helder, o tempo está passando, mais de um mês, e nenhuma notícia das embaixadas. Ele olhou pra mim e disse meu filho: Meu filho, meu filho. Eu convoquei aquela reunião sabendo que ia dar em nada. Mas o objetivo foi denunciar a ditadura ao mundo. Mas você quer ir embora. Você quer ir pro Chile? (MELO, ENTREVISTA CONCEDIDA, dez. 2016).

Dias depois deste questionamento de Dom Helder, Melo se reencontrou com o arcebispo e este o indicou a um rapaz de nome Roberto Freire. Naquele mesmo dia marcou de se encontrar na casa de Roberto, para arrumar meios para ir terminar o curso no Chile. No dia acordado, Melo não conseguiu comparecer a casa de Roberto, pois ficou esperando um amigo que também tinha intenção de fugir do país. Este amigo ficou preso no trabalho e não conseguiu chegar a tempo. No dia seguinte seguiram juntos, a residência de Roberto, ao chegar lá descobriram que a DOPS passou a noite os aguardando. Foi um grande livramento o atraso de seu amigo. Melo relatou que:

Ele, magro, pijama curto, azul com bolotas brancas (coisa que ficou na cabeça) me perguntou você é o Melo? Pois olha, o DOPS passou a noite toda esperando por vocês. Saíram daqui agora. Saia daqui e vá daqui a pouco, às dez horas lá no INCRA. Ele era procurador jurídico do INCRA. O Roberto é o Roberto Freire, esse presidente do PPS que naquele tempo era do PCB. Até hoje está na minha cabeça, porque dizia-se que Roberto era um agente infiltrado. Até hoje eu

não sei se foi ele que chamou a polícia. O Roberto era genro do ex-senador socialista Antônio Baltar que morava no Chile. Eu nunca posso dizer que foi ele que chamou a polícia. O mais provável é que o telefone de Dom Helder estivesse grampeado. Naquele tempo Roberto era socialista, embora tenha sido o responsável maior pela cisão do Partido Comunista em Pernambuco, e a derrota de Gregório Bezerra para Deputado Federal. Depois ele se tornou um direitista, que hoje está aí. Um golpista de direita, defende o imperialismo. Fui para o Chile. (MELO, ENTREVISTA CONCEDIDA, dez. 2016).

Mesmo diante da possível delação e o perigo que correu, podendo ser capturado pelo DOPS. Melo não desistiu de ir rumo ao Chile para terminar seu curso e seguir a vida. No entanto, antes de viajar, Waldomiro Cavalcanti da Silva procurou Melo, e dois outros companheiros cassados, todos do diretório acadêmico de Economia que queriam ir para o Chile. Os contatou e marcou um encontro. O professor Waldomiro explicou que havia uns companheiros que queriam conversar com eles e precisavam chegar em Boa Viagem (praia) pontualmente. Quando chegamos, descobrimos que a reunião era com um homem que circulava o Nordeste, organizando nas universidades, núcleos do Partido Comunista. O objetivo desse encontro foi atrair para o Partido Comunista novos dirigentes universitários, no Recife. Melo destacou que a reunião foi para repassar informes.

O informe consistiu em uma avaliação da conjuntura política no país (1969) e indicação da linha estratégica do partidão, com ênfase no trabalho de organização social. Daí os contatos daquele companheiro em suas andanças pelo país. Discordava da luta armada, porquanto sem base de apoio popular, e advertiu para o recrudescimento da repressão como consequência dessa linha de ação. Passou-nos material do 6º Congresso do PCB (clandestino) e falou-nos de Prestes. Não nos adiantou onde o mesmo se encontrava. A partir de então, tínhamos um contato, na Universidade, a cargo de um militante (ainda hoje atuando) chamado Dionísio. Lembro que apoiou a nossa ideia de concluir o curso de graduação no exterior, por ser importante a capacitação acadêmica (MELO, ENTREVISTA CONCEDIDA, dez. 2016).

Com o contato do sogro de Roberto Freire em mãos, faltava apenas o passaporte. Que não foi possível pelos meios legais, devido à perseguição que sofria. Então recorreu a Mércia Albuquerque advogada de Gregório Bezerra que o auxiliou nesse processo. Dando-lhe o contato de um médico do Partido Comunista que conseguia fazer os passaportes dos militantes sem mais implicações.

Com esse passaporte válido para todos os países menos Cuba, eu viajei pra Salvador. Em Salvador peguei o ônibus pelo interior da Bahia, passando por Jeremoabo, não sei o que mais, sempre pra evitar barreiras policiais. No Rio tomei o ônibus pra São Paulo. Sempre de ônibus. De São Paulo fui pra Porto Alegre. Lá dormi. De Porto Alegre segui pra Uruguaiana. Em Uruguaiana, à noite, apresentei o passaporte. Só me o devolveriam no dia seguinte. Nesse tempo não havia uma integração das policias, dos DOPS. A tecnologia não permitia. De sorte que eu não era procurado. Eu não era perigoso. Dormi muito preocupado com o que aconteceria ao dia seguinte. E assim atravessei a fronteira, aquela ponte Uruguaiana-Entre Rios (Argentina), sempre de ônibus. Daí fui para San Luís, onde dormi. Em Santiago do Chile fui regamente recebido por Antônio Baltar, ex senador socialista, muito humano (MELO, ENTREVISTA CONCEDIDA, dez. 2016).

Levando na mala seus ideais socialistas e a esperança de dias melhores, Melo começou uma batalha para conseguir vaga na Universidade de Economia. Durante um mês ficou hospedado na casa do ex-senador Antônio Baltar que também era membro da Comissão Econômica para a América Latina-CEPAL, porém sentiu-se incomodado em ser um simples estudante, quando percebeu as figuras imponentes e significativas que frequentavam a residência. Entre estes Maria da Conceição Tavares, José Serra, Marcio Moreira Alves, que foi o pivô do AI5, Almir Afonso, Padre Paulo que depois veio a ser reitor da Universidade Católica de Pernambuco.

Apesar do crescimento ideológico que poderia adquirir na residência de Baltar, Melo preferiu morar no pensionato da Universidade. Mas em nenhum momento esqueceu de seus ideais. Passou a militar na Rota Rota CC, juventude comunista do Chile, participando da campanha de Salvador Allende. Melo relatou que não estavam na clandestinidade e por isso chegou a participar de um estudo sobre as obras de Karl Marx, bem diferente do que acontecia no Brasil, onde tudo tinha que ser feito “embaixo dos panos”. Para Melo

Aquilo era uma festa, aquelas grandes massas, centenas de milhares de pessoas. Dom Helder me disse: meu filho o imperialismo não vai permitir um governo socialista na América Latina. Eu desacreditei na palavra de Dom Helder. Quando eu vi aquilo. Mas veio o golpe, veio o golpe (pausa) (MELO, ENTREVISTA CONCEDIDA, dez. 2016).

O Chile assim como o Brasil, sofreu um golpe de Estado em 11 de setembro de 1973. Anos antes (1970) subiu ao poder o presidente socialista

Salvador Allende com o intento de utilizar medidas socialistas para acabar com as desigualdades sociais e promover o crescimento econômico do país, fazendo com que gradativamente o Chile se tornasse um país socialista. Porém, não demorou para que essas medidas desencadeassem contendas e luta pelo poder, acarretando num golpe de Estado arquitetado por Augusto Pinochet e as Forças Armadas do Chile, iniciando uma nova ditadura militar num país latino americano (ÁVILA, 2014).

Na ocasião Melo já estava trabalhando, mas saiu do cargo e foi abrigar-se num Campo de Refugiados da ONU. Porém, por ser exilado político, não podia permanecer no Chile. Foi enviado a outro campo de refúgio numa colônia de férias dos trabalhadores do salitre a trinta e poucos quilômetros de Santiago na cratera inativa de um vulcão para aguardar a visita das delegações de diversos países que poderiam lhe dar asilo político.

Chegou um dia a delegação alemã, da Alemanha Ocidental, pois a Alemanha Ocidental tinha rompido com a RDA, a Alemanha socialista. Eu me candidatei. Foi a melhor opção que fiz. Depois de ficar quatro meses no campo de refúgio conseguimos visto, autorização da ditadura Pinochet, para ir embora para República Federal da Alemanha. Lá ficamos seis anos, fiz o doutorado, com bolsa de estudos, tive bons contatos, bons companheiros. Em 1979 veio a anistia, a primeira anistia. Eu já tinha terminado o doutorado, não tinha ainda em mãos o diploma. Pensei, não importa depois recebo. Então, retornei. (MELO, ENTREVISTA CONCEDIDA, dez. 2016).

Melo destacou que ao retornar ao Brasil em 1979, ficou três meses trabalhando no Recife, mas permanecia completamente sem direção, distante dos seus. Procurou auxílio de seu mentor, o professor Waldomiro Cavalcanti da Silva e este o levou para trabalhar na Universidade Federal da Paraíba, campus de Campina Grande. Em 1980 foi contratado como professor da Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, Departamento de Economia e Administração. Na ocasião passou a residir com professor Waldomiro, no seu apartamento, no centro da cidade.

Depois, juntamente com outro companheiro, amigo de Waldomiro, alugaram uma casa de um professor de Meteorologia que saíra para fazer o doutorado nos Estados Unidos. Essa casa ficava no Conjunto dos Professores, a poucos metros da Universidade. Melo destaca que:

Todos os dias, Waldomiro saía depois do jantar, lá pelas sete horas da noite, e voltava tarde. Eu não sabia para onde ia. Durante todo esse tempo eu não sabia para onde ia. Só depois, muito depois, anos depois, eu soube que ele estava organizando a juventude para o estudo de O Capital, de Karl Marx. Ele era e continuou sendo até à morte um ativista do Partido Comunista. Eu era coordenador do Mestrado em Economia Rural da Universidade, em Campina Grande, e ele sempre estava interessado em saber como é que ia a administração. E era sempre meu orientador. Também eu sempre o consultava. Então, os comunistas são muito discretos.

Nota-se através desse relato a discrição do Partido Comunista para manter e ampliar seus militantes, mesmo debaixo de forte perseguição. Talvez por ingenuidade ou para evitar mais conflitos com os militares, Melo preferiu se abster, negar que seu amigo e mentor estava lhe ensinando, conduzindo sua militância tendo como base a doutrina do “partidão”, como este mesmo prefere denominar o Partido Comunista.

Após toda articulação que suscitou no Brasil e no Chile, sendo perseguido em ambos os países, pode-se dizer que Melo saiu vitorioso em tudo que empenhou realizar. Voltou ao Brasil após a Lei da Anistia, diplomado, conseguiu tornar-se professor da Universidade Federal da Paraíba onde permaneceu até a aposentadoria. Muito diferente de outros companheiros que por causa da ditadura tiveram seus sonhos abortados, perseguidos, torturados, mortos e esquecidos nos porões da história.

Para compreender os viés históricos na vida de Ademir Alves de Melo, perseguido político realizou-se duas entrevistas, uma em dezembro de 2016 e a outra em agosto de 2017. Nestas pode-se notar a importância de toda sua militância, em cada gesto, em cada olhar. Entre os indícios e vestígios, os acontecimentos daquele fatídico abril de 1964 que marcaram a vida do jovem de ideais socialistas, taxado como subversivo.

Nos autos do IPM escreveu em 10 de setembro de 1965 o escrivão do 3º Ofício Benedito Souza ao Promotor de Justiça de Teresina Dr. Antônio José da Cruz Filho:

Rejeito finalmente, a denúncia oferecida contra o acusado Ademir Alves de Melo por se tratar de um menor de 19 anos, jovem inexperiente que não difundia ideias subversivas, mas, ao contrário era catequisado e ludibriado por insinuações de pessoas mais amadurecidas na vida. Não há nos autos, provas, quer por documentos quer por testemunhas, de atos de subversão por ele

praticado. E tratando-se de um menor deveria ele ter sido acompanhado, no inquérito pela pessoa de um curador que lhe nomearia autoridade processante, o que não se fez acarretando na nulidade do processo contra o mesmo (IPM 349, 1964, r.177, vol1, fl. 227).

E foi desta maneira que Melo começou a deixar as páginas do processo crime para entrar para história fatídica daquele abril de 1964 que até nos dias atuais se propaga em suas lembranças. Melo sofreu a tortura velada, psicológica, teve seus direitos usurpados, mas mesmo diante de todas as dicotomias ainda vive para contar sua história. Não há marcas em sua carne, em sua pele. Mas em seu relato, muitas vezes doloridos, nota-se que estas marcas não podem serem vistas por interlocutores desatentos e muito menos a olhos nus. Elas estão em sua alma, carregadas como um fardo pesado e difícil de ser conduzido.

As várias rupturas sofridas, nos leva a refletir sobre outros indiciados nos vários IPMs constituídos dentro do período militar. Não sabemos ao certo como foi à vida dos outros trinta e três acusados. Vivo, apenas Melo que na época tinha apenas dezenove anos de idade. Mas acredita-se que assim como Melo, também tiveram suas vidas usurpadas, suas famílias perseguidas. E Parnaíba tornou-se esse lugar de tormento, de desconfiança, de injustiça. Perseguidos pelo regime, pelos “amigos”, vizinhos em sua própria terra, que se transformou em desolação. Melo não suportou, mas quantos destes não tiveram a mesma oportunidade de partir e construir uma vida em outro lugar, permaneceram contrariados e famintos por justiça, com a esperança de ver o regime abolido pelo retorno da democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos de experiências do período da ditadura civil-militar brasileira, dizem respeito aos acontecimentos que tiveram como cenário histórico a cidade de Parnaíba, situada na região do único Delta das Américas, litoral norte do Estado do Piauí. Em Parnaíba, muitos eram os sindicatos em luta e resistência política contra a classe burguesa e seu braço armado, os militares, que friamente provocaram muitos atos de violação aos direitos humanos, comprometendo todo um desenvolvimento histórico que se germinava na luta pela melhoria das condições materiais de existência da classe pobre. As fontes investigadas evidenciam que o espectro do comunismo rondava a cidade de Parnaíba, Terra Livre das Atividades Subversivas de Comunização do Brasil, na década de 1960.

Indiscutivelmente, a memória da organização consciente de grupos não hegemônicos, como os militantes da luta contra a Ditadura na cidade de Parnaíba/PI, não é algo que favoreça o grupo hegemonicamente dominante; pelo contrário, quanto mais desarticulada e fragmentada se apresenta a memória-histórica dos grupos subalternos, mais frágil e estranhada se torna diante da implacável desregulamentação que lhe é imposta pela sociabilidade do Capital.

Neste processo, para que a pesquisa se tornasse um organismo vivo e dinâmico dentro da práxis educativa, procurou-se manter-se dentro de um cronograma elaborado para favorecer a investigação, desde a busca por referências bibliográficas, a coleta de dados, entrevistas, transcrição e a escrita do texto dissertativo. Pois, compreende-se que estes aspectos são fundamentais para uma pesquisa engajada e comprometida com as necessárias transformações das mazelas sociais vindouras em nosso tempo.

Ao que concerne a pesquisa bibliográfica, deu-se de imediato a partir do momento que definiu-se o objeto de pesquisa. Através da orientação supervisionada foi possível agrupar um enumerado de livros, revistas, jornais, físicos e digitais que colaboraram para o desenvolvimento do pensamento crítico reflexivo sobre as implicações da ditadura no Brasil, na América Latina e principalmente na cidade de Parnaíba estado do Piauí.

Devidamente selecionado esses conhecimentos, a principal fonte de toda nossa investigação foi o inquérito Policial Militar da Subversão em Parnaíba-PI que

mediante o paradigma indiciário de Ginzburg averiguou-se minuciosamente as particularidades nos relatos dos 34 indiciados contidos nos Termos de Perguntas aos Indiciados, e os pareceres militar sobre cada um destes indivíduos.

Tanto a apreciação bibliográfica, quanto a análise do IPM foram ocorrendo de forma gradual em todo o processo de construção deste texto. Assim como a solicitação e posterior aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas- CEP da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira em 24 de novembro de 2016, tornando possível a investigação em campo, para realização das entrevistas com o senhor Ademir Alves de Melo, um dos acusados no IPM, testemunha ocular da história.

E também com outras duas testemunhas dos fatos vivenciados no período do golpe militar. Entrevistas secundárias que auxiliaram na construção do pensamento. Uma delas foi com a esposa de um ex funcionário da Estrada de Ferro do Piauí, Luzenira Monteiro de Miranda. Posteriormente coletamos informações substanciais com a antiga secretaria da ferrovia a senhora Clea Furtado de Araújo Ferreira Lima, sobre a administração e possível envolvimento do superintendente Luiz Alberto da Mota Solheiros com os acontecimentos que antecederam o fatídico 01 de abril de 1964.

Essas entrevistas foram cruciais para o desvelar de outras histórias sobre os efeitos da ditadura civil militar na cidade de Parnaíba, bem como fortaleceu através do rememorar das lembranças desses indivíduos, os acontecimentos que permearam os anos anteriores ao golpe, o golpe e a perseguição vivenciada logo após sua configuração.

Evidente que destas entrevistas as lembranças de Ademir Alves de Melo foram as mais significativas, pois ele experimentou aqueles dias e anos sendo um dos acusados de subversão da ordem vigente imposta pela Doutrina da Segurança Nacional. Melo nos concedeu duas entrevistas, uma em dezembro de 2016 e outra complementar em agosto de 2017. Em ambas, foi possível averiguar várias diferenças tênues em suas palavras e atitudes. Fatos que apenas com a análise documental do IPM seria improvável perceber.

A primeira entrevista foi um momento de reconhecimento de território. Estávamos nos conhecendo, mas ao mesmo tempo precisava aprofundar as questões para conseguir perceber características importantes para o desvelar de possíveis outras narrativas que fossem além das páginas do inquérito.

E nesta perspectiva de ação, começamos a entrevista. Não foram necessárias muitas intervenções. Mesmo com idade avançada, 71 anos, Melo mantém viva em sua memória os principais acontecimentos que permearam sua vida naqueles anos de regime militar. Foi lembrando os fatos como se estivesse narrando há poucos dias do acontecido. Evidente que alguns nomes e datas, estavam obscuros em suas memórias. Posteriormente, quando recordou, enviou e-mails relatando esses dados. Vale ressaltar que ambas as entrevistas ocorreram na capital da Paraíba, João Pessoa.

Enquanto Melo contava sua história como um filme triste e real, percebe-se em seus gestos a necessidade de sentir-se com dever cumprido. Ele gesticulava muito. Forçava seus punhos quase sempre fechados em sinal de uma possível resistência que até nos dias de hoje permeiam seu cotidiano. Alguns momentos havia pausas quase intermináveis, em meio a olhares vagos para muito além da sala em que estávamos.

Quando era interrompido pelas perguntas dirigidas, nem sempre conseguia escutar. Depois em seus relatos percebeu-se que sofreu tortura psicológica se é que podemos denominar apenas como psicológica o ato vil que o acometeram, ao ser levado na calada da noite a uma praia e em cima de uma pedra interrogado e enquanto não respondia a contento daqueles militares, atiravam bem próximo de seu ouvido em direção das águas do mar. A partir desse relato e observando sua dificuldade auditiva, acredita-se que possivelmente foi ocasionada pelos efeitos da tortura.

Através de sua história oral conseguiu-se compreender o que configurou sindicalistas e estudantes, cidadãos brasileiros serem considerados subversivos perante a imposição de um regime ditatorial. Estes indivíduos passaram a ser considerados inimigos do Estado por terem envolvimento com o presidente deposto João Goulart, o governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, alguns líderes comunistas tais como Raphael Martinelli, mas principalmente pela possível filiação ao Partido Comunista Brasileiro.

A distribuição de jornais de cunho comunistas, como os Novos Rumos também cooperou para o empenho dos militares em barrar a articulação política dos trabalhadores e estudantes. Uma luta de classe que crescia consideravelmente em todos os âmbitos da sociedade paraibana. Com uma liderança empenhada, participativa, que buscava o conhecimento através de reuniões, encontros e

congressos não apenas no estado do Piauí, mas em outros, principalmente na Guanabara, no Rio de Janeiro, etc.

Essa liderança retornava à cidade de Parnaíba, aos sindicatos e associações impregnados por um espírito combativo que os faziam crer numa possível revolução aos moldes de Cuba, na emancipação da classe trabalhadora e a garantia dos direitos trabalhistas. É provável que realmente foram capacitados sorrateiramente pelos ensinamentos do PCB e agiam nos moldes do Partidão.

Dentre os 34 indiciados, alguns homens ganharam destaque em sua articulação, entre estes: Israel Brodher, Luiz Alberto da Mota Solheiros. Brodher um jovem de classe média, que justamente por esse motivo obteve a oportunidade de se graduar em advocacia na cidade de Recife estado do Pernambuco. Uma realidade muito distante da classe pobre. Sabe-se que naquela época apenas as famílias com maiores condições financeiras podiam enviar seus filhos para outras localidades para se instruírem. Ainda mais no curso de direito da Universidade Federal do Pernambuco em Recife, a mais antiga faculdade de direito, ao lado da USP, fundadas em 1827.

Brodher foi instruído em um estado governado por Miguel Arraes, expoente da esquerda brasileira, que apoiava as reformas de Base e conseqüentemente a administração de João Goulart. Mas logo no dia 1º de abril de 1964 foi deposto, enviado a Fernando de Noronha e depois permaneceu exilado na Argélia de onde retornou apenas 14 anos (1979) depois, ovacionado pelo povo pernambucano.

Dotado de conhecimento jurídico e levando na bagagem toda efervescência política que experienciou em Recife, Israel Brodher retornou a Parnaíba tornando-se um intelectual orgânico dentro das associações, sindicatos parnaibanos. Seu trabalho era instruir a classe operária, formar novos líderes, levar a frente o projeto político que Jango propunha, que visava a emancipação social e humana da classe pobre, as Reformas de Base.

Além de toda sua articulação política social em meio aos trabalhadores e estudantes Israel tinha uma particularidade que o distinguia dos demais acusados, Israel Brodher era de uma família judia. Em entrevista com Melo, ele explicitou o desejo do Capitão Gladstone Weyne Rodrigues em capturar um judeu e o manter debaixo de suas botas. Porém, isso não foi possível! Mesmo sendo indiciado e sofrendo com todas as implicações negativas da perseguição militar, Brodher

pertencia a uma família influente, formado na Academia, e no mais, não encontraram nenhuma prova para o manter atrás das grades.

Luiz Alberto da Mota Solheiros foi outro indiciado no IPM que recebeu destaque durante a perseguição militar. Engenheiro, recém chegado a cidade de Parnaíba, tinha em suas mãos a superintendência de um dos maiores meios de transporte do estado do Piauí. Mantinha articulação política com os líderes nacionais, tais como Jango, Miguel Arraes, Brizola e ainda estreita ligação com o líder do PCB Raphael Martinelli.

Apenas essas informações já o tornariam suspeito de subversão. Porém, sua maior influência estava em ser o líder de uma malha ferroviária que crescia consideravelmente. E sua influência com as lideranças nacionais o deixou despido perante as acusações, pois os militares possivelmente acreditavam que ele pudesse abrir as portas da Estrada de Ferro do Piauí para uma possível entrada de armamento para os revolucionários. Os militares temiam que houvesse em Parnaíba uma provável resistência armada.

Quando retomou-se o debate em torno das implicações da ditadura civil militar em Parnaíba, questionou-se como uma cidade distante dos grandes centros, e dos principais líderes e acontecimentos nacionais poderia sofrer com as implicações do regime, e as perseguições recorrentes. E assim, no decorrer da investigação deparou-se com histórias diversas que nos levaram a enxergar Parnaíba não mais como uma pacata cidade brasileira.

Compreendeu-se que em Parnaíba, assim como nos centros nacionais de maior articulação política e outras cidades do país havia um povo em luta contra o predomínio dos ditadores, tanto dos patrões, burguesia que usurpava o direito trabalhista da massa operária, quanto dos militares que se achando no direito de governar apoderaram-se da Presidência da República. Abolindo todo um movimento revolucionário em favor das Reformas de Base que estava em constante crescimento dentro do território nacional.

Portanto, acredita-se que este trabalho minuciosamente investigado com uma perspectiva interdisciplinar, pode auxiliar no desenvolvimento de outras pesquisas em torno do conturbado abril de 1964. Este é apenas um pequeno fragmento de tudo que ainda há escondido nas histórias não reveladas da ditadura. Em muitas outras cidades brasileiras, pessoas foram perseguidas, usurpadas, cassadas, torturadas, mortas, mas ficaram esquecidas, guardadas apenas nas

lembras de seus familiares. É preciso investigar, retirar o foco das capitais, partir aos lugarejos, aos recônditos do país e assim abrir uma nova perspectiva de debates, em torno dessas outras histórias, de um povo matuto que mesmo sem todos os aparatos necessários para luta, saíram de seus lares munidos com ideais revolucionários e em suas mãos a foice e o martelo para fazer história.

Cabe aos pesquisadores comprometidos descobrir, assim como procurou-se expor nesta dissertação, as particularidades de outras possíveis histórias da ditadura civil militar brasileira. Mas não adianta ficar atrelado apenas ao coração desta nação é preciso seguir as veias que conduzem o sangue, que impulsionam esse imenso coração, que fazem a engrenagem da vida de todo esse povo funcionar. É preciso procurar nas esquinas, nos lugares longínquos, este texto é prova cabível de que o grito dos excluídos vociferou desde as pequenas cidades tornando real a luta de classes.

É necessário apresentar essas outras histórias ocultas de um período conturbado, pois somente expondo-as pode-se nos tempos atuais evitar uma nova conjuntura política que oprima a classe pobre. Ou ao menos que nos façam lembrar de toda opressão, para que não se esqueça, para nunca mais aconteça. Para que juntos possamos olhar para as mazelas que estamos expostos nos dias de hoje e saber que num passado recente, homens e mulheres, cidadãos comuns saíram as ruas do Brasil em busca de democracia, de direitos iguais a todos. Não pode-se deixar morrer os ideais daqueles dias. É preciso lutar, é preciso manter a história viva.

Eles não eram heróis, não se armaram com armaduras impenetráveis, nem eram, em sua grande maioria, letrados, não tinham uma retórica apurada, salvo alguns. Mas mesmo assim, reconheciam a força da luta, da união de interesses comuns, para um bem comum. E por tudo que representaram a classe operária, pobre, na luta contra o capital, devem ser reconhecidos e ter o direito de expor outras e significativas narrativas, sobre a ditadura civil militar, antes que tudo caia no esquecimento.

A todos os pesquisadores que se atentarem a leitura deste texto poderão compreender que assim como construiu-se toda esta análise, utilizando o paradigma indiciário, mas com as implicações da pesquisa interdisciplinar, perceberão que é possível ir além da história, usar outras disciplinas que aliadas possam se somar ao processo e contribuir para o desvelar de traços específicos no interpretar do IPM,

tanto quanto das entrevistas que somente outros saberes dão conta de compreender. Portanto, além da pesquisa histórica, esse texto foi pesquisado e construído somado aos conhecimentos das ciências antropológicas, sociais, filosóficas, psicológicas e da saúde, visto que deparou-se com lembranças dolorosas, que até o momento causam dor.

Em nossas hipóteses reforçou-se que sindicalistas e estudantes foram considerados subversivos, porque todos que possuíam pensamentos contrários à ideologia da ditadura e não seguiam as leis impostas coercitivamente, foram considerados ofensivos, perigosos, subversivos, mesmo que estes estivessem apenas defendendo seus direitos, por vezes, negados. Após toda análise, compreende-se que esta hipótese está correta apenas em partes.

Estes trabalhadores e estudantes foram considerados subversivos não apenas porque possuíam ideologias opostas, mas principalmente por não aceitarem mansamente a imposição de um regime ditatorial, por não abaixarem suas cabeças aos ditadores, por lutarem pelos seus ideais, mesmo que isso cooperasse para possíveis ataques, repressão, tortura. Foram perseguidos por desejarem mudança, por fazerem parte desta mudança que já estava em curso através de Jango e suas Reformas de Base, que infelizmente nunca saíram do papel, motivo: o golpe.

Não é possível hoje, afirmar com nitidez que as Reformas propostas transformariam radicalmente a classe operária, no campo e na cidade, nem que favoreceriam a queda dos índices de desemprego, baixos salários, analfabetismo, sem tetos, miséria e fome. Não pode-se prever o que aconteceria, mas é evidente que o empenho de toda a liderança e a força do povo que se uniu para implantação das reformas poderia ser o grande diferencial a provocar as mudanças necessárias, mas nunca foi do interesse burguês e por esse motivo foi abortado de forma vil e cruel.

Conclui-se mediante esta investigação minuciosa que a ditadura civil militar brasileira ainda necessita de muitas outras investigações para que possamos chegar a compreender todos os seus nós. Há um emaranhado de veias que precisam vir a tona para que seja estancado o sangue que jorra descontrolado desde que parte da população foi acometida com as crueldades de um sistema opressor ditatorial e logo após deixados a mercê do descaso. É preciso saber quem foram os Joãos, Pedros, Marias,... protagonistas e coadjuvantes da luta de classes, assim como encontrou-se na cidade de Parnaíba, fazendo emergir outras histórias,

mesmo que sejam lembranças dolorosas, mas que precisam serem registradas, para que não seja preciso reviver, para se lembrar.

6. FONTES

FOLHA, Jornal. **Congresso da UNE: todos presos**. Acervo On-line do Jornal Folha de São Paulo. Dom. 13 de out. de 1968. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_13out1968.htm. Acesso em: 20 de jun. 2017.

JORNAL NOVO RUMOS. **Realizado em Teresina (PI) O I Encontro dos Camponeses**. Rio de Janeiro, Ano V, 31 de maio a 06 de junho, 1963. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/novos/pdf/per122831_1963_00223.pdf. Acesso em: 10 de dez. 2017.

JORNAL NOVO RUMOS. **Imprensa Proletária**. Acervo Digital. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/novos/index.htm>

JORNAL TERRA LIVRE. Acervo Digital. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=13250>. Acesso em: jun. a dez. de 2017.

JORNAL TERRA LIVRE. **“Cresce no Piauí o movimento camponês”**. Ano XIII, nº113, ago., 1962, p. 03.

JORNAL TERRA LIVRE, **“A terra para os que nela trabalham”**. Ano XIV, nº 122, maio, 1963, p. 01.

JORNAL TERRA LIVRE, Ano XIV, nº 124, julho, 1963, p. 05

7. FONTES ORAIS

LIMA, Clea Furtado de Araújo Ferreira. **Ex funcionária do Estrada de Ferro Central do Piauí**. Entrevista concedida a Elisângela Maria Ricardo. Parnaíba, ago. 2017.

MELO, Ademir Alves de. **Indiciado no IPM**. I entrevista concedida a Elisângela Maria Ricardo. João Pessoa, dez. 2016.

_____, Ademir Alves de. **Indiciado no IPM**; II Entrevista concedida a Elisângela Maria Ricardo. João Pessoa, ago. 2017.

MIRANDA, Luzenira Monteiro de. **Esposa do ex-ferroviário Luiz Cardoso de Miranda**. Entrevista concedida a Elisângela Maria Ricardo, Parnaíba, ago. 2017.

8. REFERÊNCIAS

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**. 3.ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2014.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **O que é Sindicalismo**. IN: O que é sindicalismo, estrutura sindical, comissões de fábricas. Coleção Primeiros Passos. Vol. 30. Círculo do Livro. Editora Nova Cultural Ltda, São Paulo, s/a.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais: um relato para a história**. Petrópolis, Vozes, 1985.

ÁVILA, Carlos Federico Domínguez. **O Golpe no Chile e a Política Internacional (1973)**: ensaio de interpretação. Centro Universitário Unieuro, Brasília, DF, Brasil. História (São Paulo) v.33, n.1, p. 290-316, jan. /jun. 2014. ISSN 1980-4369. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v33n1/14.pdf> Acesso em: 20 de jun. 2017.

BARROS, Cesar Mangolin de. **A Ditadura Militar no Brasil: processo, sentido e desdobramentos**. Disponível em: <https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/cesar-mangolin-de-barros-a-ditadura-militar-no-brasil-2011.pdf> . Acesso em: 18 de abril de 2017. Versão resumida do capítulo II da dissertação de mestrado: Ensino Superior e Sociedade Brasileira: análise histórica dos determinantes da expansão do ensino superior no Brasil (décadas de 1960/70). Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação e Letras da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007. Disponível em: http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1198. Acesso em: 20 de abril de 2017.

BARROS, José D'Assunção. **Sobre a feitura da Micro-História**. OPSIS (UFG), v. 2, p. 46-64, 2007.

BAUER, Carlos. MATOS, Alessandro Rubens. **Marx, Engels e o Sindicalismo Docente**. Revista Espaço Acadêmico, nº 114, nov.2010. ISSN 15196186

BENJAMIM, Walter. **As Teses sobre o Conceito de História**. In: Obras Escolhidas, Vol. 1, p. 222-232. São Paulo, Brasiliense, 1985.

_____, Walter. Avertissement d' incendie: une lecture des theses "Sur le concept d' histoire. 1996. Apud: LOWY, Michael. Walter Benjamin: **aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre os Conceitos de História"**. Michael Lowy, Trad: Wanda

Nogueira Caldeira Brant; Trad. das Teses: Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Luz Muller. Editora Boitempo, São Paulo, 2005.

BOSI, Ecléa. **O tempo Vivo da Memória**: ensaios de psicologia. São Paulo: Ed. Atelie Editorial, 2003.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Os Presidentes da Ditadura Militar**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/NAO-INFORMADO/97117-OS-PRESIDENTES-DA-DITADURA-MILITAR.html>. Acesso em: 27 de abril de 2017.

BRASIL, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 4.131**. Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências. 03 de set. de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L4131.htm. Acesso em: 20 de set. de 2017.

BRASIL, **Lei 1802**. Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências. 05 de jan. de 1953. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1802.htm. Acesso em: nov. 2016.

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR. **IPM nº 349**, 1964. Projeto Brasil Nunca Mais Digital. Disponível em: <http://www.prr3.mpf.gov.br/bnmdigital/>. Acesso em: mar. 2016.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área 2009**. Área de Avaliação: Interdisciplinar. Brasília, 2009.

CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **História e Repressão**: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina. / Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina: UFPI, 2006.

CAVOUR, Raimundo Nonato Caldas. **Mergulho nas lembranças da minha Parnaibinha, anos 40/60**. Fortaleza-CE, 2017.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2 ed. Campinas: Unicamp, 2001.

_____, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ENGELS, Friedrich. **Princípios do Comunismo**. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Petrópolis-RJ; Vozes, 2011.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro**: efetividade ou ideologia? São Paulo: Loyola, 1979.

FICO, Carlos. *Além do Golpe – Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Editora Record - 2004.

FERREIRA, Jorge. **Novos Rumos**: *Jornal do Partido Comunista Brasileiro*, Locus: *Revista de História, Juiz de Fora*, v.19, n.02, p. 205-224, 2013.

FON, A.C. **Tortura**: a história da repressão política no Brasil. São Paulo: Global, 1979.

FRANCO, Roberto Kennedy Gomes. **Um espectro ronda Parnaíba, “terra livre das atividades subversivas de comunização do Brasil” (1960-1980)**. *Revista Ciências & Letras (Porto Alegre. Online)*, v. 56, p. 62-80, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Alípio de. **Resistir é Preciso**: memória do tempo da morte civil do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1981.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais*. In: JANTSCH, Ari Paulo. BIANCHETTI (ORGS). **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. 9 ed. Petrópolis; Vozes, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação**: um estudo introdutório. 2.ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983. (Coleção Educação Contemporânea).

GALEFFI, Dante. **O Rigor nas Pesquisas Qualitativas**: uma abordagem fenomenológica em chave transdisciplinar. In: MACEDO, R. S. Um rigor outro. Sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa. Salvador: EDUFBA, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora LCT, 2011.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____, Carlo. **A Micro- História e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

_____, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In: *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____, Carlo. **Relações de força**: história, retórica, prova. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____, Carlo. **O Queijo e os Vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. Prefácio Edição Italiana. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GORENDER, Jacob. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Editora Martins Fontes. São Paulo, 1998.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HESSMANN, Dayane Rúbia Lobo. **Combatendo a “Peste Vermelha”**: A construção do subversivo entre o alto e baixo escalão dos órgãos de repressão durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). ANPUH – XXV Seminário Nacional de História. Fortaleza, 2009.

JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. **Interdisciplinaridade. Para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis: Vozes, 2011.

KAURK, Fabiana. **Metodologia da Pesquisa**: guia prático. Fabiana Kauark; Fernanda Castro Manhães e Carlo Henrique Medeiros. Bahia: Via Litterarum, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6.ed. 3 reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1990.

LEVI, Giovanni. **Sobre a Micro-História**. 1969. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação**: abordagem qualitativa. São Paulo: EPU, 1986.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. São Paulo, Editora Cultrix, s.a.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Editora Martins Fontes. São Paulo, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis-RJ; Vozes, 2011.

MIGNOLO, Walter. **História Locais, Projetos Globais, Colonialidades, Saberes Subalternos e Pensamento Limiar**. Belo Horizonte; UFMG, 2003.

MORIN, Edgar. **Inter-poli-transdisciplinaridade**. In: Ciência com Consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. **O Golpe de 1964 e o Regime Militar Brasileiro**: apontamentos para uma revisão historiográfica. São Paulo, Revista Contemporânea, Volume 2, Ano 2, 2011.

NORONHA, Cejana Uiara Assis. **Teologia da Libertação**: origem e desenvolvimento. FRAGMENTOS DE CULTURA, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 185-191, abr./jun. 2012. Disponível em: file:///C:/Users/cliente/Downloads/2307-6867-1-PB.pdf. Acesso em: 20 de junho de 2017.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **A Cruzada Antivermelha – Democracia, Deus e a Terra Contra a Força Comunista**: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí da década de 1960. Dissertação. Mestrado em História do Brasil. UFPI, Teresina, 2008.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Vol. 2. n. 03. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1989. p. 03-15.

POMBO, Olga. **Epistemologia e Interdisciplinaridade**. Revista do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE. V.10, nº 01. Foz do Iguaçu, 2008, p. 09-40.

PORTELLI, Alessandro. **Forma e Significado na História Oral**: a pesquisa como um experimento em igualdade. Proj.História, São Paulo, 1997.

RICOEUR, Paul. **Memória, História, Esquecimento**. Conferência Internacional “Haunting Memories? Budapeste, 2003.

SCALIANTE, Elizabete A. **Políticas Coercitivas da Operação Condor**. Mestrado em Ciências Sociais. PUC, São Paulo, 2010, P. 43). Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp144645.pdf> . Acesso em 10 de dez. 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **O uno e o Múltiplo: o sentido antropológico do Interdisciplinar**. In: JANTSCH, Ari Paulo e BIANCHETTI, Lucídio (Orgs). 9.ed. atualizada e ampliada. Interdisciplinaridade para Além da Filosofia do Sujeito. Petrópolis, RJ: Vozes. 2011.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira. **O Anjo da Ditadura e a Memória das Vítimas**: o caso da ditadura militar no Brasil. Porto Alegre; Revista Veritas v. 53 n. 2 abr./jun. 2008 p. 150-178.

SILVA, Wellington Teodoro da. **O Jornal Brasil, Urgente**: experiência de esquerda no catolicismo brasileiro (1963-1964). Tese de Doutorado a Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião do Instituto de Ciências Humanas e de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

STÉDILE, João Pedro. **Terra Livre, o sonho continua**. Abertura do acervo digital Hemeroteca Luta Pela Terra. Jornal Terra Livre. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=5257&Pesq=pa%rn%C3%ADba>. Acesso em: 10 de dez. de 2017.

STEIN, Leila de Menezes. **Inquéritos Policiais Militares, Questão Agrária e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.** Anos 60 e 70. Departamento de Sociologia. UNESP, 1998, p. 101-113.

TAVARES, Tânia dos Santos. **O grupo dos onze: a esquerda brizolista: (1963-1964).** XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis-SC, 27 a 31 de julho de 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439829367_ARQUIVO_ArtigoA NPUH.pdf . Acesso em: 01 de nov. de 2017.

THIESEN, Juarez da Silva. **A Interdisciplinaridade como um Movimento Articulador no Processo Ensino- Aprendizagem.** Revista Brasileira de Educação, v.13, n.39. Set/dez. 2008.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado:** história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, Caio Navarro. **1964:** o Golpe Contra as Reformas e a Democracia. Revista Brasileira de História. São Paulo, 2004, v. 24, nº 47, p.13-28.

VASCONCELOS, José Gerardo. **Memórias do Silêncio:** militantes de esquerda no Brasil autoritário. Fortaleza, EUFC, 1998.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA- UNILAB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado participante,

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada "DITADURA CIVIL MILITAR NO PIAUÍ: Análise do 1º Inquérito sobre a Subversão Militar em Parnaíba/PI, sob a responsabilidade da pesquisadora Elisângela Maria Ricardo RG: 32.368.774-X, discente do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades – MIH da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira - UNILAB. Orientada pelo Professor Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco.

Nesta pesquisa nós objetivamos compreender o que configurou sindicalistas e estudantes, cidadãos brasileiros serem considerados subversivos perante o regime ditatorial imposto após um golpe civil militar no Brasil no ano de 1964.

Ao participar deste estudo você permitirá que a pesquisadora analise e publique os dados coletados na entrevista, que será gravada e posteriormente transcritas. Permitindo que seu nome seja revelado na dissertação e posteriores trabalhos referente a essa pesquisa. Vale destacar que você tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sua pessoa. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora.

Mediante o exposto, ressaltamos que existem alguns riscos que devemos destacar. Os riscos consistem em: modificação nas emoções, estresse emocional relacionado às lembranças tristes vivenciadas no período da ditadura civil militar; violência física por parte de parceiros ou agentes de repressão do Estado. Porém, a pesquisadora irá minimizar estes riscos mediante uma ética profissional que possibilitará suavizar os riscos e preservar a integridade psicológica, física e social do participante.

Os benefícios serão: levar ao conhecimento social as mazelas enfrentadas para que “nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça”. Efetivar a memória, reescrever a história através do cruzamento da fonte oral com o 1º IPM de Parnaíba, jornais da época e outros documentos.

No entanto, você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Elisângela Maria Ricardo, residente a Rua: Godofredo Castro Correia nº 06- Alto- Centro - Acarape – Ceará – CEP: 62785-000, fone: 85 99915-6154, email: mis_elis@hotmail.com. Poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira – UNILAB Av. da Abolição, 3 – Centro – Redenção- Ceará - CEP: 62790-000; fone: (85) 3332-1414. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Redenção, ____ de _____ de 201 ____.

Assinatura da pesquisadora

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Participante da pesquisa



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA- UNILAB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado participante,

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada “DITADURA CIVIL MILITAR NO PIAUÍ: Análise do 1º Inquérito sobre a Subversão Militar em Parnaíba/PI, sob a responsabilidade da pesquisadora Elisângela Maria Ricardo RG: 32.368.774-X, discente do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades – MIH da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira - UNILAB. Orientada pelo Professor Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco.

Nesta pesquisa nós objetivamos compreender o que configurou sindicalistas e estudantes, cidadãos brasileiros serem considerados subversivos perante o regime ditatorial imposto após um golpe civil militar no Brasil no ano de 1964.

Ao participar deste estudo você permitirá que a pesquisadora analise e publique os dados coletados na entrevista, que será gravada e posteriormente transcritas. Sobretudo ressaltamos que em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Vale destacar que você tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sua pessoa. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora.

Mediante o exposto, ressaltamos que existem alguns riscos que devemos destacar. Os riscos consistem em: modificação nas emoções, estresse emocional relacionado às lembranças tristes vivenciadas no período da ditadura civil militar; violência física por parte de parceiros ou agentes de repressão do Estado. Porém, a pesquisadora irá minimizar estes riscos mediante uma ética profissional que possibilitará suavizar os riscos e preservar a integridade psicológica, física e social do participante.

Os benefícios serão: levar ao conhecimento social as mazelas enfrentadas para que “nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça”. Efetivar a memória, reescrever a história através do cruzamento da fonte oral com o 1º IPM de Parnaíba, jornais da época e outros documentos.

No entanto, você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Elisângela Maria Ricardo, residente a Rua: Godofredo Castro Correia nº 06- Alto- Centro - Acarape – Ceará – CEP: 62785-000, fone: 85 99915-6154, email: mis_elis@hotmail.com. Poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira – UNILAB Av. da Abolição, 3 – Centro – Redenção- Ceará - CEP: 62790-000; fone: (85) 3332-1414. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Redenção, ____ de _____ de 201 ____.

Assinatura da pesquisadora

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Participante da pesquisa



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA- UNILAB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISAS COM SERES HUMANOS



CARTA DE ANUÊNCIA

Eu Elisângela Maria Ricardo, RG: 32.368.774-X e CPF: 290.229.418-25 regularmente matriculada no Mestrado Interdisciplinar em Humanidades-MIH da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira com o número 20016100154. Declaro que minha pesquisa intitulada DITADURA CIVIL MILITAR NO PIAUÍ: Análise do 1º Inquérito sobre a Subversão Militar em Parnaíba/PI, não irá realizar entrevistas com membros de nenhuma instituição em particular. Todos os sujeitos que serão entrevistados são civis e não pertencem a nenhuma instituição específica. Portanto, assino e me responsabilizo pelo conteúdo desta carta, por ser esta a expressão da verdade.

Atenciosamente,

ELISÂNGELA MARIA RICARDO



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA- UNILAB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISAS COM SERES HUMANOS



DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE ÔNUS

Declaro para os devidos fins que a realização da pesquisa intitulada: "DITADURA CIVIL MILITAR NO PIAUÍ: Análise do 1º Inquérito sobre a Subversão Militar em Parnaíba/PI" que tem como pesquisadora ELISÂNGELA MARIA RICARDO, RG: 32.368.774-X, CPF: 290.229.418-25, discente do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira matrícula 20016100154, não acarretará ônus financeiro à referida universidade, uma vez que utilizaremos recursos próprios.

Redenção, 28 de setembro de 2016


ELISÂNGELA MARIA RICARDO

Redenção, 28 de Setembro de 2016.

Ilma Sra.
Prof.^a Dr.^a Rafaella Pessoa Moreira
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNILAB

Cara Prof.^a,

Estou enviando o projeto de pesquisa intitulado "**DITADURA CIVIL MILITAR NO PIAUÍ: Análise do 1º Inquérito sobre a Subversão Militar em Parnaíba/PI**", para a apreciação por este comitê.

Confirmando que todos os pesquisadores envolvidos nesta pesquisa realizaram a leitura e estão cientes do conteúdo da resolução 466/12 do CNS e das resoluções complementares à mesma (240/97, 251/97, 292/99 e 340/2004).

Confirmando também:

- 1- Que esta pesquisa ainda não foi iniciada;
- 2- Que não há participação estrangeira nesta pesquisa;
- 3- Que comunicarei ao CEP-UNILAB os eventuais eventos adversos ocorridos com o voluntário;
- 4- Que apresentarei relatório anual e final desta pesquisa ao CEP-UNILAB;

Atenciosamente,



ELISÂNGELA MARIA RICARDO
Pesquisadora responsável

ELISÂNGELA MARIA RICARDO
CPF:290.229.418-25
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA-UNILAB
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES
LINHA DE PESQUISA: TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E MIGRAÇÕES.

ANEXOS

UNIVERSIDADE DA
INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL DA



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DITADURA CIVIL MILITAR NO PIAUÍ: Análise do 1º Inquérito sobre a Subversão Militar em Parnaíba/PI.

Pesquisador: Elisângela Maria Ricardo

Versão: 3

CAAE: 60566016.6.0000.5576

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 101614/2016

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto DITADURA CIVIL MILITAR NO PIAUÍ: Análise do 1º Inquérito sobre a Subversão Militar em Parnaíba/PI. que tem como pesquisador responsável Elisângela Maria Ricardo, foi recebido para análise ética no CEP Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB em 03/10/2016 às 10:18.

Endereço: Avenida da Abolição, 3

Bairro: Centro Redenção

UF: CE

Telefone: (85)3332-1381

Município: REDENCAO

CEP: 62.790-000

E-mail: rafaellapessoa@unilab.edu.br

Plataforma Brasil MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP
FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa:
 CIDADANIA CIVIL MILITAR NO PIAUÍ: Análise do 1º Inquérito sobre a Subversão Militar em Parnaíba/PI.

2. Número de Participantes da Pesquisa: 5

3. Área Temática:

4. Área do Conhecimento:
 Grande Área 7. Ciências Humanas

PESQUISADOR RESPONSÁVEL

5. Nome:
 Elisângela Maria Ricardo

6. CPF:
 290.229.418-25

7. Endereço (Rua, n.º):
 JOSE CRISTINO, 241 CENTRO ACARAPE CEARA 62785000

8. Nacionalidade:
 BRASILEIRO

9. Telefone:
 (85) 9915-6154

10. Outro Telefone:

11. Email:
 mis_elis@hotmail.com

Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.

Data: 30 / 08 / 16

Elisângela Maria Ricardo
 Assinatura

INSTITUIÇÃO PROPONENTE

12. Nome:
 UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO BRASILEIRA

13. CNPJ:
 12.397.930/0001-00

14. Unidade/Órgão:

15. Telefone:
 (85) 3366-7368

16. Outro Telefone:

Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.

Responsável:
 CPF: 420664653-68

Cargo/Função:
 Prof. Dr. Antonio Vieira da Silva Filho
 Coordenador do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (HIL) UNILAB
 C.A.P.E. - BRASIL
 Assinatura

Data: 30 / 08 / 2016

PATROCINADOR PRINCIPAL

Não se aplica

UNIVERSIDADE DA
INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL DA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DITADURA CIVIL MILITAR NO PIAUÍ: Análise do 1º Inquérito sobre a Subversão Militar em Parnaíba/PI.

Pesquisador: Elisângela Maria Ricardo

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 60566016.6.0000.5576

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DA INTEGRACAO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.834.889

Apresentação do Projeto:

O referido projeto "Pretende dialeticamente por meio de uma pesquisa qualitativa interdisciplinar em humanidades, tendo como ferramenta o paradigma indiciário, analisar o 1º Inquérito da Subversão Militar em Parnaíba- PI , processo crime contra o Estado e a Ordem Política e Social, instaurado após o golpe civil militar que ocorreu no Brasil entre os anos de 1964 a 1985, mas até o presente momento encontra-se em partes desconhecido pela sociedade. Na qual além da análise do inquérito também nos propomos a efetuar entrevistas semi estruturadas com cinco sujeitos que foram arrolados no processo, para fazer um cruzamento entre a fonte oral e a escrita".

Objetivo da Pesquisa:

Por meio de uma pesquisa qualitativa, tendo como ferramenta teórico-metodológica o paradigma indiciário, "analisar o 1º Inquérito da Subversão Militar em Parnaíba- PI - processo crime contra o Estado e a Ordem Política e Social, instaurado após o golpe civil militar que ocorreu no Brasil entre os anos de 1964 a 1985".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"Os riscos consistem em: modificação nas emoções, estresse emocional relacionado às lembranças tristes vivenciadas no período da ditadura civil militar; violência física por parte de parceiros ou

Endereço: Avenida da Abolição, 3

Bairro: Centro Redenção

UF: CE

Telefone: (85)3332-1381

Município: REDENCAO

CEP: 62.790-000

E-mail: rafaellapessoa@unilab.edu.br

UNIVERSIDADE DA
INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL DA



Continuação do Parecer: 1.834.889

agentes de repressão do Estado. Porém, a pesquisadora irá minimizar estes riscos mediante uma ética profissional que possibilitará suavizar os riscos e preservar a integridade psicológica, física e social do participante." Os

benefícios serão: levar ao conhecimento social as mazelas enfrentadas para que "nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça". Efetivar a memória, reescrever a história através do cruzamento da fonte oral com o 1º IPM de Parnaíba, jornais da época e outros documentos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa tem relevante pertinência histórico-social para o país. A estratégia metodológica apresenta diálogo com as necessidades apresentadas pelo campo de pesquisa. Além do mais, permite a abertura e/ou profundidade de discussões em torno do tema, na Unilab.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Sobre o TCLE: a pesquisadora faz dois termos: linguagem acessível. Um assinalando a permissão de revelação do nome, outro com preservação do anonimato; sobre a Carta de anuência: solicita dispensa da carta. Argumento: "todos os sujeitos que serão entrevistados são civis e não pertencem a nenhuma instituição específica".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_763548.pdf	20/11/2016 19:37:06		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	20/11/2016 19:36:28	Elisângela Maria Ricardo	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	20/11/2016 19:35:58	Elisângela Maria Ricardo	Aceito
Outros	declaracao_de_isencao_onus_financeiro.pdf	26/09/2016 22:34:20	Elisângela Maria Ricardo	Aceito
Outros	curriculo_completo.pdf	26/09/2016 22:33:37	Elisângela Maria Ricardo	Aceito
Outros	Carta_de_encaminhamento.pdf	26/09/2016 22:32:49	Elisângela Maria Ricardo	Aceito
Outros	carta_de_anuencia.pdf	26/09/2016	Elisângela Maria	Aceito

Endereço: Avenida da Abolição, 3

Bairro: Centro Redenção

UF: CE

Município: REDENCAO

Telefone: (85)3332-1381

CEP: 62.790-000

E-mail: rafaellapessoa@unilab.edu.br

UNIVERSIDADE DA
INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL DA



Continuação do Parecer: 1.834.889

Outros	carta_de_anuencia.pdf	22:31:58	Ricardo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_2.pdf	06/09/2016 14:57:41	Elisângela Maria Ricardo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_1.pdf	06/09/2016 14:57:31	Elisângela Maria Ricardo	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	06/09/2016 14:57:20	Elisângela Maria Ricardo	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

REDENCAO, 24 de Novembro de 2016

Assinado por:
Rafaella Pessoa Moreira
(Coordenador)

Endereço: Avenida da Abolição, 3

Bairro: Centro Redenção

UF: CE

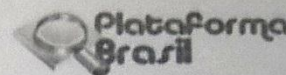
Município: REDENCAO

CEP: 62.790-000

Telefone: (85)3332-1381

E-mail: rafaellapessoa@unilab.edu.br

UNIVERSIDADE DA
INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL DA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI
Pesquisador: Elisângela Maria Ricardo
Área Temática:
Versão: 4
CAAE: 60566016.6.0000.5576
Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DA INTEGRACAO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.522.688

Apresentação do Projeto:

O referido projeto "Pretende dialeticamente por meio de uma pesquisa qualitativa interdisciplinar em humanidades, tendo como ferramenta o paradigma indiciário, analisar o 1º Inquérito da Subversão Militar em Parnaíba- PI , processo crime contra o Estado e a Ordem Política e Social, instaurado após o golpe civil militar que ocorreu no Brasil entre os anos de 1964 a 1985, mas até o presente momento encontra-se em partes desconhecido pela sociedade. Na qual além da análise do inquérito também nos propomos a efetuar entrevistas semi estruturadas com cinco sujeitos que foram arrolados no processo, para fazer um cruzamento entre a fonte oral e a escrita".

Objetivo da Pesquisa:

"analisar o 1º Inquérito da Subversão Militar em Parnaíba- PI - processo crime contra o Estado e a Ordem Política e Social, instaurado após o golpe civil militar que ocorreu no Brasil entre os anos de 1964 a 1985".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Descritos

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa já havia sido aprovada para execução, mas retornou ao Comitê solicitando a seguinte emenda: mudança no título da dissertação. A defesa ocorreu no último dia 19 de janeiro de 2018.

Endereço: Avenida da Abolição, 3

Bairro: Centro Redenção

UF: CE

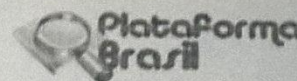
Telefone: (85)3332-1381

Município: REDENCAO

CEP: 62.790-000

E-mail: rafaellapessoa@unilab.edu.br

UNIVERSIDADE DA
INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL DA



Continuação do Parecer: 2.522.688

Foi devidamente aprovada, porém, necessito da mudança no título da mesma: "Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI"

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos foram apresentados

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1053968_E1.pdf	22/01/2018 21:10:08		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	20/11/2016 19:36:28	Elisângela Maria Ricardo	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	20/11/2016 19:35:58	Elisângela Maria Ricardo	Aceito
Outros	declaracao_de_isencao_onus_financeiro.pdf	26/09/2016 22:34:20	Elisângela Maria Ricardo	Aceito
Outros	curriculo_completo.pdf	26/09/2016 22:33:37	Elisângela Maria Ricardo	Aceito
Outros	Carta_de_encaminhamento.pdf	26/09/2016 22:32:49	Elisângela Maria Ricardo	Aceito
Outros	carta_de_anuencia.pdf	26/09/2016 22:31:58	Elisângela Maria Ricardo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_2.pdf	06/09/2016 14:57:41	Elisângela Maria Ricardo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_1.pdf	06/09/2016 14:57:31	Elisângela Maria Ricardo	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	06/09/2016 14:57:20	Elisângela Maria Ricardo	Aceito

Endereço: Avenida da Abolição, 3

Bairro: Centro Redenção

UF: CE

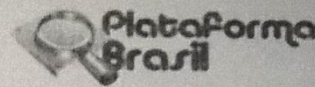
Telefone: (85)3332-1381

Município: REDENCAO

CEP: 62.790-000

E-mail: rafaellapessoa@unilab.edu.br

UNIVERSIDADE DA
INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL DA



Continuação do Parecer: 2.522.688

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

REDENCAO, 02 de Março de 2018

Assinado por:
Emilia Soares Chaves
(Coordenador)

Endereço: Avenida da Abolição, 3

Bairro: Centro Redenção

UF: CE

Município: REDENCAO

Telefone: (85)3332-1381

CEP: 62.790-000

E-mail: rafaellapessoa@unilab.edu.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

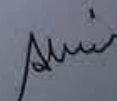
Prezado participante,

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada "DITADURA CIVIL MILITAR NO PIAUÍ: Análise do 1º Inquérito sobre a Subversão Militar em Parnaíba/PI, sob a responsabilidade da pesquisadora Elisângela Maria Ricardo RG: 32.368.774-X, discente do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades – MIH da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira - UNILAB. Orientada pelo Professor Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco.

Nesta pesquisa nós objetivamos compreender o que configurou sindicalistas e estudantes, cidadãos brasileiros serem considerados subversivos perante o regime ditatorial imposto após um golpe civil militar no Brasil no ano de 1964.

Ao participar deste estudo você permitirá que a pesquisadora analise e publique os dados coletados na entrevista, que será gravada e posteriormente transcritas. Permitindo que seu nome seja revelado na dissertação e posteriores trabalhos referente a essa pesquisa. Vale destacar que você tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sua pessoa. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora.

Mediante o exposto, ressaltamos que existem alguns riscos que devemos destacar. Os riscos consistem em: modificação nas emoções, estresse emocional relacionado às lembranças tristes vivenciadas no período da ditadura civil militar; violência física por parte de parceiros ou agentes de repressão do Estado. Porém, a pesquisadora irá minimizar estes riscos mediante uma ética profissional que possibilitará suavizar os riscos e preservar a integridade psicológica, física e social do participante.

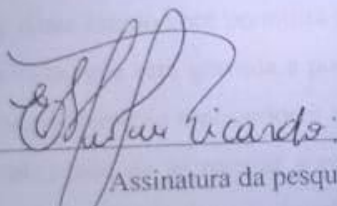


Os benefícios serão: levar a conhecimento social as mazelas enfrentadas para que "nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça". Efetivar a memória, reescrever a história através do cruzamento da fonte oral com o 1º IPM de Parnaíba, jornais da época e outros documentos.

No entanto, você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

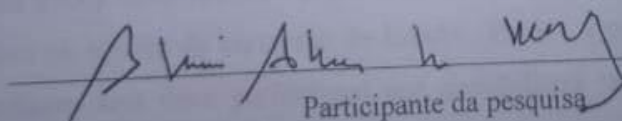
Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Elisângela Maria Ricardo, residente a Rua: Godofredo Castro Correia nº 06- Alto- Centro - Acarape - Ceará - CEP: 62785-000, fone: 85 99915-6154, email: mis_elis@hotmail.com. Poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira - UNILAB Av. da Abolição, 3 - Centro - Redenção- Ceará - CEP: 62790-000; fone: (85) 3332-1414. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Redenção, 19 de Dezembro de 2016.



Assinatura da pesquisadora

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.



Participante da pesquisa



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA- UNILAB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado participante,

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada "DITADURA CIVIL MILITAR NO PIAUÍ: Análise do 1º Inquérito sobre a Subversão Militar em Parnaíba/PI, sob a responsabilidade da pesquisadora Elisângela Maria Ricardo RG: 32.368.774-X, discente do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades – MIH da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira - UNILAB. Orientada pelo Professor Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco.

Nesta pesquisa nós objetivamos compreender o que configurou sindicalistas e estudantes, cidadãos brasileiros serem considerados subversivos perante o regime ditatorial imposto após um golpe civil militar no Brasil no ano de 1964.

Ao participar deste estudo você permitirá que a pesquisadora analise e publique os dados coletados na entrevista, que será gravada e posteriormente transcritas. Permitindo que seu nome seja revelado na dissertação e posteriores trabalhos referente a essa pesquisa. Vale destacar que você tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sua pessoa. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora.


Mediante o exposto, ressaltamos que existem alguns riscos que devemos destacar. Os riscos consistem em: modificação nas emoções, estresse emocional relacionado às lembranças tristes vivenciadas no período da ditadura civil militar; violência física por parte de parceiros ou agentes de repressão do Estado. Porém, a pesquisadora irá minimizar estes riscos mediante uma ética profissional que possibilitará suavizar os riscos e preservar a integridade psicológica, física e social do participante.

Os benefícios serão: levar a conhecimento social as mazelas enfrentadas para que “nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça”. Efetivar a memória, reescrever a história através do cruzamento da fonte oral com o 1º IPM de Parnaíba, jornais da época e outros documentos.

No entanto, você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Elisângela Maria Ricardo, residente a Rua: Godofredo Castro Correia nº 06- Alto- Centro - Acarape – Ceará – CEP: 62785-000, fone: 85 99915-6154, email: mis_elis@hotmail.com. Poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira – UNILAB Av. da Abolição, 3 – Centro – Redenção- Ceará - CEP: 62790-000; fone: (85) 3332-1414. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Redenção, 12 de Agosto de 2017.




 Assinatura da pesquisadora

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.



 Participante da pesquisa

 UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA- UNILAB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado participante,

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada "DITADURA CIVIL MILITAR NO PIAUÍ: Análise do 1º Inquérito sobre a Subversão Militar em Parnaíba/PI, sob a responsabilidade da pesquisadora Elisângela Maria Ricardo RG: 32.368.774-X, discente do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades – MIH da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira - UNILAB. Orientada pelo Professor Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco.

Nesta pesquisa nós objetivamos compreender o que configurou sindicalistas e estudantes, cidadãos brasileiros serem considerados subversivos perante o regime ditatorial imposto após um golpe civil militar no Brasil no ano de 1964.

Ao participar deste estudo você permitirá que a pesquisadora analise e publique os dados coletados na entrevista, que será gravada e posteriormente transcritas. Permitindo que seu nome seja revelado na dissertação e posteriores trabalhos referente a essa pesquisa. Vale destacar que você tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sua pessoa. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora.


Mediante o exposto, ressaltamos que existem alguns riscos que devemos destacar. Os riscos consistem em: modificação nas emoções, estresse emocional relacionado às lembranças tristes vivenciadas no período da ditadura civil militar; violência física por parte de parceiros ou agentes de repressão do Estado. Porém, a pesquisadora irá minimizar estes riscos mediante uma ética profissional que possibilitará suavizar os riscos e preservar a integridade psicológica, física e social do participante.

Os benefícios serão: levar a conhecimento social as mazelas enfrentadas para que "nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça". Efetivar a memória, reescrever a história através do cruzamento da fonte oral com o 1º IPM de Parnaíba, jornais da época e outros documentos.

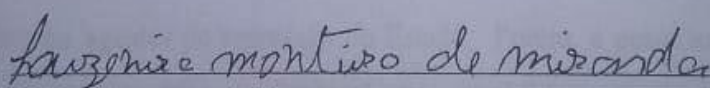
No entanto, você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Elisângela Maria Ricardo, residente a Rua: Godofredo Castro Correia nº 06- Alto- Centro - Acarape – Ceará – CEP: 62785-000, fone: 85 99915-6154, email: mis_elis@hotmail.com. Poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira – UNILAB Av. da Abolição, 3 – Centro – Redenção- Ceará - CEP: 62790-000; fone: (85) 3332-1414. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Redenção, 17 de Agosto de 201 7.


Assinatura da pesquisadora

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.


Participante da pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado participante,

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada "DITADURA CIVIL MILITAR NO PIAUÍ: Análise do 1º Inquérito sobre a Subversão Militar em Parnaíba/PI, sob a responsabilidade da pesquisadora Elisângela Maria Ricardo RG: 32.368.774-X, discente do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades – MIH da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira - UNILAB. Orientada pelo Professor Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco.

Nesta pesquisa nós objetivamos compreender o que configurou sindicalistas e estudantes, cidadãos brasileiros serem considerados subversivos perante o regime ditatorial imposto após um golpe civil militar no Brasil no ano de 1964.

Ao participar deste estudo você permitirá que a pesquisadora analise e publique os dados coletados na entrevista, que será gravada e posteriormente transcritas. Permitindo que seu nome seja revelado na dissertação e posteriores trabalhos referente a essa pesquisa. Vale destacar que você tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sua pessoa. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora.

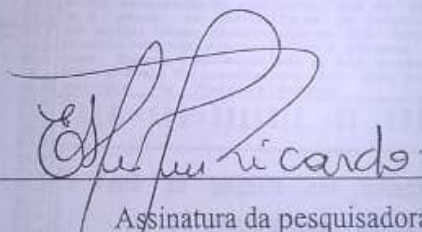
Mediante o exposto, ressaltamos que existem alguns riscos que devemos destacar. Os riscos consistem em: modificação nas emoções, estresse emocional relacionado às lembranças tristes vivenciadas no período da ditadura civil militar; violência física por parte de parceiros ou agentes de repressão do Estado. Porém, a pesquisadora irá minimizar estes riscos mediante uma ética profissional que possibilitará suavizar os riscos e preservar a integridade psicológica, física e social do participante.

Os benefícios serão: levar a conhecimento social as mazelas enfrentadas para que “nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça”. Efetivar a memória, reescrever a história através do cruzamento da fonte oral com o 1º IPM de Parnaíba, jornais da época e outros documentos.

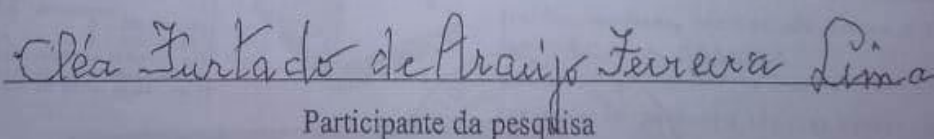
No entanto, você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Elisângela Maria Ricardo, residente a Rua: Godofredo Castro Correia nº 06- Alto- Centro - Acarape – Ceará – CEP: 62785-000, fone: 85 99915-6154, email: mis_elis@hotmail.com. Poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira – UNILAB Av. da Abolição, 3 – Centro – Redenção- Ceará - CEP: 62790-000; fone: (85) 3332-1414. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Redenção, 18 de Agosto de 2017.


Assinatura da pesquisadora

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.


Participante da pesquisa

Número Avulso
Cr\$ 30,00
CIRCULA ÀS 3^{as} FEI-
RAS E DOMINGOS

FOLHA DE NOTÍCIAS

ANUV BICENTENÁRIO Independente, Crítico e Noticioso O Diretor — L. Batista de Sá — FORTALEZA, 22-24 Dir. Socialista — J. Barros Rodrigues Moraes N.º 208

Colaboração da Associação Atlética Banco do Brasil

Resultado do concurso para o cargo de Auxiliar, - realizado na Agência de Parnaíba (PI), em 15.3.64.

Classificação	CANDIDATOS APROVADOS	Média
1.º	Benedito Florêncio Fernandes	80,0
2.º	Rosário Cardoso Fontenele	79,0
3.º	Ademir Alves de Melo	78,0
4.º	Raul Wagner dos Reis Veloso	81,8
5.º	José de Anchieta da Costa Mendes	81,8
6.º	Carlos José Castelo Branco Candeira	81,0
7.º	Calixto Damasceno Aleial	80,0
8.º	Maurício Cesar de Oliveira Bessera	78,8
9.º	Rosário Negreiros Sumá Vieira	78,8
10.º	Francisco das Chagas Oliveira dos Santos	78,8
11.º	Ido José Pimental	78,0
12.º	José Rômulo Sousa Araujo	78,3
13.º	Gerardo Magela Pires dos Santos	79,8
14.º	Carlos Damasceno Aleial	70,0
15.º	Francisco Fontenele de Castro P.º	75,0
16.º	Antônio Borges Pires Ataíde	75,0
17.º	Fausto José do Nascimento	75,0
18.º	Luiz Gonzaga de Castro e Sousa	75,0
19.º	Valdir Fontenele de Carvalho	74,6
20.º	Luiz Orlando Riedel	73,3
21.º	Francisco José Meira Barreto	73,3
22.º	Antônio do Rêgo Filho	73,3
23.º	Francisco José Rodrigues de Carvalho	71,8
24.º	Wanildo Mendes dos Santos	71,0
25.º	Francisco Xavier Vezas	71,0
26.º	Euzébio Costa Ataíde	70,0
27.º	José Batista de Oliveira Nascimento	69,8
28.º	José Narciso D'Almeida Castro Junior	69,8
29.º	José Cláudio Barros Castelo Branco	69,8
30.º	José Maria Lopes Leão	68,3
31.º	Francisco Raimundo Pires dos Santos	68,3
32.º	Antônio Carlos Briso do Nascimento	68,3
33.º	Emídio José Carneiro	68,3
34.º	Edilberto Ferreira Vezas	67,0
35.º	Raimundo de Melo Andrade	66,6
36.º	Edvan de Castro Cerqueira	66,6
37.º	José Alton e Vasconcelos	66,6
38.º	Cláudio Barbosa Marques	66,6
39.º	Valdemar Moreira	65,0
40.º	Francisco das Chagas Nascimento Pinto	65,0
41.º	Luiz Carlos de Melo	65,0
42.º	Manoel José Nunes, Corrêa	65,0
43.º	João Carvalho	64,0
44.º	Osé de Pádua Araújo Mendes	64,0
45.º	Renato Neves Marques	63,3
46.º	José de Ribamar Andrade Sousa	63,3
47.º	José Maria Gomes de Aguiar	63,3
48.º	Antônio José de Castro e Sousa	63,3
49.º	José Maria Valente	62,0
50.º	Francisco das Chagas Brito	62,3
51.º	Francisco Marcos de Melo	61,8
52.º	Amadeu Alves Rocha	61,8
53.º	Ernasto Mendes de Sousa Caldas	61,8
54.º	Francisco das Chagas Brandão Mendes	61,8
55.º	José Alberto de Andrade Medeiros	61,3
56.º	Francisco das Chagas Ferreira e Melo	60,0
57.º	Raimundo Nonato Viana Fontenele	60,0
58.º	Josino Mendes de Almeida	60,0
59.º	Expedito Luiz Parentes Vieira	60,0
60.º	José Maria Nascimento de Medeiros	60,0
61.º	Francisco das Chagas Frotz de Medeiros	60,0
62.º	Pedro Coelho de Brito	60,0
63.º	Joaquim Ferreira Soares	60,0
64.º	Francisco Canindé Sumá Vieira	60,0
65.º	José Raimundo Silva da Rocha	60,0
66.º	Cristiano Gomes Barbosa	60,0
67.º	Luiz Francisco Lopes Fonseca	60,0
68.º	Fernando Wilson Araújo Brito	60,0
69.º	Jonar de Siqueira Filho	60,0
70.º		60,0

Tópicos Cearenses

Fortaleza, (da correspondente José Carlos Ribeiro) — Navegação Fluvial e Desastres — O artigo 46, da Lei 4.239, de 27.8.63, que aprova o II Plano Diretor da SUDENE precavida que a SUDENE promoverá a realização, a prazo, de pesquisas para a embarcação de até 50 toneladas, nas bacias do Parnaíba e do São Francisco, por intermédio da Coopersativas dos Bancos, etc. etc. Ao que se sabe, no entanto, a navegação fluvial do Parnaíba — mais especificamente ligando São Luís aos armadores de Parnaíba — não se interessa, até a SUDENE parou no planejamento!

GEIDEC x x x — O GEIDEC, órgão criado para intervir no domínio econômico, está atuando, sistematicamente, na capital cearense e a em todo o Estado, visando a contenção dos preços, momentaneamente de primeira importância. O GEIDEC tem amplos poderes, inclusive para desapropriar estoques, nos casos de necessidade.

Castelo Branco x x x — A imprensa local noticia que o Presidente Castelo Branco visitará o Ceará, provavelmente, em junho ou julho vindouras. Apesar de não se ter confirmado, Fortaleza já se prepara para receber o primeiro magistrado.

Chaves e Barracos — Em consequência das violentas chuvas caídas durante todo o mês de abril passado e início de maio, é muito difícil encontrar-se uma rua em Fortaleza que não esteja esburacada de ponta a ponta. As chuvas, em muitos locais, abriram crateras enormes. Algumas ruas ficaram totalmente intransitáveis. Os prejuízos materiais da Prefeitura

Festa

ascendem a muitos milhares de cruzados.

Café Contrabando — O IBC, mediante notícias veiculadas na imprensa, divulgará em breve, os nomes de políticos e outras pessoas envolvidas em contrabando de café. Ao que consta, altas personalidades encontram-se implicadas no rumoroso caso. O ex-delegado regional do IBC sr. Mena Berrão será convocado para dizer o que sabe. O esforço está apertado e há expectativa na Assembleia Legislativa, quanto à inclusão de deputados entre aqueles indiciados.

Movim

A Associação para o desenvolvimento da agricultura rural, com possibilidade que remetam do casal VI — Rua Ped

Prefeitura

LAU da Parnaíba reclama de

1 — Início TO D

2 — Duplic de EN

3 — ATER (Corb)

11 —

1 — Início ESPEI

2 — Usina PARN

3 — Estudo FOLU

DR. DEPU

Rua C

Companhia de Luz e Fôrça de Parnaíba

AVISO AOS SNRS. CONSUMIDORES:

Faço ao aumento no preço dos combustíveis, majoração do salário e energias sociais, como forçados, e partir do corrente mês de junho, a fazer o seguinte reajustamento na nova tarifa:

--- LUZ (Serviços doméstico e comercial) até 16 kwh \$ 600,00
por kwh excedente \$ 24,00

--- FORÇA (Serviço Industrial) kwh \$ 18,00

--- TAXA MINIMA, inclusive sobre-taxas \$ 780,00

NOTA:

a) Essa majoração no preço do quilômetro, corresponde apenas ao quantitativo percentual necessário a cobertura do aumento verificado nas despesas de operação, conforme demonstração abaixo:

--- Aumento da RECEITA decorrente de nova tarifa \$ 1.494.750,00

--- Aumento da DESPESA \$ 1.539.551,60

b) Por motivo do recolhimento dos impostos federais, as contas vencidas, inclusive as referentes ao mês de maio pp, não sendo pagas até o dia 10 deste, serão cobradas pela nova tarifa.

Quem não aduicia, se esconde

Você já pensou em comprar uma LA

Já pensou nas vantagens que a H

A HOOVER lava melhor,

É A DE MENOR PREÇO

Ocupa menos e

PROTEGE O

É A ÚNICA COM A GA

24 MÊSES — ASSIST

Apenas com água e

em cada 4 minutos

fraldas, camisas, mont

DE TODA A FAMÍ



CARTÓRIO CARLOS NEVES
Cartório Notarial e Oficial
CALLE DE SÃO FRANCISCO, 100 - FORTALEZA - CEARÁ - BRASIL
19 de Novembro de 2008

AUTENTICAÇÃO

CERTIFICADO QUE A PRESENTE CÓPIA É FIDEL À ORIGINAL QUE ME FOLHEADA DOU FE

João Pessoa-PB

Cassado mandato do Prefeito Osvaldo Sales, de Luis Correia

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA DETERMINA ESTUDO DO PLANO DE ELETRIFICAÇÃO DO ENG. JOSÉ BRUCE CLAR

Número Avulso
 Cr\$ 30,00
 CIRCULA ÀS 5ª FEI-
 RAS E DOMINGOS

FOLHA DE NOTÍCIAS

Última Hora

Ontem estiveram em no Gabinete do Prefeito Municipal autorizados a comercializar tendo o assunto de momentânea dos preços das primeiras necessidades.
 O Capitão da Polícia mandante Julio César de Almeida, fez-se presente e reuniu uma das mais importantes contra o atentado à vida do

ANUV BI-SEMANÁRIO Independente, Crítico e Noticioso
 Diretor — L. Batista da Silva — PARNALBA, 4-4-64
 Dir.-Secretaria — Jefferson Rodrigues Moreira
 N.º 208

Colaboração da Associação Atlética Banco do Brasil

Resultado do concurso para o cargo de Auxiliar, - realizado na Agência de Parnaíba (PI), em 13.3.64.

Classificação	CANDIDATOS APROVADOS	Média
1º	Benedito Florêncio Fernandes	80,8
2º	Rogério Cardoso Fontenele	85,0
3º	Ademir Alves de Melo	83,3
4º	Raul Wagner dos Reis Veloso	81,6
5º	José de Anchieta da Costa Mendes	81,6
6º	Carlos José Castelo Branco Candeia	81,6
7º	Calisto Damasceno Aleial	80,0
8º	Mauro Cesar de Oliveira Bezerra	78,3
9º	Ronaldo Negreiros Sumé Vieira	78,3
10º	Francisco das Chagas Oliveira dos Santos	78,3
11º	Ido José Pimental	78,3
12º	José Rômulo Sousa Araújo	78,3
13º	Gerardo Magela Pires dos Santos	78,3
14º	Carlos Damasceno Aleial	78,3
15º	Francisco Fontenele da Castro Pa	75,0
16º	Antônio Borges Pires Ataide	75,0
17º	Fausto José do Nascimento	70,0
18º	Luiz Gonzaga de Castro e Sousa	74,0

Tópicos Cearenses

Fartaleza, (do correspondente José Carlos Ribeiro) - Navegação Fluvial x Desag. - O artigo 40, da Lei 4.230, de 27.6.63, que aprovou o II Plano Diretor da SUDENE preceitua que a SUDENE promoverá a revenda, a prazo, de motores usados para embarcações de até 50 toneladas, nas bacias do Parnaíba e do São Francisco, por intermédio de Cooperativas e dos Bancos oficiais. Ao que se sabe, no entanto, a navegação fluvial do Parnaíba está completamente liquidada. Segundo os armadores pienses não se interessam em a SUDENE parar no planejamento!!

ascendem a muitos milhares de cruzelros.
 x x x
 Calix Contrabando - OIBC, consoante notícias veiculadas na imprensa, divulgará em breve, os nomes de políticos e outras pessoas envolvidas em contrabando de café. Ao que consta, altas personalidades encontram-se implicados no rumoroso caso. O ex-delegado regional do IBC sr. Mena Barreto será convocado para dizer o que sabe. O céreo está apertando e reina expectativa na Assembleia Legislativa, quanto à inclusão de deputados entre aqueles indiciados.
 x x x
 Trigo x Suiço - Os estoques de trigo nos moinhos de Fortaleza estão reduzidíssimos. Não há meio de

Festa Junina na AN

A Associação Atlética Banco do Brasil, para o dia 27 de junho, sábado, vai fazer festa junina, na sua sede esportiva, na Av. do Igarapé, vizinha ao Igarapé Clube.
 A festa marcará a inauguração da academia e terá vários atrativos próprios do clube.
 Os convites serão distribuídos na próxima semana.

Movimento Familiar Cr

A comissão do MFC encarregada de arrecadar roupas para os alagados, tem a possibilidade de fazer a coleta, solicitando que remetam seus donativos para o casal VICENTE e TEREZA - Rua Pedro II - 1622.

Agradeço
 a Cor

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPENDÊNCIA DELEGACIA ESPECIALIZADA DE GRUPO SOCIAL

ADRIAR ALVES DE MELO, filho de José
Henrique do Mello e Francisca Alves do Mello, nascido aos
31/1/45, em Farnalva - Piauí, branco, estudante de Ciências
Econômicas da U.F.B.

MINISTERIO DA MARINHA JF - DF
CENTRO DE INFORMACOES DA MARINHA
C E N I M A R

FLS. 0035



SECLA: NUCJJA 12/10/68
RELAÇÃO DOS ESTUDANTES DO ESTADO DE PERNAMBUCO PRESOS EM
EM IBIUNA/SP, DURANTE A REALIZAÇÃO DO XXXº CONGRESSO DA UNIÃO NACI
ONAL DOS ESTUDANTES:

- 1) - ADEMIR ALVES DE MELO
- 2) - AIRTON JOSE DE LIMA
- 3) - ALBERTO ROMEU GOUVEIA LEITE
- 4) - ANTONIO BATISTA DA SILVA
- 5) - ANTONIO FÁBIO BONAVIDES MARIZ MAIA
- 6) - ARNOU DE HOLANDA CAVALCANTE
- 7) - CANDIDO PINTO DE MELO
- 8) - CARMEN DE CASTRO CHAVES
- 9) - FRANCISCO FLÁVIO MODESTO DE ANDRADE
- 10) - FRANCISCO DE SALES CADELHA DE OLIVEIRA
- 11) - GERUSA GENNER ROSAS
- 12) - GUILHERMINA DE SOUZA BEZERRA
- 13) - HUGO FARIAS RAMOS
- 14) - JADER NUNES DE OLIVEIRA
- 15) - JOSÉ GOMES DE LIMA FILHO
- 16) - JOSÉ LUIZ DE OLIVEIRA
- 17) - JOSÉ THOMAZ DA SILVA NONO NETO
- 18) - JUARES JOSÉ GOMES
- 19) - LUCIANO CORREIA DE ARAUJO
- 20) - LUIZ AUGUSTO PONTUAL
- 21) - MANOEL FERNANDO DE BRITO FIGUEIREDO
- 22) - MARCOS ANTONIO TAVARES MARINHO
- 23) - MARCOS JOSÉ BURLE DE AGUIAR
- 24) - MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DE ATHAYDE
- 25) - MARIA LUZINETE DE LIMA
- 26) - MARIA TERESA COSTA SALES DE MELO
- 27) - MARTHA MARIA HENRIQUE DA SILVA
- 28) - MIGUEL RAMOS RODRIGUES
- 29) - NETOVITCH MAIA DUARTE
- 30) - PAULO HENRIQUE MUKIZ MACIEL

Atesto que esta cópia esta de conformidade com o original depositado neste Arquivo,

Recite, 30 de 07 de 2002

APEJE / Departamento de Arquivo

JF - DF

(CONTINUAÇÃO DA RELAÇÃO DOS ESTUDANTES DO ESTADO DE PERNAMBUCO PRESOS EM 12/10/1968, EM IBIUNA/SP, DURANTE A REALIZAÇÃO DO XXXII CONGRESSO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES)

FLS. 0036

SECLA - NUCSU

- 31) - PAULO SANTOS CARNEIRO
- 32) - RANUSIA ALVES RODRIGUES
- 33) - RICARDO JOSE DELGADO NOBLAT
- 34) - ROMILDO RANGEL DO REGO BARROS
- 35) - UMBERTO DE ALBUQUERQUE CAMARA NETO
- 36) - VALFRIDO CARNEIRO DA CUNHA MIRANDA
- 37) - VALMIR COSTA
- 38) - VERA MARIA MARTINS DE ALBUQUERQUE
- 39) - VERA MARIA DA ROSA BORGES. -X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X



X X X X X X X X X
 X X X X X X X X
 X X X X X X X
 X X X X X X
 X X X X X
 X X X
 X X
 X

Atesto que esta cópia está de conformidade com o original depositado neste Arquivo.
 Recife, 30 de 07 de 2002
 [Signature]
 APEJE / Departamento de Arquivo

- RONALDO

Arquivo
Recife, 30/1/69 de 2002
P.L.S. 0032
DATA 9/12/1968 No 80

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO A PEJ

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

ORIGEM: ~~XXX~~
REFERENCIA: ~~XXX~~
DISSEMINAÇÃO: 3º DM - SSP/PE - CENIMAR

SECLA-NUCJU

AVALIACAO	
CONFIANCA	XXX
VERACIDADE	XXX

INDICE DE CLASSIFICACAO
(preenchido pelo recebedor)

DISSEMINACAO ANTERIOR: ~~XXX~~

PARA ADIDOS - País de origem-----País/área a que se refere

- 1) - Encaminha-se em anexo, trinta e nove (39) fôlhas de identificação dos estudantes do Estado de Pernambuco, abaixo relacionados, prêsos em IBIUNA/SP, no dia 12/10/1968, quando participavam do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes.
- 2) - Os dados e fotografias constantes de cada fôlha de identificação, foram coletados junto a DOPS/SP.
- 3) - Este Centro muito apreciaria se os órgãos recebedores dessa Informação, remetessem os antecedentes, que possuirem, sobre os estudantes em questão.

- ADEMIR ALVES DE MELO
- AIRTON JOSÉ DE LIMA
- ALBERTO ROMEU GOUVEIA LEITE
- ANTONIO BATISTA DA SILVA
- ANTONIO FABIO BONAVIDES MARIZ MAIA
- ARNOU DE HOLANDA CAVALCANTE
- CANDIDO PINTO DE MELO
- CARMEN DE CASTRO CHAVES
- FRANCISCO FLÁVIO MODESTO DE ANDRADE
- FRANCISCO DE SALES GADELHA DE OLIVEIRA
- GERUSA GENNER ROSAS
- GUILHERMINA DE SOUZA BEZERRA
- HUGO FARIAS RAMOS
- JADER NUNES DE OLIVEIRA
- JOSÉ GOMES DE LIMA FILHO
- JOSÉ LUIZ DE OLIVEIRA
- JOSÉ THOMAZ DA SILVA NONO NETO
- JUARES JOSE GOMES

*Do Departamento de Ordem Social
Em 30/1/69.
Mey Brande
Secretaria*

*Do Arquivo para providencias com urgencia depois das anotações devida
Del. de Segurança 30/1/69
Moses*

- 1 -

Alcides
11/12/2002

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

JF - DF

81
VX/7

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA: 08/23/968 Nº 0644

~~XXXXXXXX~~ INFORMAÇÃO ~~XXXXXXXXXX~~

ORIGEM: ~~XXX~~ SECLA-NUCJU

REFERENCIA: ~~XXXX~~

DISSEMINAÇÃO: (Continuação...)

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	XXX
VERACIDADE	XXX

ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(preenchido pelo recor-
bedor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR: ~~XXX~~

PARA ADIDOS - País de origem ----- País/área a que se refere

- LUCIANO CORREIA DE ARAUJO
- LUIZ AUGUSTO PONTUAL
- MANOEL FERNANDO DE BRITO FIGUEIREDO
- MARCOS ANTONIO TAVARES MARINHO
- MARCOS JOSÉ BURLI DE AGUIAR
- MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DE ATHAYDE
- MARIA LUZINETE DE LIMA
- MARIA TEREZA COSTA SALES DE MELO
- MARTHA MARIA HENRIQUE DA SILVA
- MIGUEL RAMOS RODRIGUES
- NETOVITCH MAIA DOARTE
- PAULO HENRIQUE MUNIZ MACIEL
- PAULO SANTOS CARNEIRO
- RANUSIA ALVES RODRIGUES
- RICARDO JOSE DELGADO NOBLAT
- ROMILDO RANSEL DO REGO BARROS
- UMBERTO DE ALBUQUERQUE CAMARA NETO
- VALFRIDO CARNEIRO DA CUNHA MIRANDA
- VALMIR COSTA
- VERA MARIA MARTINS DE ALBUQUERQUE
- VERA MARIA DA ROSA BORGES. -X-

Atesto que esta copia esta de confor-
midade com o original depositado neste
Arquivo.

Recife, 30 de 07 de 2002

APEJBY Departamento de Arquivo

COPIA
V. 2
DE SIGILO



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA



Em conformidade com a Portaria nº 510, de 16 Nov 2000, da Agência Brasileira de Inteligência do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e em atendimento a requerimento de **ADEMIR ALVES DE MELO**, protocolado no dia 28 Set 2000, informo que nos arquivos em poder desta Agência há registros sobre fatos e situações com as seguintes indicações a respeito do requerente:

ADEMIR ALVES DE MELO, brasileiro, filho de **JOÃO HENRIQUE DE MELO** e **FRANCISCA ALVES DE MELO**, nascido no dia 31 Jan 45, em Parnaíba/PI, portador da Carteira de Identidade nº 1.128.536 - SSP/PI e inscrito no CPF sob o nº 276.032.024-34.

Foi Presidente do Diretório Acadêmico (DA) dos Estudantes de Economia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), gestão 68/69; Coordenador do Mestrado de Economia Rural da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); professor de Economia da UFPB; Secretário de Administração da Prefeitura de Campina Grande/PB.

Em 1964, foi indiciado em Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado pelo 25º Batalhão de Caçadores, em Parnaíba/PI.

Em 1968, cursava a 4ª série da Faculdade de Ciências Econômicas da UFPE (FACE/UFPE). No dia 12 Out 68, compareceu ao XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado em Ibiúna/SP. Foi indiciado no IPM nº 15/68, instaurado pela Delegacia Especializada de Ordem Política e Social (DEOPS).

No dia 19 Mar 69, através da Portaria nº 24/69, o Diretor da FACE/UFPE, de acordo com o art. 1º, § 1º, inciso II do Decreto-Lei nº 477, de 30 Fev 69, suspendeu o requerente, por 03 (três) anos de suas atividades escolares. O requerente impetrou Mandado de Segurança (Processo nº 57/69) contra a decisão

punitiva. Em 1970, obteve ganho de causa por não ter sido instaurado o competente processo sumário pelo Diretor da FACE/UFPE.

Em 1969, seguiu para o Chile onde concluiu os estudos e colaborou, como técnico, com o Governo Socialista de Salvador Allende. Com o golpe militar pediu asilo político na República Federal da Alemanha (RFA), onde fez doutorado e trabalhou como professor na Universidade de Bremen.

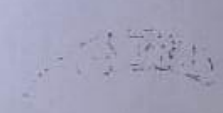
Em 19 Jul 74, compareceu ao Consulado Brasileiro em Duesseldorf/Alemanha, em companhia de Maria Guilhermina Gonçalves Quintão, para registrarem o nascimento de seu filho e para obter em concessão de visto.

Nos dias 25 e 26 Out 82, coordenou, em João Pessoa/PB, Seminário sobre as Relações Brasil/Países Árabes, no qual foi aprovada proposta de reconhecimento oficial e prerrogativas de Embaixada, para a Organização Para a Libertação da Palestina (OLP).

Em 1984, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), atuou no Movimento Estudantil na UFPB – Campus II, em Campina Grande/PB.

É o que se contém arquivado neste Órgão até a presente data.*****

Brasília/DF, 12 de fevereiro de 2001


DAVID BERNARDES DE ASSIS
Diretor do Centro de Documentação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
 AFRO-BRASILEIRA (UNIAB)
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPPG)
 MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES – MIH

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO Nº 05

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES.

Ao décimo nono dia do mês de janeiro de dois mil e dezoito, no horário de 13:00 (treze horas), na sala 321, Bloco A, do Campus dos Auroras, foi realizada a defesa da dissertação de Elisângela Maria Ricardo, do MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES – MIH, intitulada: **Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI**. A Banca Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Roberto Kennedy Gomes Franco (Presidente), Edson Holanda Lima Barboza (Examinador Interno), Sergio Krieger Barreira (Examinador Externo ao Programa), André Aguiar Nogueira (Examinador Externo à Instituição). Em sessão pública, a candidata foi arguida oralmente pelos membros da banca, encerrado os trabalhos as 15 horas e 10 minutos, tendo como resultado

APROVADO

APROVADO COM RESTRIÇÕES – as exigências que constam na folha de modificações em anexo devem ser atendidas em prazo fixado pela banca (não superior a 90 dias).

NÃO APROVADO

Na forma regulamentar foi lavrada a presente ata que é abaixo assinada pelos membros da banca:

Redenção, 19 de janeiro de 2018.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA ESLOVÊNIA
 AERO BRASILEIRA (UNIBR)
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPPG)
 MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES – MIIH

FOLHA DE MODIFICAÇÃO DE ATA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Modificações exigidas na dissertação de Mestrado da candidata Elisângela Maria Ricardo.

Dissertação Nº 05 (quinta) realizada no dia 19 de janeiro de 2018
 As modificações exigidas foram as seguintes

O prazo para o cumprimento das exigências é de 30 dias, sendo responsável (eis) o (s) professor (es)

Presidente da banca:

Roberto Kennedy Gomes Franco

Candidata:

Elisângela Maria Ricardo

Atesto que as alterações exigidas () foram / () não foram cumpridas

Redenção, 19 de Janeiro de 2018.

Professor Responsável: Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco
Orientador



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUZOFONIA
 AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPPG)
 MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - MHI

Roberto Kennedy Gomes Franco

Prof. Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco

Presidente

Edson Holanda Lima Barboza

Prof. Dr. Edson Holanda Lima Barboza

Examinador Interno

Sergio Krieger Barreira

Prof. Dr. Sergio Krieger Barreira

Examinador Externo ao Programa

André Aguiar Nogueira

Prof. Dr. André Aguiar Nogueira

Examinador Externa à Instituição



Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG)
COORD. DO CURSO DE MEST. INTERDISCIPLINAR EM
HUMANIDADES

ATA N° 5

Ao décimo nono dia do mês de janeiro de dois mil e dezoito, no horário de 13:00 (treze horas), na sala 321, Bloco A, do Campus dos Auroras, foi realizada a defesa da dissertação de Elisângela Maria Ricardo, do MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - MIH, intitulada: Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI. A Banca Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Roberto Kennedy Gomes Franco (Presidente), Edson Holanda Lima Barboza (Examinador Interno), Sergio Krieger Barreira (Examinador Externo ao Programa), André Aguiar Nogueira (Examinador Externo à Instituição). Em sessão pública, a candidata foi arguido oralmente pelos membros da banca, encerrado os trabalhos às 15 horas e 10 minutos, tendo como resultado: APROVADO.

Dr. ANDRÉ AGUIAR NOGUEIRA, IPCE

Examinador Externo à Instituição

Dr. SERGIO KRIEGER BARREIRA, UNILAB

Examinador Externo ao Programa

Dr. EDSON HOLANDA LIMA BARBOZA, UNILAB

Examinador Interno

Dr. ROBERTO KENNEDY GOMES FRANCO, UNILAB

Presidente

ELISÂNGELA MARIA RICARDO

Mestrando



Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG)
COORD. DO CURSO DE MEST. INTERDISCIPLINAR EM
HUMANIDADES

FOLHA DE CORREÇÕES

ATA N° 5

Autor: ELISÂNGELA MARIA RICARDO
Título:

Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI

Banca examinadora:

Prof. ANDRÉ AGUIAR NOGUEIRA	Examinador Externo à Instituição	_____
Prof. SERGIO KRIEGER BARREIRA	Examinador Externo ao Programa	_____
Prof. EDSON HOLANDA LIMA BARBOZA	Examinador Interno	_____
Prof. ROBERTO KENNEDY GOMES FRANCO	Presidente	_____

Os itens abaixo deverão ser modificados, conforme sugestão da banca

1. INTRODUÇÃO
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
3. METODOLOGIA
4. RESULTADOS OBTIDOS
5. CONCLUSÕES



Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG)
COORD. DO CURSO DE MEST. INTERDISCIPLINAR EM
HUMANIDADES

i. [] TÍTULO

COMENTÁRIOS GERAIS:

Declaro, para fins de homologação, que as modificações, sugeridas pela banca examinadora, acima mencionada, foram cumpridas integralmente.

Prof. ROBERTO KENNEDY GOMES FRANCO

Orientador

UNILAB
Portal do
Coordenador Stricto

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

Emitido em 22/01/2018 09:32

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que o aluno **ELISÂNGELA MARIA RICARDO** foi aprovado(a) na DEFESA de DISSERTAÇÃO em PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES/CMIH - Redenção do Curso de MESTRADO, no dia 19 de Janeiro de 2018 às 13:00, no(a) Campus das Auroras, Sala de Reunião 321, Bloco A, UNILAB, cuja banca examinadora fora constituída pelos professores:

Doutor (a) ROBERTO KENNEDY GOMES FRANCO

(Presidente)

Doutor (a) EDSON HOLANDA LIMA BARBOZA

(Interno)

Doutor (a) SERGIO KRIEGER BARREIRA

(Externo ao Programa)

Doutor (a) ANDRÉ AGUIAR NOGUEIRA

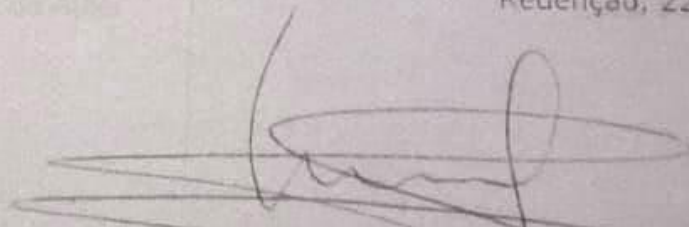
(Externo à Instituição)

A sua DISSERTAÇÃO intitulou-se:

Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI

Esta declaração não exclui o aluno de efetuar as mudanças sugeridas pela banca nem vale como diploma de grau de MESTRADO, de acordo com o definido na Resolução 073/2004-CONSEPE.

Redenção, 22 de Janeiro de 2018



Prof. Dr. Antonio Vieira da Silva
Coordenador de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (ME) / UNILAB
SIAPE: 1000495

ANTONIO VIEIRA DA SILVA FILHO
COORDENADOR(A) COORD. DO CURSO DE MEST. INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES